



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO

**O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS
TRABALHADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO EM SÃO GABRIEL
DA CACHOEIRA/AM.**

MANAUS/AM
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO

**O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS
TRABALHADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO EM SÃO GABRIEL
DA CACHOEIRA/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

ORIENTADORA: LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

MANAUS/AM
2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C355p Castro, Maria de Fatima Padua
O protagonismo de mulheres indígenas na percepção dos trabalhadores de assistência social : um estudo em São Gabriel da Cachoeira/AM / Maria de Fatima Padua Castro . 2022
149 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Lidiany de Lima Cavalcante
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Mulher indígena. 2. Política pública. 3. Assistência social. 4. São Gabriel da Cachoeira. I. Cavalcante, Lidiany de Lima. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO

**O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS
TRABALHADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO EM SÃO GABRIEL
DA CACHOEIRA/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa 2: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade Socioambiental.

Aprovado em: 13 de Dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lidiany de Lima Cavalcante (Presidente)
PPGSS/UFAM

Prof. Dr. Reinaldo Nobre Pontes (Membro Externo)
PPGSS/UFPA

Prof.^a Dr.^a Lucilene Ferreira de Melo (Membro Interno)
PPGSS/UFAM

Prof. Dr. Jeffeson William Pereira (Membro Externo)
DSS/UFAM

Prof.^a Dr.^a Marinez Gil Nogueira Cunha (Membro Interno)
PPGSS/UFAM

Á minha filha Esther, (sem saber), deu-lhe um sentido maior.

Á minha Mãe, Francisca Pádua, por ser sempre meu porto seguro, pela certeza do seu amor ,torcendo, rezando para tudo dá certo.

AGRADECIMENTOS

O caminho trilhado e tempo dedicado aos estudos levou-me a entender a importância de construir laços e eternizar no amago da minha alma aqueles que caminharam comigo, direta ou indiretamente, para a conclusão deste ciclo. Gostaria de ter inúmeras páginas para citar todos os nomes que ajudaram e potencializaram este momento.

Sendo assim, agradeço inicialmente ao meu Deus, o Sumo Bem, pelo Dom da Vida. Obrigada por sempre me amparar pelos inúmeros momentos que recorri a Ti. Sua presença divina sustentou a minha caminhada de fé. A Ti toda honra e toda glória;

Á minha filhinha Esther, que apareceu durante esse processo, que me tornou uma mestranda mãe. Presente e amor para vida toda, coisinha mais linda do mundo! Faz-me crescer cotidianamente como mãe, mulher e pesquisadora. Uma das pessoas que mais amo, que mudou e tem colorido minha vida;

Á minha Família, de modo especial minha Mãe Francisca, grande Tukana por sempre me amar, acolher as minhas decisões e incentivar a realizar meus sonhos. Exemplo de vida e resistência. Ensinou-me a acreditar que lutando alcançamos o êxito. Sou grata demais pelo seu apoio no cuidado com minha pequena. Mãe sei que não foi fácil e mesmo assim sempre estive conosco;

Ao meu saudoso querido pai Gabriel (in memoriam), que na vida foi um grande incentivador, onde quer que esteja junto com nossos ancestrais Tarianos está vibrando com esta conquista de sua filha. Vou amar para sempre;

Externo o reconhecimento aos meus irmãos queridos Genival, Ronaldo, Romival por todo o carinho e orações. Às minhas irmãs Darci, Anunciata, Marilda por todo o zelo e apoio. Sou grata demais por serem meus irmãos. E não poderia esquecer-se de você minha querida sobrinha Jarciley, por inúmeros momentos que se fez presente;

Minha gratidão ao meu ciclo de amizade à minha amiga Arlene Xavier, que cidade de Manaus me presenteou e mesmo a distâncias, continuou me acolhendo , ouvindo meus desesperos da vida. Você é muito importante para mim. Á Rosana que nas andanças á opção de Vida Religiosa me permitiu conhecer e mesmo depois de nossas decisões continuamos fortalecendo amizade, obrigada pelo apoio e incentivo! Á minha amiga Suzane, minha irmã querida, sou grata pela sua Vida;

Ao querido Rogério e Irmã Girlaine, que contribuíram com seu apoio incondicional no auxílio ao material, principalmente no acesso ao sinal de internet;

Agradeço á minha Orientadora querida Professora Dr.^a Lidinay de Lima Cavalcante, pela acolhida, pelas orientações e ensinamentos. Obrigada por me acalmar nos momentos em que me desesperei e sempre com palavras de incentivo “Vai dar tudo certo; Como está sua pequena; Como anda nossa Dissertação, você vai conseguir”, se fez presente incentivando para o prosseguimento da trajetória acadêmica. A senhora me fez acreditar que no universo científico existem pessoas sensíveis, que tem o senso de se colocar no lugar do outro sem perder o nível. Quero externar meu carinho e respeito, sobretudo por ter abraçado esta temática e não ter desistido. Gratidão Professora!

Á Professora Dr.^a Carolina Cássia Batista, obrigada pelo cuidado e zelo destinado no processo de Estágio à Docência. Foi um momento ímpar da minha vida acadêmica, e me permitiu conhecer Docência como um caminho de autotransformação. Sou Grata demais por suas contribuições valiosas neste processo;

Á minha Turma (2020) de Mestrado que mesmo diante dos desafios de pandemia da COVID-2019 que assolou no mundo, podemos viver de uma forma ou outra a Pós-Graduação, de modo especial o apoio de Escarlete nesta trilha da vida acadêmica;

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM, por todo conhecimento, compromisso, oferecendo um lugar de oportunidade e me permitiu crescer intelectualmente;

Ao Corpo Docente do PPGSS pelos ensinamentos, compromisso e pela contribuição no meu processo de formação profissional, que foi importantíssima e com qualidade. Aos Colaboradores que sempre com cuidado e zelo mantiveram as comunicações;

Agradeço à FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Amazonas) por ter financiado esta pesquisa concedendo a bolsa de mestrado, inclusive, prorrogando-a em decorrência do cenário da pandemia da COVID-19. Sem a bolsa a trajetória acadêmica ficaria mais difícil;

Agradeço à Secretaria Municipal de Assistência Social do município de São Gabriel da Cachoeira-Am, na pessoa da Senhora Edilene Nascimento por ter autorizado o desenvolvimento da pesquisa no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

Agradeço aos Trabalhadores do CRAS e CMAS, que me receberam e se esforçaram para atender as minhas demandas, vocês foram essenciais na contribuição e consolidação desta pesquisa;

Agradeço ao Instituto Socioambiental - ISA, em especial aos colaboradores da tenda de São Gabriel da Cachoeira, ao proporcionar o espaço Telecentro-Isa, no acesso aos computadores e sinal de internet. Também a FOIRN, especificamente a Coordenação do Departamento de Educação pela sala e acesso ao sinal de internet. E por revelar o compromisso e serviços prestados nesta região junto aos Povos Originários do Alto Rio Negro;

Agradeço imensamente aos Professores Doutores da Banca Examinadora que com sua nobreza, seriedade e dedicação farão deste trabalho uma pedra preciosa por meio dos seus inestimáveis conhecimentos;

E por fim á minha grande Maloca Universidade Federal do Amazonas - UFAM, que tornou minha casa, permitindo realizar minha trajetória acadêmica no curso de Serviço Social desde 2016 a 2019. E em 2020 na Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Muito me orgulho em afirmar e reafirmar que sou fruto de ações de Política Afirmativa desta Universidade Pública de excelência!

Á todos, Gratidão!

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar o Protagonismo Social de Mulheres Indígenas na perspectiva dos Trabalhadores de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Para tanto buscou-se mapear como os Profissionais, programas e projetos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) identificam o Protagonismo das Mulheres Indígena, bem como ponderar como se efetiva a particularidade no Processo de atenção social as Mulheres Indígenas, para então verificar a relação dos trabalhadores da Assistência Social no reconhecimento das identidades femininas. Do ponto de vista metodológico, o estudo foi delineado pelo método do materialismo histórico-dialético, sendo uma pesquisa exploratória, de abordagem quanti-qualitativa, mas com ênfase nos dados qualitativos. O estudo compreendeu a realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Sendo esta última realizada de forma presencial por meio de entrevista semiestruturada. O *lócus* da pesquisa de campo consistiu na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS em especial em sua unidade do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, onde foram entrevistados 10 sujeitos, incluindo assistentes sociais, assistentes administrativos, membros do Conselho Municipal de Assistência Social. Para realizar a tabulação de dados, a pesquisa contou com análise de conteúdo. Os resultados obtidos apontam que o protagonismo social das mulheres indígenas na percepção dos trabalhadores de assistência social encontra-se nos dilemas entre prestação de serviços do Estado e a real efetivação dos direitos sociais; a ausência de uma infraestrutura própria do CRAS indígena no município; desafio das compreensões de línguas nativas; espaço geográfico do município que distanciam dos Distritos; o conjunto de fatores culturais do local que sinalizam tensões entre os trabalhadores e usuários, entre outros. Tais dados permitem afirmar que em São Gabriel da Cachoeira a assistência social se configura com grandes desafios e limites “remando contra as correntezas”, mas também uma potência de que é possível repensar a operacionalização desta referida política, na ampliação do protagonismo social de sua demanda.

PALAVRAS-CHAVES: Mulher Indígena; Política Pública; Assistência Social.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the Social Protagonism of Indigenous Women from the perspective of Social Assistance Workers in the Municipality of São Gabriel da Cachoeira-AM. To this end, it was sought to map how the Professionals, programs and projects of the Reference Center for Social Assistance (CRAS) identify the Indigenous Women's Protagonism, as well as to ponder how the particularity in the process of social care of Indigenous Women is effective, to then verify the relationship of the Social Assistance workers in the recognition of female identities. From the methodological point of view, the study was outlined by the method of historical-dialectical materialism, being an exploratory research, with a quanti-qualitative approach, but with emphasis on qualitative data. The study included conducting bibliographic, documentary and field research. The latter is carried out in person by means of a semi-structured interview. The locus of the field research consisted of the Municipal Secretariat of Social Assistance - SEMAS in particular in its unit of the Social Assistance Reference Center - CRAS, where 10 subjects were interviewed, including social workers, administrative assistants, members of the Municipal Council of Social Assistance. In order to carry out the tabulation of data, the research relied on an analysis of content. The results obtained indicate that the social protagonism of indigenous women in the perception of social assistance workers lies in the dilemmas between the provision of state services and the real effectiveness of social rights; the absence of an indigenous CRAS infrastructure in the municipality; challenge of the understanding of native languages; geographical space of the municipality that distance from the Districts; the set of cultural factors of the place that signal tensions between workers and users, among others. These data allow us to state that in São Gabriel da Cachoeira social assistance is configured with great challenges and limits "rowing against the currents", but also a power that it is possible to rethink the operationalization of this said policy, in the expansion of the social protagonism of its demand.

KEYWORDS: Indigenous Woman; Public Policy; Social Assistance.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão dos sujeitos de pesquisa.....	19
Quadro 2: Direitos Fundamentais	34
Quadro 3: Trajetória de Assistência Social no Estado do Amazonas.....	40
Quadro 4: Nomenclaturas da Secretaria de Assistência Social.....	42
Quadro 5: Serviços de Proteção Social Básica.	46
Quadro 6: Serviços ofertados pelo CRAS.	47
Quadro 7: Cadastro Único realizado no CRAS no município de São Gabriel da Cachoeira.	54
Quadro 8: Família linguística do Alto Rio Negro	68
Quadro 9: Nomenclaturas do processo histórico da cidade.	74
Quadro 10: Rede de Educação Escolar no município de São Gabriel	77
Quadro 11: Pautas de lutas e reivindicações da I Marcha das Mulheres Indígenas em 2019.	84
Quadro 12: Síntese sobre importância da existência do Conselho no município.	103
Quadro 13: Perfil dos sujeitos da Pesquisa	106
Quadro 14: Tríade de Mediação.....	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Amazonas	60
Figura 2: São Gabriel da Cachoeira com localização da serra de Bela Adormecida.	67
Figura 3: Localização do município de São Gabriel da Cachoeira.	68
Figura 4: Serra da Bela Adormecida	137
Figura 5: Morro da Esperança.....	137
Figura 6: Serra do Cabari	138
Figura 7: Orla da Praia	138
Figura 8: Ilha de Adana	138
Figura 9: Pedra da Cosama.....	139
Figura 10: Cachoeira Buburi e Curucui	139

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS – Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
AMARN – Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro
AMITRUT – Associação das Mulheres Indígenas de Taracuí, Rio Uaupés e Tiquié.
AMIRT – Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuí
AMISM – Associação das Mulheres Indígena Sateré Mawés
APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APMC – Associação de Pais, Mestres e Comunidade
CAAÉ – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa
COIAM – Coordenação das Organizações Indígenas do Amazonas
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CF - Constituição Federal Brasileira de 1988
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
DIMIRN – Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
EC – Ementa Constitucional
EIBC – Escola Indígena Baniwa e Coripaco
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAM – Instituto Federal do Amazonas
ISA – Instituto Socioambiental
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
LBA – Lei Brasileira de Assistência

MEC – Ministério de Educação e Cultura
NOB - Norma Operacional Básica
NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
ONGS – Organização não Governamentais
PAIF - Programa de Atenção Integral à Família
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNASPSI – Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SASISUS – Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas
SECAD – Secretaria Nacional do Cadastro Único
SEMJEL – Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social do Amazonas
SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social
SPI – Serviço de Proteção aos Índios
TEES – Território Etno Educacionais
TCC – Trabalho de Conclusão do Curso
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UMIAB - União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O DIREITO E O ACESSO	22
1.1 Uma breve abordagem teórica sobre Política Pública, Estado e Sociedade	22
1.2 Trajetória da Política de Assistência Social na Realidade Brasileira e Amazonas: contribuições necessárias.....	27
1.3 Programas e Projetos na Política de Assistência: desafios afirmativos	43
CAPÍTULO 2 - GÊNERO E PROTAGONISMO FEMININO NA REGIÃO AMAZÔNICA	56
2.1 Alguns recortes sobre gênero na Amazônia.....	56
2.2 São Gabriel da Cachoeira: sua caracterização.....	66
2.3 Protagonismo e particularidades das Mulheres Indígenas	80
CAPÍTULO 3 - O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NO CRAS: UM OLHAR A PARTIR DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA	87
3.1 Críticas e contribuições dos Profissionais	87
3.2 A importância do Controle Social por meio do Conselho Municipal de Assistência	95
3.3 Desafios na consolidação da cidadania e do protagonismo de Mulheres Indígenas na Política de Assistência Social em São Gabriel da Cachoeira-Am.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	132
ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	133
ANEXO B – Termo de Anuência da SEMAS 2022.....	136
ANEXOS C – Imagens utilizadas para nomeação dos Sujeitos de pesquisa	137
APÊNDICES	140
APÊNDICE A - Entrevista dirigida aos Trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS	141
APÊNDICE B – Entrevista dirigida aos Trabalhadores do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	143
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	145

INTRODUÇÃO

A conjuntura do século XXI vem sendo permeadas por mudanças nas questões econômicas, políticas, sociais e culturais impactando, de alguma forma, na elaboração, organização e implementação das Políticas Públicas. Nesse âmbito, encontra-se a Política de Assistência Social, com seu conjunto de marco legal como a Política Nacional de Assistência Social (2004) consolidado com o Sistema Único de Assistência Social (2005); Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), reformulação da Lei Orgânica da Assistência Social (2011) e a Norma Operacional Básica (2012).

Percebemos que existem inúmeros desafios na sua operacionalização. A PNAS (2004, p. 14) dispõe que “Assistência Social é uma Política Pública de proteção social”. Desde então, deve ser prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição do indivíduo a seguridade social ou de sua inserção no mercado de trabalho.

A PNAS (2004) e NOB-SUAS (2012) no seu art. 6 enfatiza quanto aos princípios éticos para oferta da proteção socioassistencial, afirmando a defesa da liberdade, dignidade, cidadania, protagonismo e autonomia dos usuários.

Deste modo destina-se a vários segmentos sociais, no qual os Povos Originários são mencionados como um dos “segmentos sujeitos aos maiores graus de riscos sociais” (PNAS, 2004, p. 24), devendo, assim ter acesso a serviços, programas e projetos que atendam equitativamente suas demandas.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por sua vez ganha sua concretude em operacionalizar o sistema de proteção social básica através de rede de serviços socioassistenciais. Este definido como “uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social”. (PNAS, 2004, p. 33).

Diante do exposto a implantação do CRAS nos territórios indígenas apresenta um avanço com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social em 2005 e um dos critérios era que devesse ser reconhecidos pela FUNAI.

A saber, que o Estado por muito tempo apresentou suas respostas aos indígenas por meio de Política Indigenistas, assumindo papel de tutela, pois compreendia que o indígena era um incapaz e, portanto, necessitava ser representado por meio de tutela. Mas no decorrer do processo histórico a partir dos anos de 1990 às mulheres indígenas de modo em geral vem assumindo o protagonismo, marcando sua trajetória com expressivas ações de lutas coletivas que concernem pela formação escolar indígena; saúde indígena; criação de associações

representativas; elaboração de curso que fomente formação de gestores e projetos indígenas, demarcação de terras indígenas, entre outros.

Neste sentido o protagonismo indígena sinaliza uma concepção em que os indígenas vêm deixando de serem apenas os alvos das iniciativas do Estado, mas tornar agentes, elaboradores, incentivadores, participantes, com direito de voz. (BICALHO, 2010).

Nesta premissa a dimensão do protagonismo social, foco de discussão neste estudo, está sendo entendida como a busca pela equidade e acesso aos direitos sociais, visando à qualidade de intervenção daqueles que estão na linha de frente da Política de Assistência Social, bem como considerar particularidades de cada segmento potenciais na construção do protagonismo social.

A Secretaria Nacional de Assistência Social em 2017 com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e contribuições de demais áreas de conhecimento, elaborou um subsídio teórico e técnico nominado “Trabalho Social com famílias indígenas na proteção social básica” para apoiar as equipes de referências do CRAS especialmente no desenvolvimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família - PAIF, com famílias e comunidades indígenas. Identificamos uma produção necessária que de algum modo possibilita uma análise das particularidades dos Povos Originários.

Percebemos um avanço no serviço social ao nortear as discussões em torno da questão indígena desde 2012 especificamente na gestão “Tempo de Luta e Resistência” (2011-214) (AMARAL e BILAR, 2020). Elementos importantes são mencionados nas reflexões como a intensificação sobre a questão indígena no Brasil; o acesso desses segmentos às Políticas Públicas; articulação e apoio às lutas dos movimentos sociais pelo direito a terra, pela moradia digna, pelos direitos dos Povos Originários. (CFESS, 2012, p. 2).

E verificamos no âmbito de pesquisas científicas algumas lacunas em torno da temática. No levantamento de dados realizado a partir da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas - UFAM (2020) de modo específico no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS, dos anos de 2010 a 2019 existem somente três Dissertações voltadas para a questão indígena, sendo o Protagonismo das Mulheres Agricultoras (2019); Mulheres Sateré na violência Doméstica (2011) e Organização Político-Cultural (2015).

Diante da necessidade de um avanço na construção de reflexões em torno da temática, escolhemos o município de São Gabriel da Cachoeira, tendo em vista a sua população majoritariamente de Povos Originários, pois de acordo com os dados da Secretaria Estadual

de Assistência Social - SEAS¹ (2020) dentre os 62 municípios do estado do Amazonas, o de São Gabriel da Cachoeira destaca-se com a maior população indígena e com maiores situações de vulnerabilidade social.

Neste âmbito tendo em vista que Assistência Social é um dos espaços que se inscreve o exercício profissional dos assistentes sociais, cujo também apresenta um espaço interdisciplinar, com constituição de equipes de referência (SPOSATI, ET AL, 2014), escolhemos Trabalhadores de Assistência Social cujo, aqueles que estão na linha de frente desta Política Pública em contexto indígena para construir diálogos, reflexões e críticas construtivas em torno da temática.

Diante do pressuposto o interesse em realizar o estudo é o fruto de um contato maior desta pesquisadora, enquanto mulher indígena, cidadã do município de São Gabriel da Cachoeira, que posteriormente, teve a oportunidade de aprofundar algumas reflexões, desta feita como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) especificamente no âmbito da Saúde indígena. E na trajetória de mestrado buscou-se avançar nas trilhas da área de Assistência Social, com foco da discussão em torno do protagonismo social de mulheres indígenas na percepção dos trabalhadores de assistência social.

Direcionar nossas análises sobre o protagonismo das mulheres indígenas na percepção dos Trabalhadores de Assistência Social significa reportar a um segmento que possui peculiaridades e especificidades diversas. Público esses com histórico social permeado por genocídios, etnocídios, resistências e negação de direitos.

Para alcance da problemática proposta, a presente dissertação apresenta a seguinte questão norteadora central: Como se dá o Protagonismo das Mulheres Indígenas na perspectiva dos Trabalhadores de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira-Am? Conforme Triviños (1987) questões norteadoras é fundamental, pois “representa o que o investigador deseja esclarecer” de forma aprofundada em seu trabalho.

Destarte, destaca-se como objetivo geral deste trabalho analisar o Protagonismo Social de Mulheres Indígenas na perspectiva dos Trabalhadores de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Para tanto, apresenta-se como objetivos específicos: 1) Mapear como os Profissionais, programas e projetos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) identifica o Protagonismo das Mulheres Indígenas; 2) Ponderar como se efetiva a particularidade no

¹ Estudo realizado pela Secretaria Estadual de Assistência Social nominado como O Diagnóstico Socio territorial do Estado do Amazonas sendo elaborado no ano de 2019 e publicado oficialmente em 2020.

Processo de atenção social as Mulheres Indígenas; 3) Verificar a relação dos trabalhadores da Assistência Social no reconhecimento das identidades femininas.

Diante disso, os procedimentos metodológicos da pesquisa foram ancorados em:

Como pesquisa do tipo exploratório, com enfoque predominante de natureza qualitativa, e quantitativa como complementar. Para desenvolver esse processo investigativo foram realizadas pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo².

A pesquisa documental analisou registros institucionais do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS no que tange as informações sobre quantitativo de famílias assistidas pelo CRAS; as maiores vulnerabilidades assistidas pelos profissionais; os tipos de programas e projetos ofertados na instituição; o quantitativo de pessoas que participam e quanta dessas pessoas são as mulheres indígenas. A territorialização da assistência social em São Gabriel da Cachoeira; informações do site da prefeitura Municipal obtida referente a SEMAS. Além disso, foram acessadas normativas, legislações, publicações e sistema com dados públicos sobre a assistência social disponibilizado publicamente pelo Ministério da Cidadania.

As análises dos materiais da pesquisa documental e de campo contaram com o apoio da técnica da análise de conteúdo³ uma vez que a mesma nos proporciona um conjunto de técnicas de categorização e interpretação de materiais discursivos.

Para realização da pesquisa de campo, a abordagem junto aos sujeitos foi por meio da entrevista com classificação semiestruturada⁴. A entrevista foi feita de forma presencial. Destacamos que foram acatados todos os procedimentos éticos previstos para este tipo de pesquisa de acordo com as orientações, resoluções e normativa vigente do conjunto

² A Pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, meios de comunicação orais e audiovisuais, denominada como fontes secundárias. A Pesquisa Documental são os materiais como arquivos públicos que incluem (documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos) e Fontes Estáticas de órgãos particulares e oficiais. Já a pesquisa de campo é aquela que “pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada”. (MARCONI E LAKATOS, 2003).

³ Tem como características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. “Portanto, toda comunicação que implica a transferência de significados de um emissor a um receptor pode ser objeto de análise de conteúdo”. É um conjunto de técnicas de análise das comunicações, ou seja, uma técnica de pesquisa que objetiva obter por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo, indicadores quantitativos e qualitativos que permitam inferir conhecimentos acerca do fenômeno em estudo. (BARDIN, 1977, p. 225).

⁴ (São perguntas abertas e fechadas, também chamadas livres ou não limitadas, são as que “permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões” MARCONI E LAKATOS, 2003, p. 204).

CEP/CONEP, inclusive aqueles relativos ao contexto pandêmico. A aprovação no CEP pode ser consultada no site da Plataforma Brasil pelo CAAE: 55388822.5.0000.5020.

O estudo foi direcionado pelo método do materialismo historio-dialético. Prates (2012) enfatiza que esta abordagem envolve uma análise da realidade e o histórico estuda os princípios que caracterizam a vida de uma sociedade, sua evolução, prática social. As principais categorias deste método são: a totalidade, historicidade, contradição e mediação.

O *locus* da pesquisa de campo foi o município de São Gabriel da Cachoeira/AM, localizado no extremo noroeste do estado do Amazonas. Desse modo, a materialização da coleta de dados ocorreu especialmente junto à Secretaria Municipal de Assistência Social em sua unidade do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, unidade pública de referência do nível de proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social.

A pesquisa contou com uma amostra de dez (10) sujeitos, sendo 3 (três) assistentes sociais, 2 (dois) assistente administrativos 2 (dois) do Conselho Municipal de Assistência Social e registramos que 3 (três) manifestaram que não poderiam contribuir com a pesquisa. O período de realização das entrevistas foi de junho a julho de 2022. Em relação aos critérios de inclusão e exclusão, apresentamos o detalhamento no quadro a seguir.

Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão dos sujeitos de pesquisa.

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
1. Profissionais com mais de 18 anos;	1. Profissionais que estejam sob usos de alguma substância que fomente a alteração da consciência;
2. Que estejam trabalhando na instituição, há pelos menos 6 meses;	2. Trabalhadores em estado de licença no período da pesquisa.
3. Profissionais não indígenas.	3. Pessoas indígenas (terras demarcadas).
	4. Pessoas que trabalham em desvio de função no período da pesquisa.

Fonte: Elaboração própria, 2021.

É pertinente ressaltar aqui algumas das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da pesquisa. Por se tratar de uma instituição de atendimento de demandas grandes, enfrentou-se dificuldades para a realização das entrevistas devido ao fluxo contínuo da rotina das agendas dos trabalhadores, quanto também uma demora de retorno de resposta por parte da SEMAS para sua anuência. De outro modo, mesmo diante desse desafio é apropriado reconhecimento o deferimento da autorização da pesquisa pelos Semas, demonstrando reconhecimento à importância da pesquisa. Frisa-se o esforço de todos os trabalhadores do CRAS quanto do CMAS, que voltaram sua atenção às solicitações realizada. Que mesmo

diante das agendas, concederam entrevistas, dispondo um pouco do seu tempo para contribuir com a pesquisa.

As identificações dos sujeitos de pesquisa foram adotadas por nomes dos lugares de atrações do município, a saber: Bela Adormecida; Morro da Boa Esperança; Serra do Cabari; Pedra da Cosama; Ilha da Adana; Orla da Praia; Cachoeira Buburi e Curucui, que para uma aproximação maior as imagens destes encontram-se no Anexo C deste trabalho. Segundo Minayo (2009, p. 69) o “anonimato de informantes, quanto sua identificação, por troca por atributos gerais que designem seu lugar social” garante o sigilo dos pesquisados em conformidade com a Resolução 466/2012.

Quantos aos cuidados éticos, a pesquisa obedeceu a todos os critérios exigidos na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Seu envio se deu ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, por meio da Plataforma Brasil obtendo a autorização para a realização da pesquisa. O parecer se encontra em anexo, no qual pode ser acompanhado em sua íntegra.

Diante disso, a presente dissertação está estruturada em três capítulos. O 1º capítulo, intitulado “Política de Assistência Social: entre o direito e o acesso” traz uma discussão baseada em pesquisa bibliográfica, a respeito dos modos de primeiras ações de política sociais em diferentes contextos econômico, político e social. Para isso inicialmente abordamos aspectos conceituais de Política Pública, Estado e Sociedade. Em seguida, realizamos explanação sobre a trajetória histórica de assistência social, as primeiras estratégias e ações desta política, no cenário do Estado capitalista, enfatizando a realidade brasileira e do Amazonas. Posteriormente, adentramos a caracterização do projeto e programas, destacando seus desafios e avanços, especialmente no acesso das mulheres indígenas consolidando com a pesquisa de campo.

No 2º capítulo, denominado “Gênero e Protagonismo Feminino na região amazônica” apresentamos, primeiramente, uma discussão conceitual sobre a categoria gênero e suas diversas apreensões, visando problematizar com as particularidades das mulheres indígenas, sobretudo a partir da região amazônica. Em seguida, abordamos uma apresentação da realidade de onde estamos falando, no caso o Município de São Gabriel da Cachoeira, explanando suas peculiaridades locais e por fim discussão conceitual do protagonismo, sobretudo a partir da trajetória do movimento indígena, articulando as ações principais protagonizados pelas mulheres especificamente na região de São Gabriel da Cachoeira.

No 3º capítulo, denominado “O Protagonismo de Mulheres Indígenas no CRAS: um olhar a partir dos profissionais de assistência social” faz-se primeiramente uma discussão dos avanços, desafios e dilemas sobre Políticas Públicas. Em seguida traz uma reflexão da importância do controle social como mecanismo de participação e protagonismo no âmbito de assistência social e no último tópico elencamos, os desafios, avanços e dilemas dos serviços socioassistenciais na unidade do CRAS na realidade indígena.

Por fim, é imprescindível destacar que este trabalho apresenta grande relevância para os estudos no âmbito da Política de Assistência Social, sobretudo com recorte ao gênero dando ênfase o protagonismo social das mulheres indígenas, e apresenta uma inovação ao trazer a discussão a partir dos trabalhadores de assistência social em contexto indígena.

Ao mesmo tempo, enriquece a elaboração de conhecimentos numa área que se entende haver lacunas referentes à pesquisa científica voltada para análise de protagonismo social das mulheres indígenas. Assim sendo, os resultados da pesquisa poderão servir de fontes bibliográficas para novos estudos contribuindo no debate que envolve a temática.

Ressaltamos que as inferências aqui apresentadas não possuem pretensão de esgotar o tema, mas como soma na contribuição na operacionalização da Política de Assistência Social tendo em vista a importância do protagonismo de todos aqueles que buscam o atendimento de serviço socioassistencial.

CAPÍTULO I

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ENTRE O DIREITO E O ACESSO

No primeiro momento, este capítulo objetiva contextualizar e discutir teoricamente com uma breve abordagem histórica, seguida de reflexão acerca de ações, concepções sobre a trajetória de Política Pública de Assistência Social. O marco histórico delinea-se a partir dos anos de 1930, com recorte de 1990, trazendo presente as primeiras formas de políticas sociais no cenário do contexto internacional, adentrando especificamente na realidade brasileira com o debate da Constituição Federal de 1988 e conseqüentemente à realidade amazônica. Para tanto, o capítulo está estruturado em três tópicos.

Inicialmente será feita uma discussão conceitual sobre Política Pública, Estado e Sociedade, no qual se discorrerá as divergências e traço interventivo estatal por meio de Políticas Públicas, bem como serão apresentadas a relação e participação da sociedade neste processo.

O segundo Tópico apresenta a trajetória da assistência social ao longo dos diferentes contextos, problematizando os sentidos que esta assume no cenário brasileiro, e na realidade do Amazonas.

Por fim, no último tópico apresentam-se os programas, projetos do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS com apontamentos dos desafios, avanços e dilemas de efetivação dos serviços de atendimentos na proteção social básica, articulando esta reflexão com arcabouço teórico e pesquisa de campo.

1.1 Uma breve abordagem teórica sobre Política Pública, Estado e Sociedade

Partindo do pressuposto que a Política de Assistência Social é uma Política Pública, instituída na Constituição Federal de 1988 como parte da Seguridade Social junto com tripé de Saúde e Previdência Social, dever de o Estado assegurar e efetivar na intervenção diante as necessidades sociais da sociedade, faz necessário traçar aspectos conceituais acerca do conceito de Política Pública, Estado e Sociedade.

De acordo com Pereira (2006) a Política Pública configura como uma estratégia e um conjunto de ações planejadas, avaliadas e o Estado por sua vez assume a maior responsabilidade visando o princípio do interesse comum em concretizar, sobretudo os

direitos sociais, mediante determinadas necessidades de uma sociedade. Neste sentido a Política Pública emerge de uma relação entre Estado e Sociedade Civil, o que remete não somente algo exclusiva do Estado, mas também da sociedade que por meio de sua representatividade apresentam condições de exercício no controle social sobre atos e decisões de governos.

Nos estudos de Teixeira (2002, p. 2) verificamos que as Políticas Públicas são “diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade”. Que a sua materialização acontece através de formulação em documentos, programas, linhas de financiamento, aplicações de recurso público. Traduzem no seu processo como elaboração, implantação e resultados tendo em vista a ênfase para responder as demandas da sociedade.

Nesta dinamicidade Teixeira (2002) deixa claro que as Políticas Públicas também além dos recursos públicos constituem no conjunto de relações conflituosas, marcando o campo contraditório, isto é, possui um caráter público, mas também privado que concernem interesses diferentes envolvendo Instituição, governo e sociedade.

Este processo de interesses diferentes pode também apresentar desafios diversos na efetivação dependendo da concepção e a orientação política. Portanto as Políticas Públicas são um processo dinâmico, com negociações, mobilizações ou coalizões de interesse. Isto implica em entender que existem composição de classe, mecanismo internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas. E na sociedade civil também há uma diversidade de interesses, que precisa ser debatida, confrontada, negociada, buscando-se um consenso mínimo, visando à mobilização de suas lutas. (TEIXEIRA, 2002).

Nestas premissas as Políticas Públicas se revelam como ações intencionais do Estado frente às necessidades de uma sociedade, embora marcado pelo contexto econômico, político, social e histórico e suas contradições, são ferramentas de suma importância que visa atender as demandas, apresentando alternativas que possam sinalizar a qualidade para vida da população.

Tendo em vista que o Estado é uma instância maior na formulação de Políticas Públicas é fundamental e necessário o debate de que Estado estamos falando. Montaño e Durigueto (2010) em seus estudos apontam que os primeiros pensadores modernos do século XVII-XVIII já apresentavam teorias a respeito. Destacamos, por exemplo, que Hobbes instituiu Estado Absoluto; Locke uma Monarquia Parlamentar; Montesquieu um Estado Limitado; Rousseau a Democracia e Hegel uma Monarquia Constitucional. Segundo os

autores estes pensadores partiram de um modelo ideal de Estado, conhecidos como Jusnaturalistas.

A teoria que o Thomas Hobbes (1588-1679) atribuiu sobre o Estado de Natureza, expressava um Estado onde a igualdade era vista como sinônimo de capacidade, no qual cada indivíduo era detentor de liberdade e igual para adquirir a riqueza. Mas que esse indivíduo tinha o desejo de poder no qual, causaria um estado permanente de guerra e para sair desse abismo, os homens fariam um contrato, criando regras de convívio social com o poder comum e este por sua vez asseguraria a paz e segurança dos indivíduos, permanecendo assim passivos no Estado de Natureza. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Jonh Locke (1632-1704) concordava com as ideias de Hobbes e defendia o Estado de Natureza onde os homens poderiam viver de absoluta liberdade. O ponto de contradição entre eles parte que para o Locke os homens se apropriam da natureza pelo trabalho, tornando produtores de troca, o que resultaria classificações de rico e pobre, portanto não seriam iguais. E para evitar conflitos o Direito Natural à propriedade teria que ser garantida por um poder soberano e por meio de pacto ou consentimento cada indivíduo faria contrato de proteção da propriedade privada e os conflitos ficariam passíveis. Defendendo assim um Estado de Monarquia Parlamentar. (IDEM, 2010).

E para Jean Jacques Rousseau (1712-1778) a instituição da propriedade privada permitia as desigualdades no acesso à riqueza causando rivalidade e concorrência de interesse entre os indivíduos. Para reverter esta situação, o contrato social, seria um instrumento essencial onde o Estado por sua vez traduziria a soma de vontades da maioria voltada para interesse comum, sinalizando assim uma construção democrática, conseqüentemente um Estado Democrático. (IDEM, 2010).

Diante dessas apreensões dos pensadores modernos, Laurell (2002) faz uma análise minuciosa em relação à liberdade individual defendida como um Direito Natural. Para Laurell estes pensadores sustentariam de ideias liberais, já que o surgimento do Liberalismo como uma corrente definida de pensamento desenvolveu-se ao longo do século XVII. Estes apresentariam um Estado Limitado, pois a liberdade do homem não poderia ser constringida por qualquer poder comum e a intervenção aconteceria somente quando for necessário.

Nessa perspectiva evidenciamos que no decorrer histórico houve diversos conceitos sobre Estado e conforme Bobbio (1987) pode ser abordado em diferente ponto de vista. Com bases na teoria de Georg Jellinek numa visão sociológica, o autor referênciamos que o Estado é uma forma complexa de organização social e do ponto de vista jurídico um Estado de Direito,

concebido como órgão de produção jurídica e através de direito uma forma de organização social que não poderá estar dissociado da sociedade e das relações sociais.

Bobbio a partir de uma concepção jurídica define que o Estado se configura como um sistema social constituindo-se pelo Povo, Território e Soberania. Portanto um “ordenamento jurídico, destinado a exercer o poder soberano sobre um dado território, ao qual estão necessariamente subordinados os sujeitos a ele pertencentes”. (BOBBIO, 1987, p. 96).

Sob esse prisma Azambuja (2008, p. 22) corrobora que “o Estado não é imutável, é uma dinâmica social que varia de tempo, espaço”, ou seja, cada época apresenta suas configurações. Neste sentido define uma organização com cunho político-jurídica de uma sociedade e que tem a finalidade para realizar o bem público e neste processo a constituição de um governo próprio em um determinado território.

Sobre o bem público, Azambuja entende numa definição aproximada que não deve ser confundido com o bem individual, nem uma simples soma do bem, mas como parte de um bem comum num conjunto dos meios de aperfeiçoamento que o Estado tem por fim oferecer aos indivíduos.

Para clareza deste entendimento o bem-público não implica a um bem individual, porque o Estado não poderia atender todas as necessidades de cada indivíduo e não é soma do bem, pois isto permite sinalizar as prioridades fazendo classificações do inferior e superior. O bem público entendido pelo Azambuja (2008) refere o bem comum na consolidação de proteção do Estado, tendo em vista as necessidades legítimas de forma coletiva e por meio de uma consciência social, tanto do Estado como o dever e do indivíduo no cumprimento das obrigações é que acontecerá a efetivação do bem-público, para isso a cooperação de ambas as partes.

Neste processo de cooperação, Azambuja (2008, p. 18) delinea em relação à sociedade atribuindo a concepção como “uma coletividade de indivíduos reunidos e organizados para alcançar uma finalidade comum com uma união moral de seres racionais e livres”. Desta maneira classifica três tipos de sociedade: a primeira a Sociedade Natural, por excelência a Família; segunda a Sociedade Religiosa, que envolve igrejas, escolas, sindicatos, organizações universidades, no qual na fase adulta o indivíduo ingressa nesses espaços e a terceira a Sociedade Política, que é o Estado.

Já para Bonavides (2000) as primeiras concepções sobre Sociedade partem de duas teorias históricas a teoria orgânica e mecânica. A Teoria Orgânica entende a Sociedade como um conjunto de relações no qual os indivíduos em diversas funções vivem solidariamente. E a

Teoria mecânica concebe com formação de grupo que vivem em acordos, mediante vínculos associativos, mas sem interesse comum. Ambos são teorias de cunho filosófica, baseados no princípio de direito natural. Numa compreensão sociológica o autor conceitua a Sociedade como ações conjuntas e racionais dos indivíduos no seio da ordem jurídica e econômica neles permanecem separadas, ou seja, é uma organização com finalidades e interesses diversos.

E de acordo com Montaño e Duriguetto (2010) Gramsci desenvolveu um esforço teórico mais consistente em relação à concepção de Estado, elaborando a tese do Estado Ampliado. Na tradição Marxista não há uma teoria de sociedade definida e única, mas determinações diversas no qual existem duas sociedades a Sociedade Civil e Sociedade Política.

A sociedade civil é composta por uma rede de organizações, instituídos em associações, sindicatos, partidos, movimentos sociais, organizações profissionais, igreja, sistema educacional, cultural, meios de comunicação. E a sociedade política é formada pelo conjunto de aparelho de coerção e repressão, usado por um estado restrito e dominador. (IDEM, p. 43).

Nas teorias de Gramsci, o Estado é um bloco histórico constituído a partir da junção entre a formação de Sociedade Civil e Política. Estes marcam o antagonismo de classes emergindo interesse diferente no qual surge o Estado Ampliado, com funções de coerção, mas também de consenso e mediação, ou seja, apesar de estar a serviço de uma classe dominante, ele não se mantém apenas pela força, mas com legitimidade no qual atende tanto os interesses de duas classes, os que detêm o poder e da classe trabalhadora conforme grau de organização de duas partes. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010).

Neste sentido segundo Montaño e Duriguetto (2010) o termo Sociedade Civil é próprio dos marxistas e reconhecem a importância da teoria de Gramsci para entender os campos contraditórios da cena contemporânea do sistema capitalista marcado por arenas conflituosas de relação de forças e interesses.

Diante desta reflexão evidenciamos o Estado a partir do contexto capitalista e neste processo a importância da participação da Sociedade Civil, termo que ao longo do trabalho utilizamos e que em diferentes contextos vem protagonizando por meio de lutas, articulações na efetivação de Políticas Públicas Política bem como da Assistência Social.

Decerto percebemos que a Política Pública, Estado e Sociedade nas suas várias formas de concepções mantem relações fundamentais, o que demonstra que as Políticas Públicas são mecanismos de intervenção do Estado e constituem-se como uma ferramenta importantíssima

de acesso à cidadania embora marcado pela arena contraditória o que requer uma luta permanente e articulação da Sociedade Civil.

1.2 Trajetória da Política de Assistência Social na Realidade Brasileira e Amazonas: contribuições necessárias

Este tópico tem por finalidade apresentar a discussão da Política de Assistência Social numa perspectiva de análise teórico e histórico. Tendo em vista as várias configurações, concepções de entendimento e como essas transformações contribuíram para ampliação ou restrição desta política, contextualizando o processo econômico, político e social no contexto internacional, nacional e regional, especialmente a realidade Brasileira e Amazonas.

Neste sentido as primeiras ações de proteção social iniciaram-se na sociedade chamada pré-capitalista marcada por Legislações nominadas de seminais, ou Leis Inglesas, constituindo-se de Estatuto dos Trabalhadores (1349); Estatutos de Artesão (1563); Leis dos Pobres Elisabetanas (1531-1601); Lei de Domicílio (1662); Speenhamland (1795) e Lei revisora das Leis dos Pobres ou Novas Leis dos Pobres (1834). Estas legislações apresentaram protoformas de Política Social que se dava por caridade privada, ações filantrópicas com caráter de estabelecimento de código coercitivo do trabalho. (BEHRING E BOSCHETTI, 2016).

Dessas a Lei Speenhamland (1536), apresentava um caráter menos repressor, garantindo uma assistência aos empregados ou desempregados que recebiam abaixo do rendimento e em contrapartida exigia a fixação do trabalhador, proibindo a mobilidade, mas que este trabalhador poderia minimamente negociar o valor de sua força de trabalho, o que era um direito assegurado pela Lei. (IDEM, 2016).

Segundo Pereira (2006) a Lei Speenhamland foi criada num contexto caracterizado por crise econômica e forte agravamento da pobreza na Inglaterra. Esta Lei reconheceu o direito de todos os homens a um mínimo de subsistência, que seria um direito natural de viver e durou por 39 anos sendo severamente criticada a partir do final do século XVIII, sofrendo reformulação pela Lei Revisora da Lei dos Pobres ou Poor Law Amendment em 1834.

Esta nova Lei implicou-se numa reforma que conforme Pereira (2006) foi sustentada pelas ideias liberais. Estes entendiam que as leis protetoras eram antinaturais e nocivas a liberdade individual, porque induzia aos pobres a submeterem passivamente a tutela estatal. Na compreensão do ideal liberal a pobreza era o resultado do funcionamento e paternalismo

das instituições, por isso deveriam ser extintas. Estas ideias não existiram somente em Grã-Bretanha, mas em toda a Europa.

Neste sentido Laurell (2002) corrobora que a forma como os liberais compreendiam a dimensão da pobreza, nesse contexto de Inglaterra marcado pela Revolução Industrial se baseava no desenvolvimento econômico, pois consideravam essas proteções como entrave à liberdade individual e ao Mercado. Nesse âmbito os pensadores como o Adam Smith, Malthus, Marshall defenderam severamente a importância e a necessidade do Mercado como benéfico para todas as classes, inclusive para o Pobre da época.

Behring e Boschetti (2016) caracterizam os principais elementos do Liberalismo como:

Predomínio do individualismo; competitividade; naturalização da miséria e as políticas sociais são vistas como desperdício, pois desestimula as pessoas a trabalhar, gerando acomodação. O indivíduo deve alcançar o seu bem-estar por meio de sua força de trabalho no mercado e assim não cabe ao Estado garantir o serviço público, apenas as condições mínimas (BEHRING e BOSCHETTI, 2016, p. 61-62).

Nesta premissa a pobreza é vista como um problema do indivíduo e os liberais sustentaram uma construção de Sociedade favorável ao desenvolvimento e consolidação de uma economia e mercado livre, o que significa que não houve uma concepção única de ações de ideias liberais nos países capitalista da Europa, mas que cada País teve seus processos diferenciados. (BEHRING e BOSCHETTI, 2016).

Toda via as primeiras iniciativas reconhecíveis segundo Behring e Boschetti (2016) como Políticas Sociais surgiram no período do século XIX. Este século foi marcado pelas mudanças econômicas e políticas constituindo-se um novo perfil de Estado e de novas configurações de Políticas Sociais.

Para Behring e Boschetti (2016) as Políticas Sociais acompanham a partir de três pontos de vistas, o histórico, econômico e político. No ponto de vista histórico situa o surgimento, relacionando-se com as expressões da questão social como determinante de sua origem. No âmbito econômico as questões estruturais da economia criam necessidades de políticas sociais bem como seus resultados nas condições de produção e reprodução da classe trabalhadora e pelo ponto de vista político as posições assumidas pelas forças políticas, o papel do Estado e a atuação de grupos constituem as classes sociais.

Behring e Boschetti (2016) sinalizam que nos países capitalistas da Europa ocidental o desenvolvimento das Políticas Sociais sinaliza-se a partir à crise de 1929-1932 do capitalismo

concorrencial, que foi a “maior crise econômica mundial do capitalismo”. O período chamado de Grande Depressão implicou-se na redução do comércio mundial, provocando o desemprego em massa, a queda do consumo, alastrando de forma crucial no mundo inteiro.

Como o acirramento de depressão de 1929 aparece à figura chamada John Maynard Keynes (1883-1946) que foi um grande pensador de proposta sobre papel do Estado intervencionista. Segundo Keynes diante da crise o livre mercado não geraria demanda de consumo e muito menos o pleno emprego dos trabalhadores, portanto a intervenção necessária do Estado. Defendia um Estado Intervencionista, este deveria aumentar o investimento público, criação de déficit fiscal e ampliação da demanda efetiva do consumo. (BEHRINGH e BOSCHETTI, 2016).

O Estado seria um instrumento a serviço da economia para superação de crise, estimulando ao pleno emprego. Keynes por sua vez, defendia que diante da insuficiência do mercado e oferta de emprego, era necessária uma forte intervenção econômica do Estado para compensar as falhas do mercado e garantir a oferta de emprego. Dessa forma Keynes segundo Montañó e Duriguetto (2010) pode ser considerado um forte oponente à crença liberal no século XX, apesar de ser defensor do sistema capitalista.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, outra iniciativa importante surgiu no campo das Políticas Sociais que foi o Plano Beveridge como um dos primeiros pilares estruturantes no campo de Seguro Social inaugurada na Grã-Bretanha em 1942 por Willian Beveridge. Segundo Pereira (2006) foi um plano do regime Welfare State, entendido não propriamente de um Estado, mas sim de um complexo moderno de proteção social, enquanto parte integrante do Estado Capitalista reguladora. Pereira define Welfare State como um tipo histórico de sociedade na qual a Política Social viveu os seus melhores momentos, principalmente nos países capitalistas.

Na Alemanha a introdução do sistema de proteção social aconteceu no formato de Seguro Social, governada pelo chanceler Otto Von Bismarck, em 1883, em resposta á mobilização e pressão da classe trabalhadora alemã. Esse modelo era contributivo e visava amparar os trabalhadores em caso de perda da capacidade laborativa, decorrente de doença, idade e outros fatores (IDEM, 2006). No entanto este seguro social só beneficiava determinando segmentos de trabalhadores, e não tinha um caráter universal, mas uma perspectiva liberal.

Após Segunda Guerra Mundial segundo Laurell (2002) foi criado também à teoria trifacetada de cidadania de Thomas Marshall formulada nos fins dos anos de 1940, que define

três níveis de direito, os Direitos Civis, Político e Social. Os Direitos Civis surgiram na Inglaterra no século XVIII, instituindo o direito à vida, liberdade, propriedade, sustentada numa ótica liberal. O Direito Político corresponde o século XIX, que abrange a principal conquista o Sufrágio Universal e os Direitos Sociais marcam o século XX, no qual permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material criada pela coletividade, e requer uma efetiva participação do Estado.

Todo este processo segundo Pereira (2009) pode ser considerado o apogeu da institucionalização do Estado de Bem-Estar Social ou Welfare State marcado pelo século XIX. Fruto de uma combinação de políticas de cunho keynsiano, na qual o Estado assumia o compromisso de estabelecer garantias de seguridade social e de pleno emprego.

Sobre Welfare State Pereira (2009) define uma dimensão que não é propriamente um Estado, mas um tipo histórico da Sociedade, pois com suas políticas, aparato institucional, ideologias, fez parte de um sistema capitalista, portanto um fenômeno contraditório, pois ao mesmo tempo em que atendeu as necessidades sociais, a fez preservando a integralidade do modo de produção capitalista. Portanto além de receber nomenclatura de Estado de Bem- Estar Social, não deixou a sua natureza capitalista, o que não significou o rompimento com o Capitalismo e Liberalismo.

Com bases a Behring e Boschetti (2016, p. 63),

As primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendido na relação de continuidade entre estado liberal e estado social, não houve ruptura radical entre Estado liberal predominante no século XIX e o Estado social capitalista do século XX. Houve sim, uma mudança profunda na perspectiva de Estado, que abrandou seus princípios liberais [...] no reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do Capitalismo.

Cabe observar neste processo que as Políticas Sociais foram formuladas nos sistemas de proteção social como respostas institucionalizadas do Estado de Bem-Estar Social em diversos países. Nesta perspectiva importante levar em consideração que este desenvolvimento não se deu de forma unânime, mas configuraram-se de formas diferenciados entre os Países de acordo com o processo histórico, econômico, político e social da sociedade. Nesse cenário, ampliação das Políticas Sociais desempenhou uma função diretamente relacionada ao aumento da produção e da oferta de serviços, com um respectivo aumento do consumo. (PEREIRA, 2009).

E no contexto histórico da realidade brasileira, o sistema de proteção social já não teve o mesmo resultado como ocorreu nos países desenvolvidos da América Central e da Europa

nesse período. Com as bases o marco teórico dos anos de 1930 do século XX e conforme Behring e Boschetti (2016) o contexto marcado pelo capitalismo brasileiro tem sua ênfase em um processo de colonização ocorrido entre os séculos XVI e XIX, causaria uma tendência a subordinação e dependência do Brasil aos países centrais com economia moldada em exportação sobre interesse dos mercados externos.

No âmbito da economia brasileira a produção de café era principal fonte de produto interno bruto de exportação e com a paralisia do mercado mundial a exportação do café brasileiro ficou prejudicada e para reverter este quadro e impulsionar à economia segundo Behring e Boschetti (2016, p. 105) as oligarquias do gado, de açúcar, agrárias e setor industrial assumiram o poder, formando agenda modernizadora, com constituição das elites capitalistas brasileiras.

Para entender os processos das Políticas Sociais no Brasil Pereira (2006) propõe cinco períodos históricos. O período Laissez Faire; o Período Populista /Desenvolvimentista; o Período Tecnocrático Militar; o Período de transição para a Democracia Liberal e o Período Neoliberal.

O período considerado Laissez Faire ou Liberalismo, no Brasil acontece de forma distinta em que fora concebido na Europa. No ponto de vista econômico no primeiro momento baseou-se no contexto escravocrata, na relação do direito à propriedade e manutenção dos escravos na posse da elite da época. Com ausência de intervenção do Estado e as instâncias de decisões estavam sobre responsabilidade do mercado, iniciativas privadas não mercantis e as respostas para a questão social se baseava na repressão controlada como caso de polícia. (IDEM, 2006).

Nesse sentido as consequências como não regulamentações do trabalho e enfrentamento das expressões da Questão Social se acirraram no cenário. Piana (2009) deixa bem explícito que no Brasil as Políticas Sociais inicialmente são marcadas por caráter assistencialista, paternalista e clientelista, com o qual o Estado por meio de medidas paliativas, exerceu sua intervenção a princípio para manter a ordem.

No segundo período que transcorre de 1930 a 1964, conhecido como Populista ou Desenvolvimentista, período marcado pela Era Vargas percebemos que no âmbito das Políticas Públicas começaram emergir principalmente as questões trabalhistas como medidas protetivas. Destaca-se a expansão das Leis Trabalhistas o “Ministério do Trabalho Indústria e Comércio da Carteira do Trabalho; Ministério da Educação e Saúde; Aposentadorias e Pensão

dos industriários; Promulgação de CF de 1934; criação do Conselho Nacional de Serviço Social entre outros”. (PEREIRA, 2006, p. 130-131).

Para Behring e Boschetti (2016) a intervenção Estatal foi atribuída nesse período por ações de orientação Populista, mas também repreensivas voltadas prioritariamente à demanda do trabalhador industrial com bases aos direitos previdenciários, atendendo assim mais a área urbana. No que se refere no campo social foi criado a Legião Brasileira de Assistência - LBA em 1942, que representou uma rede filantrópica, surgindo a partir da demanda das famílias dos soldados brasileiros convocados para guerra, que por sua vez necessitavam de uma assistência do Estado, coordenado pela primeira-dama Darcy Vargas. Esta instituição permaneceu por 53 anos, inaugurando assim no Brasil, segundo Sposati (2007, p. 46) “o primeiro Damismo em formato de clientelismo e paternalismo”.

Ianni (1985, p. 78) acrescenta que este período ficou conhecido por Populismo, pois,

Dominou boa parte da vida política brasileira, sobretudo no movimento político, proposta ideológica, organização sindical, partidária, governo, regime político ou forma de organização do Estado, em termos das suas relações com a sociedade, o povo, o cidadão, a economia, o capital estrangeiro, as classes sociais burguesas e assalariadas. (IDEM. 1985).

O Populismo com bases o Ianni (1985) foi um estilo de governo, que por outro lado permitiu a emergência das classes populares e o Estado como aparelho burguês ganhava uma feição Populista. Destaca-se uma consolidação na vida política e ampla participação de vários setores da Sociedade Civil nesse período.

Porém esta amplitude de participação de setores da Sociedade Civil limitou-se diante do cenário proposto por Pereira (2006) de 1964 a 1985 denominado por Tecnocrático Militar, no qual se registra a transição de vários governos, de 1964 a 1966 o governo Castelo Branco legitimou um modelo autoritário, rompendo com o modelo populista. Em 1967 a 1969 o governo Costa e Silva, deu a continuidade com o modelo autoritário, sendo reforçado no governo do Medici (1970-1973). A partir de 1974 a 1979 surge o governo Geisel, ensaiando gradativamente o início de uma abertura política e o governo Figueiredo em 1980 a 1985 assume dando continuidade desta abertura.

Neste contexto, o Estado tem sua identidade tecnocrática e centralizada, realizando alianças entre elites civis e militares em modelo econômico num formato concentrador e excludente atingindo expressivamente a classe trabalhadora e as medidas protetivas criadas

foram o Programa de Ação Econômica; Banco Nacional de Habitação; Instituto Nacional de Previdência Social - INPS; Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (IDEM, 2006).

A instalação da Ditadura Militar no cenário brasileiro segundo Ianni (1985) representou-se a vitória da grande burguesia financeira e monopolista, que incluiu uma burguesia estrangeira e nacional onde as Políticas Sociais foram baseadas na produção de lucro, renda e juro. Este período destruiu amplamente as conquistas democráticas conquistados no período populista, como avanços políticos dos trabalhadores.

Houve uma forte participação dos militares neste processo, tendo em vista a ordem e progresso ou segurança e desenvolvimento. Tudo isso segundo Ianni (1985) significou parte de onda fascista internacional, comandado pelos Estados Unidos, repercutindo no cenário brasileiro uma tecnocracia estatal. O Estado esteve totalmente a serviço dos interesses da burguesia, tanto o planejamento governamental, repressão e censura, visando para o aumento da acumulação capitalista.

Com bases a Behring e Boschetti (2016) a intensa repressão e uso de força foram estratégias e a garantia do projeto almejado pelo governo militar, tudo para manter o Brasil na grande potência econômica e articular o vínculo com o capitalismo internacional e, sobretudo um reordenamento na relação entre o Estado e Sociedade na base de ordem e progresso.

Neste sentido o debate sobre a existência de um sistema de proteção social se amplia somente durante a grande movimentação social chamado período de Transição para a Democracia Liberal, que se implicou numa reorganização institucional do Estado. Em 1986 teve uma convocação da assembleia nacional constituinte e no âmbito de Políticas Sociais revigorou uma atenção especial. Essa década histórica não é um momento fácil de mudanças de concepções e de abordagens no campo civil, social e político, em razão de que o país se manteve em contexto de ditadura civil-militar por mais de 20 anos. (BEHRING e BOSCHETTI, 2016).

Pela primeira vez na história da política do País houve um avanço no campo de direitos sociais, envolvendo a Assistência Social na Constituição Federal de 1988, numa condição de componente do Sistema de Seguridade Social e de direito de cidadania. (PEREIRA, 2006). A partir da instituição da Constituição Federal de 1988, foi possível consolidar o sistema de seguridade social como arcabouço jurídico legal que garante um conjunto de direitos à assistência, à previdência e à saúde, numa responsabilidade estatal. (SPOSAT, 2007).

O estudo de Simões (2014) enfatiza que no Brasil com a Constituição Federal de 1988 o Estado formulou-se instituição do Estado Democrático de Direito. Esta concepção significa a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana na base de um regime legal, instituídas como cidadãos. Os Direitos Fundamentais são um conjunto de valores éticos, a serem respeitados tanto nas ações estatais quanto nas relações civis. Estes são os Direitos Civis, Político, Social, Coletivos e Difusos e Democracia, Informação e ao Pluralismo, denominados por gerações.

Quadro 2: Direitos Fundamentais

Primeira Geração Século XVII-XVIII Direitos Civis e Político	Segunda Geração Século XIX-XX Direito Social	Terceira Geração Século XX Direito Coletivo e Difuso	Quarta Geração Direito a Democracia, Informação e ao Pluralismo
<p>Civil: Proteção do direito à vida, privacidade, propriedade privada e a representação dos interesses políticos no Estado, com princípio da liberdade e da igualdade.</p> <p>Político: participação na vida política com a progressiva ampliação do eleitor e de ser eleito.</p> <p>(SIMÕES, 2014).</p>	<p>Formulada em decorrência das lutas dos trabalhadores. A princípio abrange “a saúde e Previdência Social, e posteriormente a assistência social”.</p> <p>(SIMÕES, 2014, p. 78).</p>	<p>Ênfase na qualidade de vida dos povos por meio de movimentos sociais e pelo fim dos crimes contra a humanidade, que incluem o direito a paz, defesa do meio ambiente, do consumidor e outros.</p> <p>(SIMÕES, 2014).</p>	<p>Assegura a população a garantia efetiva de participação nas decisões governamentais, divulgação das informações de interesse social, da transparência das decisões, do pluralismo políticos, da diversidade dos grupos sociais e soberania das nações.</p> <p>(SIMÕES, 2014).</p>

Fonte: Elaboração Própria, sistematizado a partir dos estudos de Simões, 2014.

Deste quadro destacamos os Direitos Sociais, que tem seu processo de origem marcado pela decorrência do desenvolvimento e da expansão do capitalismo industrial e diante das condições de precarização do trabalho na realidade brasileira e com a Constituição Federal de 1988 institui-se a princípio Saúde, Previdência Social e amplia-se a sua configuração incluindo a Assistência Social como política pública não contributiva, formando tripé de seguridade social. (SIMÕES, 2014).

Portanto o Estado Democrático de Direito segundo Simões (2014) com a Constituição Federal de 1988 significa:

A garantia dos direitos fundamentais das pessoas, tratadas humanamente na base de um regime legal de garantias constitucionais, contra arbítrio público ou privado, configurados de um novo status jurídicos de pessoas, assim instituídas como

cidadãs, de modo que nem o poder público nem, muito menos os poderes privados possam invadir a esfera individual. (IDEM, 2014, p. 89).

Nesta perspectiva os direitos sociais perpassam por uma incorporação de valores, princípios instituídos de marco legal e neste processo a intervenção primordial do Estado para assegurar estes direitos, mas não devemos desconsiderar as intensas lutas e articulação da Sociedade Civil para este resultado.

Na Constituição Federal de 1988 percebemos que os direitos sociais devem ser assegurados e reconhecidos pelo Estado e efetivados para sociedade. A Assistência Social como parte da Seguridade Social, no título VIII- Da Ordem Social e na seção IV-dispõe no art. 203 com objetivos:

- I – A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – A garantia de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL. CF-88, p. 122).

Nessa dinamicidade na realidade brasileira a Assistência Social se insere na CF-1988 como uma Política Pública e nos dizeres de Couto (2015) constituindo assim um direito social não contributivo, dever do Estado e direito de todos, devendo prestar a quem dela precisar, configurando um avanço no acesso aos Direitos Sociais.

Nas análises de Netto (1999) e Fagnani (2011) observamos que a Constituição Federal de 1988 seria uma espécie de Estado de Bem-Estar Social, no qual foram instituídos os direitos civis, políticos e social, configurado por meio de um pacto social entre a estruturação capitalista e a luta da grande massa de trabalhadores, portanto não é mero um direito normativo, mas incumbido de relações sociais.

No entanto o último período adotado por Pereira (2006) é o Neoliberal, que corresponde ao período que vem a partir da década de 1990, momento em que a discussão se assenta nos similares das políticas neoliberais, este marcado pelo processo de ajuste estatal e reformas. O Neoliberalismo apreendido pelo Montañó e Duriguetto (2010) envolve um Estado Mínimo e Mercado Livre que em nível mundial surgiu como alternativa contraposta ao

keynesianismo. Os Neoliberais opõem a universalidade e gratuidade dos serviços públicos e defendem a privatização do financiamento e produção de serviços.

Behring e Boschetti (2016) corroboram que o Neoliberalismo surgiu pós Segunda Guerra Mundial, e o grande pensador influenciador desta teoria foi o Friedrich August Von Hayek (1899-1992) reagindo ao Estado Intervencionista de Bem- Estar Social e que a estabilidade monetária é a meta principal a ser atingido.

O neoliberalismo refere-se a uma doutrina econômica que defende a redução do Estado e ampliação liberdade econômica e de mercado. Neste ideário é necessária a redução de gastos públicos, incluindo as despesas com políticas sociais para equilíbrio fiscal das contas públicas. Uma das maiores expressões dessa tradição foi o chamado Consenso de Washington, deliberado por instituições financeiras internacionais e cujo receituário foi seguido por países endividados e tensionados pela inflação como o Brasil. (BEHRING e BOSCHETTI, 2016).

No Brasil as ideais neoliberais de reforma de Estado ganharam corpo entre as gestões do governo Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso, eclodindo Políticas Sociais com cunho de privatização, focalização, seletividade. Conforme Pereira (2006) no mandato do Presidente Collor concerne por três momentos, uma radical Reforma do Estado, liberalização das importações e um agressivo programa de privatizações, para isso propôs abertura econômica e cercou se de diplomatas.

Porém na realidade não foi alcançado como almejado, pois teve fracassos na Reforma Fiscal e Administrativa, conseqüentemente resultando no congelamento dos recursos dos agentes privados e o confisco das poupanças das contas correntes dos brasileiros. Isto simbolizou uma grande máquina de corrupção e com isso a comoção de inúmeras denúncias em todo o País, resultando a abertura da comissão de inquérito e desencadeando para o Impeachment. (IANNI, 1985).

Com esta mudança em 7 de dezembro de 1993 assumiu o Itamar Franco como Presidente da República. Neste processo no âmbito social houve aprovação da Promulgação da Lei nº8. 742-Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), antes engavetado pelo governo Collor, o que não significava a generosidade do Franco, mas consequência de uma luta intensa dos grupos defensores para sua implementação. (PEREIRA, 2009).

E entre os anos de 1995 a 2002, Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República. Netto (1999) corrobora que sua candidatura marcou por ser de base

socialdemocrata no qual evidentemente estimulou a confiança para a burguesia brasileira, corporações transnacionais e boa parte da população trabalhadora para sua vitória.

Para Netto (1999) foi uma candidatura maquiada de social-democrata. Logo no seu primeiro mandato operou eficiente contra a proposta da CF 1988 com uma reforma de revisão constitucional, inviabilizando a construção de um Estado com amplas responsabilidades sociais, universais para implementação do projeto político do grande capital.

Pois tratava - se de um projeto reformista neoliberal do Estado por meio de um plano diretor que primava pela privatização dos bens públicos e pela redução do papel estatal que configurou em processos de regressão de direitos consagrados em 1980. As ações governamentais foram marcadas pela manipulação das receitas, falta de controle de gestão transparente, no qual emergiu o desvio de fontes orçamentários públicos destinados para outros fins. (NETTO, 1999).

Com efeito, de acordo com Netto (1999, p. 86) “nunca houve um governo tão generoso quanto o de FHC para com os investidores em papéis federais, pagando religiosamente juro estratosféricos e no mesmo andamento a desqualificação da política social pública”, ou seja, por um lado um grupo bem recompensado e por outro a destituição de Políticas Sociais.

O autor deixa bem claro que o projeto de FHC não exclui a vigência de Política Social, o que foi posto em jogo foi à destituição de função na dimensão inscrita na CF 1988 de cunho público para uma lógica mercantil, orientada pela privatização e mercantilização, ambas indicaram claramente o afastamento da responsabilidade do Estado em face da sociedade.

Neste contexto marcaram-se profundamente os planos de privatização com restrição de acesso público principalmente da Política de Assistência Social, sendo transferido para Sociedade Civil ou instituições de solidariedade social, retirando o caráter de direito da política, com surgimento de comunidades solidárias. (IDEM, 1999).

Nesta perspectiva Behring e Boschetti (2016) entendem que as Políticas Sociais no Neoliberalismo estão articuladas pelo trinômio: privatização, focalização e a descentralização. Sobre privatização elucidam a existência dos que podem e não pagar pelos serviços. A focalização assegura acesso apenas aos que comprovam extremamente sua condição social, ou seja, a seleção do “pobre do pobre” e a descentralização envolve a transferência de responsabilidade da esfera pública para instituições privadas, organizações sociais, denominado como Terceiro setor.

Percebe-se nesse contexto o esvaziamento da responsabilidade do Estado na condução e execução de Políticas Públicas, principalmente de Assistência Social, repassando para organização civil as funções, contrapondo assim a universalidade e caráter público desta política.

Neste sentido nas análises de Micanto (2012, p. 87) percebemos que a Política Social é uma resposta do Estado que surge de “problemas estruturais⁵ e específicos decorrentes da estrutura econômica de classes emergidos do sistema capitalista, baseada na valorização do capital privado e na exploração do trabalho assalariado”.

Por essa razão a Micanto entende que a Política Social faz parte do Estado Capitalista, onde a própria dinâmica contraditória cria necessidades para assegurar a reprodução da força de trabalho, imbricadas em correlações de forças, e conflitos. O Estado não age, necessariamente, em prol do atendimento das necessidades da sociedade. No Estado capitalista as políticas sociais funcionam como um meio para manter a desigualdade e perpetuar a dominação do Estado.

É suma importante ainda trazer nesta discussão das Políticas Sociais os anos 2000, tendo em vista que é mais determinante para a materialização da assistência social como Política Pública, principalmente no período de governo dos Partidos dos Trabalhadores - PT, através de mandato de Luís Inácio Lula da Silva, marcado pela Era Lula entre os anos de 2003 a 2010. (FAGNANI, 2011).

O que se percebe nesse período da Era Lula no âmbito de Políticas Sociais é que houve sim avanço, mas o governo não rompe com a focalização do neoliberalismo, isto é, o retrocesso permaneceu consolidado, embora com menor intensidade. (FAGNANI, 2011).

Evidenciamos que este período em meio às tensões possibilitou a criação do Ministério de Assistência Social, no qual a Lei Orgânica de Assistência Social ganhou um lugar específico. Em 2003 aconteceu à realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social e nos meados de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com competência de articular as ações no campo de assistência social. E consequentemente com a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS),

⁵ Conforme Micanto (2012) o desenvolvimento capitalista desapropria periodicamente o trabalhador assalariado das suas condições de troca e, por extensão, dos seus meios de subsistência. A política social é uma estratégia de proletarianização da força de trabalho, pois é fundamental para a transformação da força de trabalho despossuída dos meios de subsistência em trabalho assalariado ou para a sua integração nas relações.

protagonizou-se em 2004 a Política Nacional de Assistência Social, sendo consolidado com a implantação do Sistema Único de Assistência Social em 2005. (SPOSATI, 2007).

Nas palavras de Sposati (2007) houve novas forças na sociedade brasileira, que se articularam para que de fato realizasse a conquista desses processos, por exemplo, a categoria dos assistentes sociais; um dos nomes renomados é a Potyara Pereira como analista de Políticas Sociais e no qual contribuiu na elaboração dos princípios e diretrizes da assistência social; a participação da classe trabalhadora; militantes enfim da Sociedade Civil.

Desta forma compreende-se que Assistência Social é uma Política Pública de cunho direito social, o que não significa uma mera concessão do Estado, mas sim, fruto das lutas e inquietações da classe trabalhadora, militantes, da Sociedade Civil.

Porém Pereira (2009, p. 173) apresenta em suas reflexões que quando se fala em Política Social “não condiz com as ideias pragmáticas de mera ação ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e simplesmente aplicadas na Sociedade”. Porque a arena de sua materialização é marcada por contradições conflituosas de poder e forças sociais.

Nesta premissa Valle (2021) corrobora com discussão destacando o Golpe de 2016 que foi um período histórico no âmbito de Políticas Sociais marcado pela ascensão e ofensiva de grupos, partidos e movimentos organizados conservadores de direita e extrema direita, com ação coordenada e planejada. Segundo Valle as Políticas Sociais assumem outro avanço agora com perspectiva de ultraneoliberais.

Braz (2017) enfatiza que Golpe de 2016 aconteceu diante de um contexto da crise financeira do País e o processo político levou ascensão de um conservadorismo reacionário e o impeachment de Ex-Presidente Dilma Rousseff. Isto simbolizou um ataque a Democracia, políticas sociais, marcado pelo uso de grandes meios de comunicação como estratégia, no qual o autor denomina armas ideológicas da grande mídia burguesa e o impeachment foi um golpe democrático operado no âmbito da Democracia Burguesa.

Valle (2021) destaca que o cenário da crise econômica que o país enfrentou e consequentemente o desemprego foi favorável para direita ocupar espaços. Deste modo a base organizada por camada do Alto Empresariado que visam ampliação no lucro e são contra Leis Trabalhistas, Regulações Ambientais e impostos bem como base os pequenos comerciantes locais, Ruralistas, Madeireiros, Mineradores; grupos de Policiais, Guardas e Profissionais de segurança privada; Frações de autônomos e empreendedores individuais; Setores Evangélicos Pentecostais e Conservadores Populares.

Para Valle (2021) este em termos ideológicos têm sua base na união do ultraneoliberalismo e o conservadorismo e apresentam uma realidade crucial no conjunto de políticas sociais. E para classe trabalhadora representa uma grande ameaça caracterizada por sucessivos processos de expropriações sociais com o aprofundamento das reformas estruturais de Estado, com acirramento de destruição de garantias e direitos historicamente conquistados em prol dos interesses do capital.

E no cenário político, econômico do atual momento especialmente pós-golpe de 2016 faz-se importante e necessário enfatizar que as políticas sociais assumem de forma focalizada tendo em vista que houve extinção do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), transformando como Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. E a partir de 2019 foi criado Ministério da Cidadania onde a Política de Assistência Social foi deslocada como parte deste novo Ministério e o cenário vem agravando com corte orçamentário, destituição dos direitos sociais já conquistados historicamente através de lutas sociais levantadas pelos trabalhadores. (VALLE, 2021).

Toda esta conjuntura política, histórica da Política de Assistência Social influência na realidade amazônica. Em face Torres (2019) apresenta uma análise histórica das primeiras ações de Assistência Social no Estado do Amazonas, que se dá com a criação dos núcleos da Legião Brasileira de Assistência. A princípio administrado pela igreja católica com base a doutrina. O contexto elucidado é dos anos de 1940, que em nível nacional corresponde a Era Vargas e em nível regional o Álvaro Botelho Maia, que foi nomeado por Getúlio Vargas como interventor e condutor do Estado.

Em síntese apresentamos marcos histórico dos anos de 1950 a 1994 da Assistência Social no Estado do Amazonas.

Quadro 3: Trajetória de Assistência Social no Estado do Amazonas.

Contexto	Governo	Características de Assistência Social
1950-1954	Governo Álvaro Botelho Maia	Foi criado um Programa social, com objetivo de reunir recursos para enfrentamento do problema social, contando com apoio do estado e igreja e para criação da proposta teve a contribuição do Juiz de direito André Vidal de Araújo.
1955	Plínio Ramos Coelho	Surgimento do primeiro Damismo Consolidação da Lei Brasileira de Assistência no Amazonas
1959-1963	Gilberto Mestrinho	Concebido como proteção social; Sequência do Damismo Concepção Humanitária Assistencialismo e Clientelismo
1979-1983	Jose Bernardino Lindoso	Considerou como Proteção Social Criação de planejamento social Projeto Migrante

		Criação de Central de Voluntários -Filantropia
1983-1986	Gilberto Mestrinho	Política Paternalista
1991-1994	Gilberto Mestrinho	Criação da Secretaria de Estado da Ação Social-SEAS Continuidade do paternalismo Década de clientelismo e populismo

Fonte: Sistematizado com bases aos estudos de Torres, 2019 pela Pesquisadora em 2021.

Neste âmbito percebe-se que a Assistência Social no Amazonas a princípio sofreu ações e formatos de proteção social e atribuições que envolveram com base ao assistencialismo, Damismo, paternalismo, fundamentado com ação de voluntarismo ou de boa ação dos que detinha poder com aos pobres considerados os desvalidos do cenário amazonense.

Chaves (2016) neste âmbito apontam alguns acontecimentos históricos que marcaram a região sinalizando especificamente os anos de 1760 sobre Exploração das Drogas do Sertão e implantação da agricultura capitalista; de 1870-1945 a Exportação da Borracha e Migrações acirradas da região Nordeste para Norte do país e em 1970 o surgimento da Zona Franca de Manaus, e implantação de grandes Projetos de Desenvolvimento Econômico.

Segundo Chaves, et al (2008) o processo é marcado pelo desenvolvimento econômico, com refrações da questão social, consubstanciadas por fatores como o território, a natureza, a população, cultura e organização política. Neste sentido a questão social na Amazônia pode ser retratada pelas invasões, destruição, violência, mortes, pobreza, mercantilização da biodiversidade, perseguição dos direitos á cultura e á identidade indígena e dificuldade acentuada de acesso ás Políticas Públicas, dentre outras.

Segundo Teixeira (2013) pensar a Amazônia requer um esforço imensurável por se tratar de uma região de rica biodiversidade natural, mas também de configuração dos povos, agrupamentos culturais, especificidades de grupos, formado por indígenas, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros, seringueiros, caboclos e outros.

A região amazônica⁶ conforme Ribeiro (2014) precisa ser considerado na sua diversidade sociocultural, econômica, territorial e as peculiaridades o que difere do ponto de vista do modo de produção capitalista, e não podemos entendê-lo de maneira homogêneo.

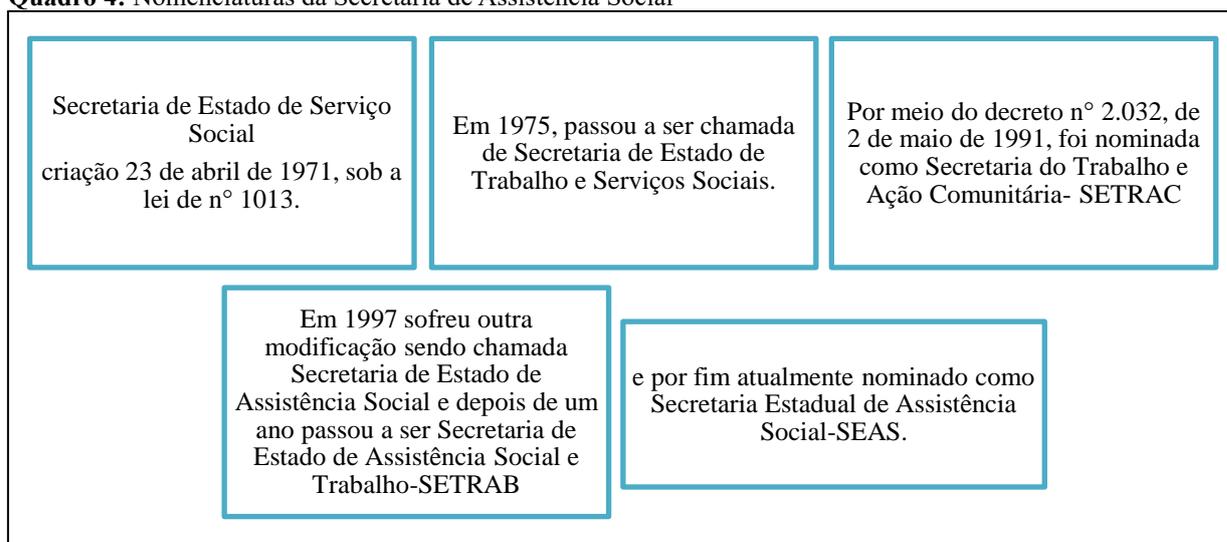
Portanto Teixeira (2013) afirma que para falar sobre a política de Assistência Social nesta região devem ser consideradas as inúmeras particularidades e contextos históricos. Além destes, a realidade é caracterizada pelas distâncias intermunicipais onde a locomoção

⁶ Esta região abarca oito Estados, a saber: Acre, Roraima, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e parte do Maranhão. Dentre estes, o Amazonas aparece como sendo a maior extensão territorial, com formação de 62 municípios. (RIBEIRO, 2014)

acontece via fluvial; o custo de manutenção é caro e implica tempo, recursos humanos, financeiros. Por isso é necessário e importante à consolidação do Sistema Único de Assistência Social nesta região.

Atualmente segundo as informações obtidas do portal do governo do Estado, a Assistência Social está vinculada à Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS. E no decorrer do processo histórico sofreu diversas nomenclaturas, como podemos destacar:

Quadro 4: Nomenclaturas da Secretaria de Assistência Social



Fonte: Elaboração própria, 2021. Dados retirados de SEAS, 2020.

Do ponto de vista administrativo SEAS (2020), configura sua organização por divisão de Calhas: Alto Rio Negro, Alto Solimões, Baixo Amazonas, Juruá, Madeira, Médio Amazonas, Rio Negro e Solimões, Triângulo e Purus. É possível registrarem nos 62 municípios do Amazonas a implantação do Centro de Referências de Assistência Social - CRAS, deste em 46 municípios os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS. (SEAS, 2020).

Deste modo registramos que em São Gabriel da Cachoeira existem 1 CRAS e 1 CREAS, organizado como calha do Alto Rio Negro. Neste mosaico de ações, pensar a Política de Assistência Social diante do cenário de conjuntura atual apresenta-se discussão necessária. Segundo o Braz (2017), é preciso a unidade entre as forças democráticas, não apenas de classe trabalhadora, mas também dos setores mais amplos que se colocam numa luta conjunta contra o avanço do neoliberalismo/conservadorismo das políticas públicas.

E neste cenário a importância do fortalecimento junto com os profissionais que estão na linha de frente da Política de Assistência Social, a Sociedade Civil, especialmente os usuários que defendam a universalização dos direitos, visando o protagonismo em defesa desta Política Pública no âmbito brasileiro e regional.

1.3 Programas e Projetos na Política de Assistência: desafios afirmativos

No exposto acima vimos que a Política de Assistência Social é um direito de todos e dever do Estado. A Constituição Federal de 1988 (p. 122) dispõe no Art. 203 que “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. A CF 1988 institui em seu Título VIII da Ordem Social, Capítulo II, no art.194 que a “Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, a Previdência e à Assistência Social, (EC nº 20/98)”. (CF 1988,2016, p. 117).

A Assistência Social em seu conjunto normativo está regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742 de 1993; aprovado como Política Nacional de Assistência Social - PNAS em 2004; criado o Sistema Único de Assistência Social - SUAS em 2005 e suas Normas operacionais - NOB-SUAS/2005; NOB-RH-SUAS/2011; NOB-SUAS/2012 e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009. (BRASIL, 2017).

PNAS (2004) estabelece sob sua responsabilidade três funções a Vigilância Social; Defesa de Direitos e Proteção Social. Neste estudo delimitamos a discussão em torno de Proteção Social, no qual “deve garantir a seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia; de acolhida e de convívio ou vivência familiar)”. (PNAS, 2004, p. 31).

Como Diretrizes, a Política Nacional de Assistência Social apresenta:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socio territoriais locais;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;
- IV – Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 32-33).

E tem como objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (PNAS, 2004, p. 33).

Segundo Giovanni (1998) numa perspectiva generalizante de abordagem a forma de proteção social sempre existiu entre a sociedade humana, sejam elas nas antigas, modernas e contemporâneas. Sua execução tem sido por meio de instituições não institucionalizadas e plurifuncionais, que seriam a família e a sociedade complexa por divisão social do trabalho.

De forma mais acentuada numa perspectiva teórico sistemático Giovanni (1998, p.10) define que a proteção social é,

Formas, às vezes mais, às vezes menos institucionalizada que as sociedades constituem para proteger, parte ou conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. Também abrange formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais, quanto de bens culturais. (IDEM, 1998).

Mediante ao exposto compreendemos que a Proteção Social faz parte do processo histórico da sociedade, onde com suas configurações institui formas de proteção para seus membros, incluindo a vida natural e social. Todas as sociedades históricas apreenderam certa alocação de recursos para a proteção social, caracterizando três tipos de modalidades, tais como: a tradição, a troca e a autoridade. (GIOVANNI, 1998).

A tradição envolve um conjunto de valores como caridade, fraternidade e solidariedade. A Troca concerne a um conjunto de práticas econômicas, seja por relações individuais até forças do mercado. E Autoridade implica na modalidade política, configurando a presença do Estado como gestor, regulador e produtor de relações sociais. (GIOVANNI, 1998).

Neste sentido a Proteção Social apreendido pelo autor inclui na autoridade, que concerne à execução do Estado. No qual a materialização de Proteção Social se dá numa arena contraditória, entre o Estado como poder público versus os grupos sociais, ou seja, não é tão pacífico, pois este espaço é marcado por conflitos e interesses diversos. (IDEM, 1998).

Pereira (2006) compreende a Proteção Social sobre três elementos, a segurança social, o asseguramento e as políticas sociais. Destaca-se:

Segurança social abrange contra risco que afetam de forma negativa as condições de vida das pessoas. O asseguramento são regulações legais de forma que garantam ao cidadão a segurança social como direito, e as políticas sociais, como espécie de política pública direcionada a concretizar a segurança social como direito por meio de um conjunto de instituições, profissões, benefícios, serviços e recursos programáticos e financeiros. (IDEM, p. 16).

Desta compreensão, é possível sistematizar que a Proteção Social condiz um sistema, que concerne o pacto assegurado e regulado por responsabilidade pública para com a população, a ser concretizado através de políticas sociais públicas, implicando a preservação, dignidade humana e segurança.

E no entender de Sposati (2013) a Proteção Social baseia-se em duas lógicas, um pelo capital e outro pela Seguridade Social. Na perspectiva da lógica do capital a proteção social tem um sentido que os indivíduos considerados improdutivos para o capital são inseridos para a proteção, atribuindo uma expressão de dependência, manifestações de tutela e em contraponto devem ser exercidas pelo indivíduo a liberdade e autonomia estimulando para empreendedorismo. E no âmbito de Seguridade Social é um conjunto de seguranças sociais que o Estado garante aos seus membros.

Desde modo neste estudo compreendemos a partir de Sposati (2013) e Pereira (2006) que a proteção social é um conjunto de seguranças sociais que o Estado por sua vez é responsável em ofertar estes serviços de forma universal instituindo de Políticas Públicas.

Na Política de Assistência Social segundo a NOB-RH/SUAS (2012, p. 19) a proteção social encontra-se estruturado por dois níveis, “a proteção social básica (que se destina a prevenir as situações de risco) e a proteção social especial (promover atenções socioassistenciais as famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social)”.

Neste estudo alinhamos a reflexão a partir de proteção social básica, no qual o Centro de Referência de Assistência Social é a principal unidade de acesso. A PNAS (2004) define que o CRAS é uma unidade pública estatal, de proteção social básica, localizado em áreas de vulnerabilidade social e se materializa por meio dos serviços, programas, projetos e benefícios.

O serviço, segundo Sposati (2009, p. 41-45) é um conjunto de atividades prestadas em determinado local de trabalho destinando a prover determinadas atenções, assentado nos

princípios de universalidade com “centralidade a matricialidade sociofamiliar, gestão descentralizada, territorialização e trabalho de intersetorialidade”.

Já os Programas consistem na regulamentação de ações, integradas por princípios e diretrizes. Os Projetos são realizações operacionais de ações do programa geralmente temporárias, especificando metodologia, metas, prazos, custos e orçamento. E os benefícios correspondem à transferência em espécie fora da relação de trabalho. (SPOSATI, 2009).

Com bases as informações do documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) os serviços de proteção social básica concernem em.

Quadro 5: Serviços de Proteção Social Básica.

SERVIÇOS			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;	Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.	Forma de acesso CRAS
BENEFÍCIOS			
Benefício de Prestação Continuada	Benefícios Eventuais	Transferência de Renda Condicionada	CRAS
QUEM TEM DIREITO?			
Pessoa com Deficiência ou Pessoa Idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo. Conforme reformulado pela nova lei nº14. 176, de junho de 2021.	É um pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade à criança, à família, ao idoso, à pessoa com deficiência, à gestante, à nutriz e também em casos de calamidade pública.	Repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda.	

Fonte: Elaboração própria e sistematizado a partir do documento Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Percebemos que para alcance deste, os usuários são inseridos em um conjunto de ações. Deste modo destacamos os principais serviços ofertados pelo CRAS em São Gabriel da Cachoeira⁷, no quadro abaixo:

⁷ Está localizada, no noroeste do Estado do Amazonas, conhecido como “Cabeça do Cachorro” por causa do seu contorno no mapa em relação de sua fronteira com a Colômbia e a Venezuela, e sua extensão territorial é de 109.185 Km² na região do Alto Rio Negro (MORAES, 2022). Este é uma das regiões com a maior diversidade étnica linguística da Amazônia (SANTOS, 2019).

Quadro 6: Serviços ofertados pelo CRAS.

Programas	Serviços	Projetos
Programa Auxílio Brasil	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família-PAIF;	Projeto Mamãe Cegonha (kits de maternidade)
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Serviço de Convivência e fortalecimentos de vínculos-SCFV.	Projeto Roda Amiga (para cadeirantes)
Programa Criança Feliz		Projeto Fábrica de Sonhos
Programa Viver Envelhecimento Ativo e Saudável		Projeto Mulheres que inspiram (saúde da mulher Gabrielense)
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS)		Projeto Amigos do Judô
Benefício de Prestação Continuada-BPC		Projeto Amanhecer (conhecimento musical)
		Projeto Cinderela e Qualifica SGC (ainda a ser lançado)
		Projeto Jogada Certa

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de Campo, 2022.

Para ter acesso a estes serviços socioassistenciais, a primeira porta de entrada é o Cadastro Único. De acordo com Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI) o Cadastro Único é um instrumento de planejamento de Políticas Públicas, que direciona uma base abrangente das condições de vida do cidadão brasileiros mais vulneráveis.

O Cadastro Único foi criado em 2001, e esta ferramenta apresenta a revisão de legislação, atualizações e aprimoramento de sistemas e formulários, implementação de cadastramento on-line, capacitação de gestores municipais e coordenadores estaduais, bem como verificação de dados por meio de batimentos e cruzamentos com outras bases, além da criação de aplicativos de monitoramento de cadastramento (BRASIL, 2021).

Cuja sua execução acontece através de gestão compartilhada entre Federal, Estadual e Municipal. Para realizar o Cadastro Único, o programa indica que um membro da família a partir de 16 anos e preferencialmente mulher pode se responsabilizar a prestar informações à pessoa competente no CRAS de sua cidade. (BRASIL, 2021).

Capacita SUAS (2013) enfatiza que todos os mecanismos como serviços, benefícios, programas, projetos e proteção social devem assumir:

Como dimensões orientadoras do trabalho social o fortalecimento de potencialidades e capacidades dos cidadãos e o seu empoderamento e protagonismo social. Fortalecer potencialidades e capacidades não significa que o próprio indivíduo tem que buscar a solução dos seus problemas, desonerando o Estado de suas responsabilidades. (CAPACITA/SUAS 2013, p. 43-44).

Portanto é importante o compromisso do Estado e eficácia dos serviços socioassistenciais que visem responder as necessidades daqueles que buscam estes serviços indicando potência, sobretudo o protagonismo social dos mesmos.

Vale enfatizar que a implantação do CRAS no território indígena edificou-se com aprovação do SUAS em 2005. Este por sua vez para melhor regular e organizar as ações socioassistenciais apresentaram proposta de construção do CRAS para alcançar os segmentos específicos, inclusive atendimento específicos às famílias indígenas. Segundo Souza (2011) um dos critérios estabelecido foi de que as terras indígenas devessem ser devidamente identificadas, com regularização atestada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI⁸.

Nesta premissa o CRAS em São Gabriel da Cachoeira foi implantado no mês de julho do ano de 2006 e em julho de 2022 fez dezesseis (16) anos de sua implementação neste território. Sua abrangência territorial corresponde à sede e interior. Atualmente está localizada na Avenida Costa e Silva, nº 211, no bairro Fortaleza, com funcionamento de segunda a sexta no horário de 07h00min às 11h00minhs e de 13h00min às 17h00minhs. (CRAS, 2021).

A NOB-RH/SUAS (2011) em sua norma prevê que o CRAS deverá ser caracterizado, em sua complexidade de atenção, a saber: Pequeno porte; Pequeno porte II e médio, grande, metrópoles e DF. Neste sentido o CRAS de São Gabriel da Cachoeira acentua-se como Pequeno Porte II com sua população estimada de 47.031 (IBGE, 2021). Nesse porte corresponde número de habitantes de 20.001 a 50.000 e concerne existência de um CRAS para realização de atendimentos.

Com base nos dados da pesquisa de campo é possível notar que, dentre os três serviços socioassistenciais desenvolvido no CRAS do município, o Programa Auxílio Brasil desponta-se como central e mais procurado pelos usuários. Tais dados corroboram com a explicação da Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação (SAGI, 2022) no documento nominado “Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania” que até setembro de 2022 foram cadastradas 30.097 pessoas e 7.112 famílias com um benefício médio mensal de R\$ 658,68 e cujo valor mensal repassado pelo governo federal foi R\$ 4.608.094 até o referido mês no que se refere ao programa Auxílio Brasil em São Gabriel da Cachoeira.

Mas Baltar e Rodrigues (2021) sinalizam que no cenário brasileiro, a Política de Assistência Social é uma das políticas que vem sofrendo ataque, principalmente no que se refere ao corte dos orçamentos. Que desde 2014, o Brasil tem sofrido maiores ataques às políticas sociais com ações restritivas nos orçamentos após sentir os efeitos da crise

⁸ É órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da lei nº5. 371,de5 de dezembro de 1967,vinculada ao Ministérios da Justiça e Segurança Pública, é Coordenadora e principal executora da Política Indigenista do governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Fonte: www.funai.gov.br/ acesso em: 31 de out, 2022.

econômica e mundial, principalmente após 2016 e com pandemia da covid-19 o cenário se agravou.

Para sistematizar o que seria o Programa Auxílio Brasil faz necessário contextualizar o cenário político, econômico e sanitário do ano de 2020. Que em 11 de março de 2020, o diretor geral da Organização Mundial de Saúde – OMS, em pronunciamento, declarou estado de pandemia. Ventura (2013, p. 51) esclarece a diferença existente entre epidemia e pandemia.

Para Ventura (2013, p. 51), a epidemia “dá a doença uma dimensão particular”. Quando uma doença atinge um nível de incidência maior do que o esperado em uma determinada região, que pode ser um bairro, um município, um estado ou um país, ela passa a ser caracterizada como uma epidemia. À medida que uma epidemia extrapola fronteiras nacionais e intercontinentais, atingindo níveis mundiais, ela evolui para uma pandemia. Foi o que aconteceu com a Covid-19, doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, um novo tipo de coronavírus.

O primeiro caso foi registrado em dezembro de 2019, na China, e espalhou-se rapidamente pelo mundo. Após o surgimento e disseminação na Ásia, a Covid-19 se alastrou pela Europa e, a partir de então, alcançou todos os continentes. No Brasil, o primeiro caso da doença foi registrado no dia 26 de fevereiro de 2020⁹. Em 20 de março do mesmo ano, foi promulgado o Decreto Legislativo nº 6/2020, que decretou a ocorrência de estado de calamidade pública no país. (BRASIL, 2021).

A OMS orientou os países a adotarem as medidas necessárias para conter a disseminação do vírus: “Os países devem adotar uma abordagem envolvendo todo o governo e toda a sociedade, construída em torno de uma estratégia integral e combinada”. (BRASIL, 2021).

Assim diversas medidas passaram a ser tomadas em nível nacional, estadual e municipal, na tentativa de desacelerar o processo de contaminação e evitar o colapso dos sistemas de saúde. As medidas de enfrentamento adotadas na pandemia no Brasil foram às recomendações de isolamento, distanciamento social, quarentena, *lockdown*, que exigiu paralisação de atividades econômicas, suspensão ou readequação de serviços, com a adoção, por exemplo, do *home Office*. Castilho e Lemos (2021) tecem críticas, ao passo que parcela

⁹ PINHEIRO, Chloé; RUPRECHT, Theo. Coronavírus: primeiro caso é confirmado no Brasil. O que fazer agora? **Veja Saúde**, 26 Fev. 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-primeiro-caso-brasil/>> Acesso em: 14 ago 2021.

considerável de população brasileira não tinha tipo de direito trabalhista e previdenciário, que possibilitasse a mínima proteção neste momento.

Pois de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em março de 2020, os trabalhadores informais representavam 40,6% do total de trabalhadores ocupados no País. Conforme Boschetti e Behring (2021) quando a pandemia chegou ao Brasil, o país encontrava com 12,6 milhões de desempregados /as.

Entre os(as) desempregados(as), 64,8% são pretos e pardos, conforme designação da PNAD/IBGE, enquanto os(as) que são brancos(as) correspondem a 34,2%. As mulheres são a maior parte (64,7%) da força de trabalho e também é maioria entre a população sem emprego - 53,8%. A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 13,1% contra 9,2% entre os homens (BOSCHETTI E BEHRING, 2021).

Diante do agravamento, os mais atingidos pela pandemia foram às parcelas mais pobres da classe trabalhadora e deste as mulheres com composição na maior faixa do desemprego. (BOSCHETTI E BEHRING, 2021). A fim de garantir atendimento, juntamente com outros serviços, a assistência social foi considerada um serviço essencial para continuar atuante em seu atendimento á população no período da pandemia. (BALTAR e RODRIGUES, 2021).

A portaria SNAS nº 54/2020 considerou assistência social um serviço essencial, recomendado aos trabalhadores/as do SUAS dos estados, municípios e Distrito Federal a não suspensão dos serviços e atividades. Esta Portaria expressou que os serviços e atividades essenciais são aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerado aqueles que, se não atendido, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população. (BRASIL, 2020, Art.3, parágrafo 1º).

Para Baltar e Rodrigues (2021) este cenário implicou-se aos trabalhadores além de ser requisitada para a execução dos serviços e tarefas considerados essenciais, a venda de sua força de trabalho e por outro lado o contingente imenso de trabalhadores que encontravam em situação de desemprego, trabalho informal, a população ribeirinha, povos da floresta, os imigrantes e refugiados, assim como povos indígenas e quilombolas.

Deste modo como parte integrante da Política de Assistência Social que prevê a concessão de benefícios eventuais em situação de calamidade pública foi liberado o auxílio emergencial. (BALTAR e RODRIGUES, 2021). Para enfrentamento no âmbito da Política de Assistência Social o governo federal para possibilitar que municípios com maior ocorrência de Coronavírus tivesse condições de prover benefícios eventuais, em meio à pressão do

Congresso, liberou um aporte extraordinário de R\$ 2,5 bilhões, que visava atender tanto os usuários cadastrados, quanto aqueles as que se encontravam sem as mínimas condições de prover seus sustentos. (CASTILHO e LEMOS 2021).

Isto revela a proposta o chamado Orçamento de Guerra (EC n°106/2020) que propôs o Auxílio Emergencial no valor de R\$ 200,00, recomposto pelo Congresso Nacional para R\$ 600,00 e R\$ 1.200,00 para (mães solteiras, chefe de família). (BRASIL, 2022). Nas análises de Castilho e Lemos (2021) o auxílio emergencial não foram suficientes para dar conta da crise sanitária e econômica, pois para um país, igual Brasil que tem uma taxa de informalidade, isto se agravou de forma considerável levando parcela significativa a tornar-se usuária do SUAS ,que se viu obrigada a enfrentar filas ,gerando aglomerações para garantir o acesso ao benefício.

E em São Gabriel da Cachoeira não foi diferente. Segundo Portugal (2020) que nos dias anunciados pelo Governo Federal, boas parcelas dos indígenas se viram necessidade de se deslocar de suas comunidades de origem para a sede do município, para recebimento deste auxílio.

Segundo Portugal (2020) o raro acesso dos indígenas principalmente da zona rural com as contas bancárias e o banco digital culminou em uma centralização dos pagamentos por meio da única casa lotérica do município causando aglomerações e proliferação do vírus de forma evidente, visto que as medidas protetivas como distanciamento, isolamento, uso de máscaras, e gel não fazia parte da realidade dos brasileiros e muito menos no cotidiano dos indígenas.

De acordo com os dados do relatório nominado “Projeto Conexão Local FGV-EAESP”, a pandemia da COVID-19 alcançou de forma integral com contaminação em massa. E diante do aumento e risco possível de genocídio bem como ações paralelas por parte do comércio local para emissão de boleto ou auxílios ao saque dos benefícios o Ministério Público Federal recomendou medidas diferenciadas como ampliação do prazo para saque e datas por grupos indígenas (PORTUGAL, 2020). Tal contexto, de alguma forma amenizou a situação alarmante da situação dos povos originários no município frente a este cenário.

Conforme Portugal (2020) o Governo Estadual no Amazonas, também revelou uma articulação neste processo que produziu um cenário de restrições. Tal fator evidencia que o capital do estado teve uma atenção, no qual foi auge de noticiários em redes nacionais com índices elevados de óbitos e o colapso do sistema de saúde. Se a capital do Amazonas

apresentou este cenário, quanto menos houve intervenção do governo estadual aos municípios no momento pandêmico.

Nesta premissa, em São Gabriel da Cachoeira por parte do governo municipal, segundo Portugal (2020) como ente mais próximo da população e do território e o primeiro a ser demandado por ações públicas em situações de calamidade, foi criado o Comitê de Enfretamento à COVID-19 que envolvia várias instituições presentes no território, destacando a presença das ONGs com recursos internacionais como ISA¹⁰ e FOIRN¹¹ que buscaram estratégias de enfrentamento mais consolidada do que a própria gestão municipal.

Neste sentido de acordo com Castilho e Lemos (2021) as repercussões do momento histórico e peculiar de pandemia do novo Coronavírus, expressou a profunda desigualdade social no Brasil com adoção de políticas ultraneoliberais, com desmonte nos direitos e nos frágeis sistemas públicos que compõe a proteção social.

Pois segundo Baltar e Rodrigues (2021) o Brasil é uma das dez maiores economias do mundo e diante de calamidade pública, com a oferta de auxílio emergencial, com valores citada acima expressou forte existência de desigualdade social no país. Destarte em países como Estados Unidos, no contexto pandêmico, por exemplo, passou a depositar cheques no valor de U\$\$ 1200,00 dólares para cada pessoa ou chefe de família, sendo adicionado mais U\$\$ 500,00 dólares por filho¹².

Já o governo do Japão pagou US\$ 900,00 dólares para cada cidadão independente da classe social e idade. Países como França, Alemanha e Espanha emitiram pacotes de auxílio às empresas e aos trabalhadores através de complementação salarial por parte do governo para os trabalhadores que estavam tendo as suas jornadas de trabalho diminuídas. (BALTAR e RODRIGUES, 2021).

Analisar a forma pela qual o benefício eventual foi disponibilizado no Brasil aos trabalhadores/as impõe nos refletir que nem todos os segmentos tiveram acesso, que para

¹⁰ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcante na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural do país. (Mapa-Livro. Povos Indígenas do Rio Negro, 2006).

¹¹ Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) é uma associação civil, sem fins lucrativos, sem vinculações partidárias ou religiosas, fundada em 1987 para defender os direitos dos povos indígenas que habitam a região do Rio Negro, no estado do Amazonas, Brasil. Compõe-se de 70 organizações de base, que representam as comunidades indígenas distribuídas ao longo dos principais rios formadores da bacia do Rio Negro. (Mapa-Livro. Povos Indígenas do Rio Negro, 2006).

¹² Essas informações foram extraídas do site: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/19/veja-medidas-economicas-adoptadas-pelos-paises-para-socorrer-populacao-e-empresas.ghtml>. Acesso em: 9 jun. 2021.

Baltar e Rodrigues (2021) muito embora o auxílio emergencial tenha significado uma segurança, mesmo que temporária na renda das famílias, assim como segurança para o próprio mercado, o benefício apresentou limites no seu planejamento e execução.

Nesta premissa Castilho e Lemos (2021) afirmam que a pandemia de Covid-19 atingiu de forma global em várias dimensões, sobretudo na economia e saúde. O Estado enquanto órgão maior foi direcionado por uma política do governo atual com imposição de uma política de morte denominando de necropolítica, que utiliza o Estado para subjugar qualquer possibilidade de vida ao poder da morte, que não acredita na ciência e nem na cultura, mas na legitimação da violência que implicou quem poderia viver e morrer.

Nas análises de Castilho e Lemos (2021) a política oficial do Estado firmou pela necropolítica que evidenciou objetivamente o percurso político-econômico sistematicamente como opção consciente por uma política de morte, com a falta de uma política sanitária e econômica. Esta ação não foi uma ação desconexa, ou excepcional, mas trata-se, de ações políticas que se transformaram em regra, definindo quem importa quem é essencial e quem é descartável.

Todo este resgate histórico assume importância para compreender que foi neste cenário de crise sanitária mundial, em 2021, por meio da Medida Provisória nº. 1.061, de 9 de agosto de 2021, na realidade brasileira que foi instituído o Auxílio Brasil, executado por meio da integração e da articulação de políticas, de programas e de ações voltadas ao fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E com a Lei nº. 14.284, de 29 de dezembro de 2021, foi criado de forma permanente o Programa Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família (BRASIL, 2022).

O Programa Auxílio Brasil assume uma integração em conjunto com as Políticas Públicas, como à assistência social, saúde, educação, emprego e renda. Caracterizando como programa de transferência de renda com condicionalidades relacionadas à realização do pré-natal, ao cumprimento do calendário nacional de vacinação, ao acompanhamento do estado nutricional e à frequência escolar mínima (BRASIL, 2022).

O público elegível ao Programa Auxílio Brasil são as famílias registradas no Cadastro Único que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. Tem seu objetivo buscar o estímulo à emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social (BRASIL, 2022).

Destarte para fins de caracterização e maior aproximação com a realidade social, apresentamos no quadro abaixo os dados extraídos do SAGI do ano de 2022, referente o cadastro único no CRAS de São Gabriel da Cachoeira.

Quadro 7: Cadastro Único realizado no CRAS no município de São Gabriel da Cachoeira.

Famílias Cadastradas			
Em situação de Extrema Pobreza	Em situação de Pobreza	De Baixa Renda	Total (julho/2022)
6.572	658	877	8.688
Pessoas Cadastradas			
27.827	3.247	3.219	35.167

Fonte: Elaboração própria, a partir do Relatório de Programas e Ações do Ministério de Cidadania, 2022.

No quadro acima observamos que Famílias cadastradas em situação de extrema pobreza estimam-se de 6.572 e Pessoas cadastradas com 27.827. Vale destacar que os números apontados revelam que pessoa cadastrada em situação de extrema pobreza é o maior número inserido no Cadastro Único. O Decreto 10.852/21 sinaliza extrema pobreza aqueles que possuem renda perca pita por pessoa de até R\$ 105, já a situação de Pobreza equivale à renda perca pita de R\$ 210 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Segundo a nota pública do Conselho Federal de Serviço Social este novo Programa apresenta um programa de governo e não uma política do Estado reforçando uma possível natureza de clientelismo e eleitoreira, criando uma falsa ampliação de inclusão social, apresentada sem transparência e diálogo com a sociedade civil, implicando assim um retrocesso no campo de assistência social enquanto caráter público. (CFESS, 2021).

Nesta dimensão, Sposati (2013, p. 664) enfatiza que os profissionais de serviço social na área de assistência social “vem sendo requisitados a operar ainda que pontualmente em programas de benefícios ou de transferência de renda frente às contradições entre a sociedade do mercado de consumo e uma ação que busca atender o alcance do direito”, pois os programas possuem caráter de focalização, seleção que apontam desafios para o avanço da universalidade.

Os programas socioassistenciais principalmente de transferência de renda são:

Estratégias político-econômicas importantes para garantir minimamente a sobrevivência de trabalhadores (as), de modo a garantir sua disponibilidade para a exploração; para assegurar um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital, e para controlar socialmente o pauperismo e os comportamentos das “classes perigosas” (BOSCHETTI E BEHRING, 2021).

Boschetti e Behring (2021) afirmam que o profissional de serviço social na área de assistência social se vê diante de um processo marcado por contradições em face às respostas do Estado Capitalista com a intensificação dos serviços socioassistenciais focalizados e seletivos.

E nesta reflexão a crítica não é pela existência dos programas sociais, pelo contrário afirmamos a importância e necessária na vida de todos aqueles que necessitam da referida Política Pública, o direcionamento de nossas análises é pelas imposições postas que implicam em aceitar condicionalidades e regulamentos burocráticos.

Neste tempo sombrio e histórico, que Boschetti e Behring (2021) denominam de tempo de expropriação dos direitos sociais, entre os impasses do acesso e direito, marcam-se os serviços e programas ofertados de forma compensatória, cujas condicionalidades são tensas e burocráticas, cada vez mais sustentadas pela lógica ultraneoliberal, acentuando a focalização da Política de Assistência Social.

Destarte segundo Boschetti e Behring (2021) esta conjuntura atual exige atuação do profissional de serviço social um arcabouço teórico, crítico, fecundo para a análise da realidade, conectado com projeto ético, político da profissão uma vez que está diretamente na linha de frente desta Política Pública e por excelência seu espaço sócio ocupacional a reafirmar o compromisso com demais setores da Sociedade Civil, tanto daqueles que buscam os serviços de atendimento assumindo como bandeira de luta por uma Política que amplie o protagonismo social dos usuários tal quanto um direito de todos.

CAPÍTULO 2

GÊNERO E PROTAGONISMO FEMININO NA REGIÃO AMAZÔNICA

Este capítulo, em um âmbito mais amplo, tem como tema central a discussão sobre o Protagonismo social, com recorte ao gênero, de modo particular a partir da realidade de mulheres indígenas do estado do Amazonas, especificamente do município de São Gabriel da Cachoeira.

No primeiro tópico será realizada uma discussão sobre o gênero, introduzindo as diversas concepções no qual se construiu ao longo da história, desde suas apreensões até a obtenção de um conceito mais amplo, trazendo à tona as especificidades da região do Amazonas, tendo em vista que a discussão do gênero assume sua particularidade conforme uma determinada realidade local.

No segundo momento adentramos nas particularidades do contexto histórico, econômico, político, social e cultural do município de São Gabriel da Cachoeira, lócus de nossa pesquisa. Evidenciando sua trajetória histórica e influências de projetos civilizatórios na região. Destacando as particularidades do local e os desafios de afirmações de Políticas Públicas nesta realidade.

E por fim será feita a explanação teórica sobre o protagonismo, evidenciando a discussão com arcabouço teórico daqueles que discutem dentro do movimento indígena, enfatizando ações protagonizadas por mulheres no estado do Amazonas.

2.1 Alguns recortes sobre gênero na Amazônia

A categoria gênero está cada vez mais incorporada aos trabalhos em diferentes áreas do conhecimento. Neste estudo buscamos trazer as discussões delimitando em torno da realidade de mulheres indígenas da região Amazônica. Esta discussão recorre o referencial teórico, junto aos estudos de Scott (1995), Butler (2003), sobretudo com os pesquisadores que estudam gênero a partir da realidade do Estado do Amazonas como Costa (2000), Torres (2005) e Pedraça (2019).

Todavia, a concepção de gênero, no decorrer da trajetória histórica, assume diversas compreensões. Segundo Silva (2011) aprendemos ou crescemos escutando que homem e mulher possuem funções específicas, seja na família, escola, igreja e outro convívio social,

criando um sistema de ideias culturalmente estabelecidas. A forma biologizada, marca profundamente as relações sociais.

Nesta perspectiva Joan Scott (1995) destaca que gênero, ao longo do processo histórico, foi entendido de forma figurada com os termos gramaticais, para evocar traços de caráter ou traços sexuais. No sentido gramatical, gênero tem seu sentido como meio de classificar fenômeno, sugere uma relação entre categorias, permitindo distinções socialmente acordadas e não uma descrição objetiva de traços sexuais. Esta compreensão por muito tempo consolidou-se com algumas determinações, enfatizando um modelo adequado de feminino e masculino com suas respectivas funções.

Neste processo de busca permanente de compreensões sobre gênero Scott (1995) sinaliza que os historiadores/as feministas, apreenderam o gênero sob três perspectivas teóricas. A primeira consolidou-se inteiramente feminista, buscando em explicar a partir das origens do Patriarcado, acentuando a dominação masculina. O que levaria os primeiros questionamentos de desigualdade existente entre homens e mulheres, sinalizando o início para se pensar sobre a condição feminina. (SCOTT, 1995).

Scott (1995, p. 16) nos diz que, “na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer ao pai e marido, passando da autoridade de um para o outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel”. Para as feministas este modelo do homem como detentor de poder, de força e a mulher uma submissa, não apresentava mais consistência e, daria o início de primeiros questionamentos para se pensar qual de fato a condição feminina diante desse modelo de sociedade.

Para Mittanck e Gevehr (2021) as feministas, são organizações e formação dos grupos de interesse em comum tendo em vista a ação coordenada direta por mulheres no qual passaram a serem chamadas de movimento feminista. As primeiras lutas por mudanças, melhores condições de vida, garantia e acesso aos direitos civis básicos emergiu diante do descontentamento dos padrões preestabelecidos, como comportamento considerado ideal.

Outra perspectiva elucidada pelas historiadoras feminista baseou-se na tradição Marxista, gênero aprendido entre associação de dois sistemas, o patriarcado e o capitalismo traçando um compromisso com as críticas feministas. Nesse viés, a divisão sexual do trabalho e todas as demais desigualdades entre gênero, estariam atreladas na própria organização dos meios de produção econômica. (SCOTT, 1995).

Marx (1994) já acenava que na sociabilidade capitalista a alteração de trabalho com inserção das mulheres e crianças nas fábricas inglesas marcou-se profundamente um conjunto

da força de trabalho explorada pelo capital. Sem dúvidas, as grandes transformações impetradas no mundo do trabalho apresentam significativas alterações, determinando os papéis de gênero.

E a terceira se fundamentou entre o Pós-Estruturalismo Francês e as teorias Anglo-Americanas. Essas escolas empenharam-se no âmbito de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1995). O aspecto de subjetividade estaria atrelado nas relações, este desenvolvido na infância a partir das interações comunicativas das crianças com os Pais, o qual seria as chamadas relações objetais.

Vale ressaltar que Costa (2015) corrobora sinalizando que existem movimentos feministas no plural, pois são organizações de mulheres em luta com representações de ideologias, características de diversas mulheres, com significativas especificidades, como cor, etnia, classe econômica e social que as distingue, mas que as unem no objetivo de buscar direitos que sejam acessíveis às todas as mulheres, ou seja, um equilíbrio, onde homens e mulheres tenham acesso aos mesmos direitos e as mesmas oportunidades.

Neste sentido os movimentos feministas tiveram suas fases diversas que segundo Mittanck e Gevehr (2021) cada nova fase, ou cada nova onda, como também são chamados, apresentam especificidades distintas, objetivos claros dentro de cada contexto. A primeira onda teria ocorrido nos anos iniciais do século XIX. Neste contexto a luta inicialmente deu-se dentro do cenário de Inglaterra, que o direito ao voto pertencia a um grupo privilegiado da sociedade, e que este grupo seria composto somente pelos homens, brancos e possuidores de bens. As mulheres buscavam no campo das políticas, seus direitos como cidadãs, destacando o direito de votar e de ser votado, denominado como movimento social de sufrágio. Posteriormente repercutiu na França entre os anos de 1841 e no Brasil somente nos anos de 1932.

Os autores Mittanck e Gevehr (2021) destacam que as mulheres no Brasil só foram aceitas como eleitoras através de uma determinação do decreto de 21.076/24 de fevereiro de 1932, durante do então Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, no qual este decreto afirmava eleitores, os cidadãos brasileiros que apresentarem idade superior aos 21 anos, sem distinção de sexo.

A segunda onda ocorreu no período conhecido como pós-guerra. Segundo Mittanck e Gevehr (2021) principal tema da luta feminina nesse contexto era a luta pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado. Assuntos relacionados como a sexualidade, orgasmos

feminino, anticoncepção e violência doméstica passaram a serem temas em destaques. A maior repercussão aconteceu entre os anos de 1960 e 1970 do século XX.

No Brasil esta onda marcou-se entre os anos de 1960, 1970 e 1980 com as lutas em torno de construções de creches, pleiteavam por anistia política para as pessoas que foram presas durante o regime militar, assim como desejavam, as eleições diretas. (MITTANCK E GEVEHR, 2021).

E a Terceira Onda de acordo com Mittanck e Gevehr (2021) surgiu nos Estados Unidos, no período que corresponde à década de 1990. Este momento assumiu uma expressiva discussão agora em torno das relações de gênero, implicando análises das diferenças, da alteridade e da diversidade e passa a fazer parte e interesse dentro dos limites das universidades, que se dedicaram a elaborar categorias para suas pesquisas.

Neste sentido Gênero então enquanto uma categoria analítica para Scott, (1995, p.14) só emergiu no fim do século XX. A autora conceitua gênero em duas partes compostas de subpartes, sinalizando-as com a seguinte definição: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.

Nesta definição, o gênero é um campo primário no qual não envolve somente estudos sobre as mulheres, o sexo e cunho biológico, mas abrange as relações sociais no qual o poder é articulado entre os atores sociais de uma sociedade e conforme o movimento histórico vai ganhando cada vez mais novo sentido sendo redefinido ou reestruturado visando não somente a compreensão do sexo, mas também a classe, etnia, e outras categorias.

Nesta premissa trazer a discussão do gênero a partir das particularidades da Política de Assistência Social segundo Gasparotto e Grossi (2017) assume uma importância, pois a centralidade da mulher, destacado nos programas sociais, principalmente de transferência de renda, tem apontado inúmeros aspectos contraditórios.

Conforme Gasparotto e Grossi (2017), o cumprimento do papel da mulher como cuidadora familiar na Política de Assistência Social assume uma perspectiva enviesada, reforçando a divisão sexual do trabalho. Pois percebemos que as responsabilidades atribuídas às mulheres reforçam desigualdades e hierarquias, e reiteram papéis sociais tradicionais atribuídos para mulheres.

Neste sentido a inexistência da perspectiva de gênero na Política de Assistência Social e a invisibilidade de condição feminina de diversas realidades acabam aprofundando-as ainda

existentes e demais da cor azul demonstra a caracterização de malha fluvial, expressando como a principal meio de locomoção do estado.

DSEA/SEAS¹³ (2020) aponta que as principais estradas no Amazonas são líquidas, no qual denominam estradas de águas, que corresponde às peculiaridades de cheias, secas e vazantes dos rios, estes ciclos, interferem diretamente a vida da população e a economia do Estado. Além desta particularidade geográfica, o Estado possui sua população segundo afirmativa do Instituto Brasileira de Geografia e Estatísticas - IBGE, quanto à cor e raça de pessoas brancas, pretas, pardas e indígenas, tendo sua predominância de indígenas.

Amazonas é uma região que passou por um processo de colonização, o que para Costa (2000) o fascínio da chamada civilização ocidental, alteraram as relações sociais com afirmações de ser superior e inferior, ou seja, entre o conquistador e conquistado, carregado de estereótipos, formando diversas interpretações sobre identidade dos que habitavam na região, quanto o esvaziamento de cultura.

Neste sentido a discussão de Gênero no contexto amazônico, ganha sua consistência em reconhecer que os sujeitos sociais possuem opiniões e posicionamentos diferenciados no cotidiano de suas ações e as relações de poder engendram em várias ordens dentre os quais, destacam-se as assimetrias de gênero e de papéis sociais. (TORRES, 2005).

Pedraça (2019) afirma que quando discutimos gênero dentro de uma realidade como Amazonas necessita-se de uma atenção e olhar crítico por parte dos pesquisadores, pois a análise é marcada por um contexto dicotômico, ou seja, as mulheres nesta região trazem consigo uma história de submissão e também de protagonismo.

Os estudos de Costa (2000) enfatizam que o processo de submissão foi compreendido a partir de duas perspectivas de poder. A dominação masculina e dominação da raça branca, que historicamente se ancorou na ideia de passividade e submissão da mulher, legitimando a conquista e colonização dos territórios indígenas.

E Torres (2005, p.22) corrobora neste sentido que as mulheres em:

Vários períodos históricos de formação social amazônica eram visíveis o viés sexista adotado pelo poder local. Enquanto que no período da política pombalina, as mulheres foram requisitadas para participar da política de expansão física do território amazônico, dando visibilidade à imagem da mulher parideira e no período da economia da borracha a mulher foi preterida nos seringais amazônicos.

¹³ Diagnóstico Sócio-territorial do Estado do Amazonas produzido pela Secretaria Estadual do Amazonas em 2020.

Nesta premissa observamos que a mulher em vários períodos históricos da formação social do Amazonas foi vista de forma linear e passiva no que resultou relações sociais determinadas.

Essa construção milenar e cultural sobre determinações específicas para cada gênero traz consequências quando analisamos a presença da mulher indígena nos diferentes espaços, como trabalho, participação política, o acesso à universidade e afins. Por vezes, visões conservadoras perpassam nesses espaços, no qual sempre as enxergam no tempo pretérito como frágeis, inferiores, procriadora, passiva limitando a sua condição feminina.

Neste sentido Butler (2003) enriquece com suas análises sinalizando que os determinismos naturais assumem fortes influências para firmar quem é mulher e homem. Ou seja, na sociedade em geral há um modelo definido de feminilidade e de masculinidade que implica uma hierarquia, que ela denomina como heterossexualidade compulsória, considerado como normais e apropriados.

A heterossexualidade compulsória defendida pela Butler (2003) assume um parâmetro de normalidade entre sexo, gênero e desejo, que ocorre quando um indivíduo designado como um homem ao nascer cresce de modo a ser identificado por si mesmo e pelos outros como um homem e seu desejo orientado a uma mulher que também incorpore essa sequência lógica. (BUTLER, 2003).

Neste modelo, outras orientações sexuais não são vistas em sua diversidade, mas como os anormais, distante dos padrões, embora atualmente já apresentem ações de lutas por seus direitos. Esta autora enfatiza que estas determinações de estabelecer papéis diferenciados para cada um, estariam relacionadas nas duas formas de abordagens: teleológica e política.

No sentido teleológico as fundamentações são atreladas nas escrituras sagradas de natureza monoteísta justificando a submissão feminina na criação divina, onde Deus criou o homem e a mulher e deu ao homem o poder de dominá-la, considerado como coisas naturais e divinas. Quem foge dos padrões são considerados pecadores, os anormais violando a vontade de Deus. Esta ideia no cenário religioso marca profundamente na vida dos indivíduos. (BUTLER, 2003).

Com tais questões Butler (2003, p. 56) nos impõe em analisar que não basta questionarmos o gênero enquanto construção social, mas reconhecer que determinações naturais implicam na naturalização da inferioridade da mulher. Vale ressaltar que uma dicotomia não é meramente descritiva, mas também hierarquizante. “A dicotomia sexual

coloca as mulheres em posição de inferioridade e, por conseguinte, em condição de maior vulnerabilidade”.

Neste sentido as mulheres indígenas durante a formação social do Amazonas foram hierarquizadas nas relações sociais a partir de interpretações dos conquistadores que Costa (2000) afirma que foram construídas e determinadas os papéis entre homens e mulheres nesta região.

Torres (2005) sinaliza que as relações de gênero com as mulheres da floresta precisam ser diferenciadas, levada em consideração, sua peculiaridade a experiência de vida, luta e sua vivência, diante da construção do espaço social onde os sujeitos, de uma forma ou de outra, foram vistas como passivas e sexistas.

Conforme Torres (2005, p. 17-18), a Amazônia foi compreendida no decorrer do processo histórico como “uma constelação aberta, sem fronteiras regidas, articuladas por processos sociais de grande alcance simbólico que fizeram dela uma construção social inventada pela libido de fantasias”.

A Amazônia por vezes é vista, com interfaces como um lugar vazio, de extrema floresta, num ponto de vista econômico o pulmão do mundo, de muitas riquezas, e os povos locais, sobretudo as mulheres indígenas vistas como seres exóticas. Nesta relação refletir gênero dentro do contexto amazônico é pensar enquanto,

Categoria social, ao mesmo tempo em que ela é organizada socialmente, ela também permeia e infere sobre a organização simbólica e concreta de toda a sociedade, desde as estruturas de produção da propriedade, da distribuição da riqueza e formas de consumo, até a produção de valores e as formas de organização política. (COSTA, 2000, p.15).

A amplitude desta reflexão implica buscar suas referências, analisar a igualdade e diferença, sobretudo o entendimento do processo social e histórico desta região. Vale mencionar segundo Costa (2000) que o gênero é uma categoria que abrange toda uma sociedade no qual as relações sociais implicam formas de organização, valores, produção, consumo, política entre outros.

Portanto segundo Torres (2005, p. 45) é oportuno que os estudos que se concentram na região amazônica comecem a discutir o gênero nas mais diversas problemáticas de suas pesquisas. “A região deve ser desmistificada e complexificada, ela ainda é tida como um campo homogêneo”.

Costa (2000) enfatiza nesta dimensão, definindo que dois elementos são essenciais para levar em consideração ao se referir de uma região como Amazônia, com peculiaridades na cultura e identidades. Este indica portas para o início do debate quando se trata de um lugar. Abrem-se as portas para o debate acerca das singularidades locais e regionais, diferenciando-se da história de mulheres de outras regiões do Brasil.

Nas definições de Torres (2005, p. 101) a identidade é uma forma pelo qual os sujeitos históricos se reconhecem e como são reconhecidos como membros de uma determinada sociedade, isto é, “constitui num processo histórico-cultural que resulta do esforço do ser social em firmar a sua autoimagem numa relação entre o eu e o mundo”.

E ao falarmos em cultura, verificamos sua definição segundo Silva (2011, p. 114) como “construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário é um produto coletivo da vida humana”.

Deste modo, pensar sobre as mulheres indígenas no Amazonas faz necessário entender a partir de uma articulação local, que a região possui um movimento diferente da sociabilidade capitalista. A vida acontece de forma relacional com o mundo fenomênico, representações do mundo imaginário e sobrenatural, em que as mulheres indígenas locais têm na natureza uma grande referência e toda existência é cingida não só pelo trabalho, mas também por um acervo cultural associado a uma mística que envolve as danças, os ritos e toda uma rede de significados e simbologia. (TORRES, 2005).

Esta articulação permite uma compreensão que a sociodiversidade da vida neste espaço, acontece de forma integrada com os elementos que compõem como a terra, natureza, água, chuva, tempo. Torres (2005) define esta relação ao desenvolvimento humano, ao dinamismo da vida e aos processos da cultura como uma constelação, ligando a pertença com o aspecto da territorialidade.

Santos (2019) sinaliza a diferença do que seria território e territorialidade. Tendo em vista que possuem uma sonoridade parecida, e causam certas confusões. O território pode ser concebido nas mais diversas análises de abordagem, mas para Santos (2019) a compreensão envolve além de um espaço geográfico, pois é marcado a partir de uma relação de poder. Deste modo a territorialidade pode ser entendida como um sentimento de pertencer a um território, sendo o conjunto de práticas, permanência de um determinado povo, com suas vivências própria, marcados por trocas de experiências.

Neste sentido para as mulheres indígenas a territorialidade expressa além do espaço, pois o tempo é compreendido conforme ao movimento da chuva, da seca e dos demais produtos da floresta, que segundo Costa (2000) é chamado o tempo cultural.

Portanto reportar as mulheres indígenas é compreender que estas possuem identidade própria cujo, envolve o pertencimento ao certo grupo étnico, que permite o reconhecimento enquanto grupo comunidade, em relação a si mesmo, sobretudo de sua autodeterminação. Neste processo vai afirmando seus valores, visões de mundo, modo de vida, a coletividade, ou seja, cultura é decorrência dessas vivências, ganhando consistência.

Contudo Torres (2005, p. 51), define gênero como:

Relações transversais e perpassam todo o corpo social como uma capilaridade institucionalizada, onde homens e mulheres travam relações com diferenças individuais e coletivas, confrontando ideias, mantendo a tolerância e convivência com o outro na construção de identidades e na luta pelo poder e participação na esfera pública.

Com esta ênfase entendemos que a discussão de gênero potencializa que mulheres indígenas na região têm uma relação profunda com o meio que as circunda. Elas integram suas vivências, experiências no cuidado e atenção com a água, os animais domésticos e as plantações dos seus roçados. E são sujeitos centrais na organização do trabalho comunitário e da família. São elas que dispõem sobre a economia doméstica e organizam o trabalho em suas comunidades.

Esta construção da representação feminina nos impõe em reconhecer que as mulheres indígenas têm uma posição protagonista e permite desmitificar os mitos de passividade em muitas ações. As mulheres indígenas como bem destacados pelas Torres (2005) são mulheres fortes, que assume sua representação feminina que ultrapassaram os ditos colonizadores com suas resistências e lutas coletivas.

Essa nova concepção conceitual de gênero implica na apreensão de um conceito que traz em sua análise uma complexidade, cuja totalidade é permanentemente em movimento, o que permite a ela trabalhar com múltiplas convergências e divergências.

Diante do exposto, problematizar a categoria de gênero neste estudo, não se pretende com tal ação, fomentar qualquer tentativa de esgotamento, visto que, os estudos de gênero estão sendo construídos e desconstruídos constantemente conforme a dinamicidade do movimento histórico, social e cultural.

Conforme a dinamicidade dos movimentos do processo histórico novas mudanças conceituais sobre categoria gênero, ganham outras consistências, exigindo novos estudos, mobilizações sociais, políticas para construção e consolidação de uma pluralidade de perspectiva sobre o tema. (SILVA, 2011).

Cabe ressaltar que as reflexões sobre gênero apresentam potência em todas as dimensões e áreas de conhecimento, e neste estudo trazem dentro do serviço social as particularidades das mulheres indígena da região do Estado do Amazonas, pois as demandas apresentadas por elas são vivenciada e sentidas em um cenário marcado culturalmente por enormes consequências do processo político, econômico, social e cultural, no qual faz necessário pensar o gênero além do biológico, de papéis sociais, mas de construir relações sociais que permitam o respeito, a luta coletiva por direitos em vista do protagonismo de sua condição feminina.

2.2 São Gabriel da Cachoeira: sua caracterização

Apesar de já ter mencionado ao longo deste estudo o local de nossa pesquisa, entendemos melhor destacar as particularidades desta região. Desde modo, as reflexões sobre protagonismo social das mulheres indígenas bem como dos Trabalhadores de Assistência Social, partem de um território específico chamado município de São Gabriel da Cachoeira, este situado no noroeste do estado do Amazonas.

Nesta premissa Souza (2019) enfatiza que quando se trata de território é preciso compreender além de um espaço geográfico, pois cada lugar tem suas particularidades que consiste no espaço social marcado por identidade cultural, formas de relações sociais, visões de mundo entre outras.

Gomes (2014, p. 32) corrobora neste sentido que o aspecto territorial é essencial para compreender a dinamicidade de um contexto e de identificação, pois permite “o sentido de pertencimento por um grupo ou povo como seu espaço de vivência”. O território para muitos povos é uma relação no qual se revela valores, espirituais, simbologias, afetos, socialização e, para povos originários de São Gabriel da Cachoeira essa relação apresenta de forma visível.

Nesta relação à cidade de São Gabriel da Cachoeira¹⁴, lugar em que busco pensar o protagonismo das mulheres indígenas junto com os Trabalhadores de Assistência Social nas definições de Souza (2019, p. 56) é cidade da Bela Adormecida, uma “serra com contorno de uma mulher deitada eternamente à espera de seu amado” em um formato moldado pelas mãos de Tupã¹⁵, situado no extremo noroeste do Amazonas, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 2: São Gabriel da Cachoeira com localização da serra de Bela Adormecida.



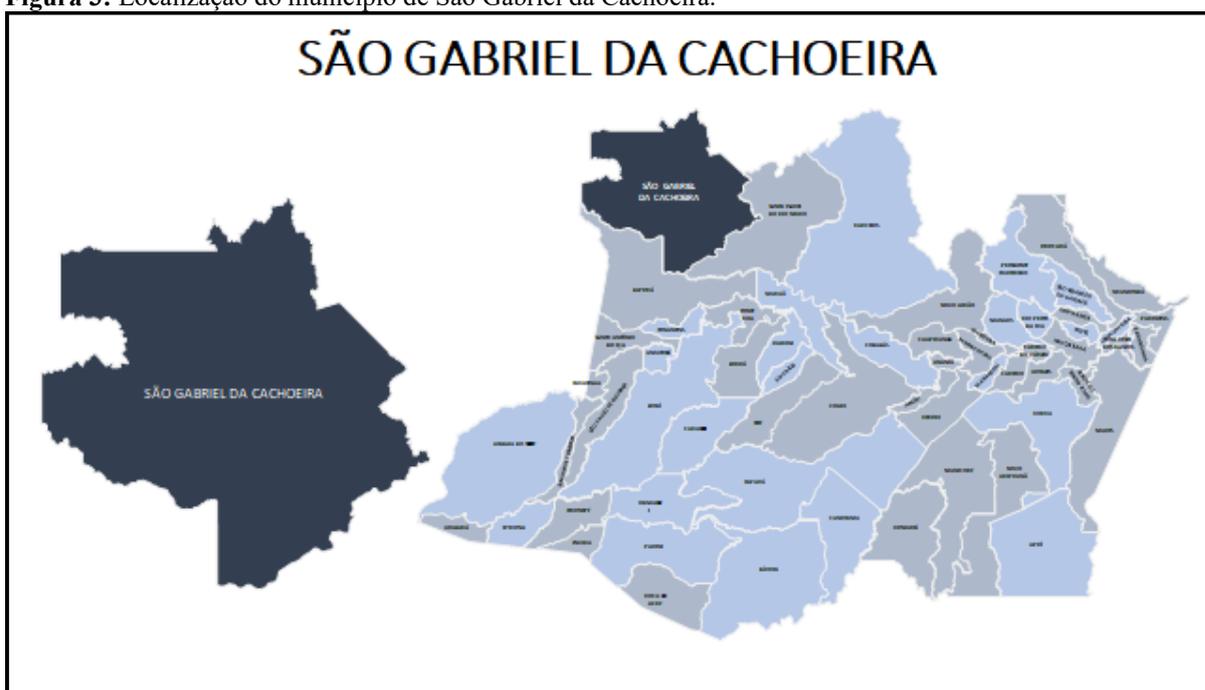
Fonte: Kildeir Monteiro, 2021.

E para Calbazar (2006) de forma popular é conhecido como Cabeça do Cachorro, devido seu contorno no mapa em relação às fronteiras com a Colômbia e Venezuela, em destaque na figura abaixo. Que tem uma população majoritariamente indígena de 23 povos e falantes de 19 línguas nativas divididos no decorrer do Alto Rio Negro.

¹⁴ É um dos municípios do Amazonas, com exceção da capital Manaus, que mais recebeu visitas de Presidentes da República. Juscelino Kubitschek chegou ao Distrito de Taracúá em 29 de outubro de 1958. José Sarney visitou a cidade em setembro de 1986 para conhecer as obras sociais das Missões Salesianas; Fernando Henrique visitou São Gabriel no dia 23 de agosto de 1996 e conheceu as instituições militares da cidade e a Escola Agrotécnica Federal. Na ocasião foi-lhe entregue pela FOIRN uma carta solicitando que o governo federal acelerasse o processo para a demarcação das “cinco terras indígenas da região: Médio Rio Negro I e II, rio Teá, rio Apapóris e terra indígena Alto Rio Negro”, sendo todas demarcadas e homologadas no dia 15 de abril de 1998. Em setembro de 2007 recebeu a visita do Presidente Luís Inácio da Silva, e de Dilma Rousseff em 2012. (SOUZA, 2019) e por último no dia 27 de maio de 2021 a visita do Presidente Jair Messias Bolsonaro. (G¹. globo.com).

¹⁵ É um nome de origem mitológica indígena que significa na língua Tupi “Trovão”. Por muito tempo Tupã foi relacionado como divindade superior dentro dos Tupis-guaranis. Mas o termo foi incorporado pelos jesuítas, durante o período da colonização e catequização portuguesa, ao presenciarem os indígenas temerem o barulho do trovão, sendo associado ao divino ou místico. (SOUZA, 2019).

Figura 3: Localização do município de São Gabriel da Cachoeira.



Fonte: Silva, 2022.

Vale mencionar que no estado do Amazonas, existem 62 municípios, e nesta composição São Gabriel da Cachoeira, é considerada cidade mais indígena do Brasil, com 47.031 mil de habitantes, destes 90% são indígenas segundo a estimativa do IBGE (2021). Declarado recentemente como “Capital Estadual dos Povos Indígenas” por meio da Lei nº5.796, de 12 de janeiro de 2022.

Neste conjunto o município ainda possui três línguas oficiais reconhecidas, o Nheengatu, o Baniwa e o Tukano pela Lei nº. 145 de 22 de novembro de 2002 (CICARINI, 2015). Pela primeira vez o Estado brasileiro cooficializou as línguas indígenas. E nesta dimensão é uma das regiões com maior diversidade étnica e linguística da Amazônia, representando mais de 20 grupos, falantes de idiomas de três grandes famílias linguísticas distintas, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 8: Família linguística do Alto Rio Negro

FAMILIAS	POVOS
Aruak	Baré, Baniwa, Kuripako, Tariana e Werekena
Tukano Oriental	Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kotiria/Wanano, Kubeo, Makuna, Miriti-tapuya, Siriano, Tukano, Utapinopona/Tuyuka, Wa'ikhana/Piratapuya
Maku	Yuhup, Hup, Dâw e Nadöb

Fonte: Elaboração do autor Cicarini (2015) adaptado pela pesquisadora com dados extraídos do Instituto socioambiental.

Percebemos que em São Gabriel da Cachoeira correspondem os 23 Povos Originários como demonstra o quadro acima. E conforme os estudos de Cicarini (2015) o município é formado também por 6 distritos administrativos que são: Taracuí, Pari Cachoeira, Iauaretê, Assunção do Içana, Cucuí e Maturacá. Todos estes Distritos se encontram em TIs (terras demarcadas) e localizadas na zona rural.

Segundo Cicarini (2015) a grande diversidade reconhecida torna São Gabriel da Cachoeira o município mais multilíngue do Brasil. O acesso pode ser feito via área e fluvial. Geralmente as viagens são feitas de Manaus (Capital do Estado do Amazonas) de barco que levam de 2 a 3 dias de viagem; de lancha (expresso) que levam em torno de 26 a 28 horas de viagem e por via aérea leva em torno de 1 hora e 42 minutos de viagem.

Além de ser uma cidade dos Povos Originários, sua população é formada também por migrantes nordestinos, missionários, funcionários de ONGs e órgão público, colombiano, venezuelano, militar e ex-militares (MORAIS, 2022).

Reis (2018, p. 56) em seus estudos menciona para especificar a relação das diferenças entre os indígenas e de outras origens, evidenciando que os originários “tem baixa estatura, pele bronzeada pelo sol e olhos escuros, de um formato único; do outro lado, pessoas de pele branca, com olhos castanhos, verdes ou azuis e um sotaque forte”, distinguindo indígenas e não indígenas.

Consideramos as diferenças apresentadas pela autora importantes, porém apontamos que existem particularidades que se distinguem entres as etnias, não há uma única formação física, cada grupo em sua diversidade carrega suas especificidades que corresponde aparência física, valores, nível de conhecimento, organização e socialização.

No tocante, Reis (2018) apresenta quatro momentos históricos para compreender a trajetória do município, destacando o Período Pré-Colonial; Período Colonial; Período Pombalino e Período da Borracha como marcos da trajetória na região especificamente na vida dos Povos Originários do Alto Rio Negro. Estes ciclos expressam forte influência de submissão, trabalho forçado, mortes, violência e, sobretudo diante de inúmeros entraves destes ciclos estes povos resistiram, e protagonizaram por meio de lutas coletivas.

No Período Pré-Colonial segundos estudos de Reis (2018) as informações a respeito dos habitantes advêm de pesquisas arqueológicas, as quais descobriram desenhos em pedras e cerâmicas enterradas que apontam a existência de povos milenares. E até hoje estas

simbologias são encontradas ao longo do percurso do Rio Negro, sendo reconhecidos pelos originários atualmente de lugares sagrados¹⁶.

O lugar sagrado segundo o Plano de Gestão Territorial e Ambiental¹⁷ elaborado pela FOIRN em 2019 junto em parceria com as lideranças indígenas da região dispõe que são lugares que não devem ser ocupados pelos seres humanos, pois são moradas de seres espirituais, são locais que possuem seus donos que envolvem séries de simbologias, místicas e desenhos milenares. Isto evidencia que os Povos Originários, a quem optamos por chamar neste estudo, já habitavam as margens do Alto Rio Negro muito antes da chegada dos colonizadores.

E Período Colonial remonta a chegada dos primeiros colonizadores entre as décadas de 1740 e 1750 onde os portugueses adentraram ao Rio Negro com experiências de tropa de resgates, forçando o descimento e envio para Belém de milhares de indígenas como escravos e este período é marcado também por grandes epidemias de varíola e sarampo que assolaram a região, matando milhares de indígenas (PGTA, 2019).

Em respostas as essas ações, os indígenas provocavam incêndios nas aldeias, como também a destruição das edificações e objetos dos missionários. Mas cada revolta indígena, mas dura era a repressão das tropas portuguesas contra os indígenas (PGTA, 2019).

Este cenário intensificou no Período Pombalino que tem seu marco na segunda metade do século XVIII, no qual o Marquês de Pombal instituiu o cargo de diretor dos índios, a ser ocupados por colonos, civis ou militares. As leis criadas nesse período visavam pôr fim a escravidão e integrá-los a sociedade colonial. Porém intensificou-se a violência, com a continuidade de inúmeras incursões realizada por militares, portugueses pelos rios em busca de indígenas. Evidentemente estes foram forçados deixar seus lugares de origem por meio de fugas para interior das matas (PGTA, 2019).

¹⁶ Traduzidos por lugares sagrados, como uma estratégia semântica e política na relação dos índios com as políticas públicas e com outros interlocutores não indígenas, são lugares de profundos significados e poderes capazes de afetar a vida das pessoas, dos grupos e as dinâmicas ecológicas, tanto positiva quanto negativamente, dependendo da forma e intenção a partir das quais são manejados. (SCOLFARO, 2014).

¹⁷ É resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes sub-regiões da Terra Indígena. Trata-se de uma iniciativa liderada pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em cooperação com as cinco Coordenadorias Regionais, o Conselho Diretor e a rede de associações indígenas de base. (Documento PGTA, 2019).

Percebemos que são ciclos históricos que marcaram profundamente a vida dos Povos Originários por meio de trabalhos forçados, violência, exploração que perdurou por todo o século e se intensificou na virada para o século XIX, com a exploração da borracha.

Segundo Calbazar e Ricardo (2006) o Período da Borracha deu continuidade da exploração agora com surgimento de novos atores que são os comerciantes, chamado de regatões. Estes instalaram nos afluentes dos rios negociando suas mercadorias em troca de produtos do extrativismo e trabalho. O fator determinante resultava em trabalho sem pagamentos, que implicava por em dia as dívidas, que eram administradas pelos comerciantes.

Destes destacamos a figura central da família chamada Albuquerque, o famoso Manduca¹⁸ (Manoel Antônio de Albuquerque), nomeado pelo antigo SPI - Serviço de Proteção aos Índios, como “diretor dos índios” como ator principal que deixou marcas de histórias sangrentas (CALBAZAR E RICARDO, 2006, p. 67). Até hoje essas memórias edificam na vida e histórias de muitos indígenas, permanecendo marca negativa e construção de sua edificação na margem do rio, eternizando memórias de uma história violenta.

Além desses comerciantes, este ciclo contou também com a chegada dos primeiros missionários chamado de jesuítas, e segundo Gomes (2014) chamado de projeto civilizatório no âmbito religioso. Estes eram ligados junto às tropas dos portugueses. Posteriormente os Carmelitas assumiram a região e no início do século XIX os Frades Capuchinhos, com adoção de regimento das missões e política estatal de cunho civilizatório e catequético, porém diante de suas ações radicais foram expulsos da região.

Para Calbazar e Ricardo (2006) a vinda dos missionários nesse período objetivava a conversão dos indígenas ao catolicismo. E nos estudos de Reis (2018) percebemos além de submissão a exploração os Povos Originários tiveram que lidar também com a imposição religiosa, sendo obrigados a negar suas culturas e suas crenças por muito tempo.

¹⁸ [...]Meus avós viveram nesse tempo em que ele andou por aqui. Quando a família de Manduca se fixou trouxe seus seguranças da Colômbia, os ucuquiranas. Ele obrigava seus homens a trabalhar na extração de sorva. Manduca trazia diversas mercadorias e, com o tempo, passou a pegar trabalhadores dos rios Uaupés, Tiquié, Papuri e outros, para trabalharem na extração de seringa. O grupo de Manduca tratava os trabalhadores como escravos. Quando a pessoa trazia poucos produtos de seringa, levava surras. ...O irmão de Manduca, Chico, fazia a mesma coisa Eles [Manduca e Chico] faziam muito mal à população. Eles surravam as pessoas por maldade. Ele tinha uma arma pequena e outra arma grande, se alguém desrespeitasse, ele ficava pronto para atirar. Quando eles [Manduca e Chico] estavam bêbados, não podia cruzar nenhuma pessoa, qualquer coisinha, estavam atirando [...]. Minha avó dizia que esse Manduca não respeitava ninguém, aonde ele ia, maltratava as pessoas. E que ele e Chico abusam de meninas novas, na frente dos pais [...]. Minha avó disse que quando ficou sabendo da morte dele, ficou se sentindo em paz, porque não ia ter mais outro homem que podia lhe fazer mal a partir daquele momento (Entrevista cedida no âmbito do projeto Mapeo, PGTA, 2019).

Foi em meio essa conjuntura de imposição dos comerciantes, de missionários radicais que o Bispo de Manaus Dom Frederico Costa, que em sua passagem na região recebeu pedidos de socorro dos indígenas, que sofriam com a violência e exploração. A providência tomada pelo Bispo resultou na instalação da Congregação Salesiana de Dom Bosco¹⁹ em 1914, responsável pela catequese na região. (REIS, 2018).

Gomes (2014) destaca que esta chegada dos salesianos instalou-se novos fatores determinantes na vida dos indígenas, agora o auge dos internatos. O que para Calbazar (2006) a chegada destes missionários na região do Rio Negro representou nas primeiras décadas segurança e proteção para os indígenas, pois interrompeu um longo ciclo de exploração e espoliação dos povos da região por patrões e comerciantes.

Mas de acordo com Plano de Gestão Territorial e Ambiental (2019) percebemos que estes missionários salesianos, contavam com apoio do Estado e abundantes recursos para a edificação das missões e implantação de seu programa “civilizatório” no Alto Rio Negro. Neste documento consta-se que os padres percorriam as comunidades recrutando crianças para serem levadas para estudar nos internatos. As crianças, de 6 ou 7 anos, eram separadas de suas famílias e do convívio comunitário para serem educadas pelos padres e freiras, até os 12 anos ou mais, dentro dos valores cristãos e da rígida disciplina das missões.(PGTA,2019).

O que para Gomes (2014) a chegada dos salesianos de uma forma ou outra permaneceu imposição religiosa com influência de internatos e suas edificações representam a mão de obra de tantos indígenas implicando desaparecimento da diversidade cultural, como mito, danças, rezas, línguas, malocas.

Segundo Reis (2018) esta instituição religiosa com base dos internatos ancorou-se no sistema de educação baseado no sistema preventivo e sua essência pedagógica residia na adoção de um método repressivo. Suas práticas e discurso eram orientados para a obediência e submissão de modo a conduzir a uma experiência de controle.

Para Reis (2018) o poder destas escolas representava o poder da igreja, amparados pelo Estado brasileiro, pois, durante muito tempo, foram os únicos a oferecerem serviços de saúde e da educação na região. Vale mencionar que além dos religiosos católicos, os movimentos protestantes também foram se adentrando na região, alterando o modo de vida dos indígenas.

¹⁹ Para a população indígena que, naquele momento, vivia sob o estado de terror imposto pelos “patrões”, os salesianos e as missões passaram a representar alguma segurança e proteção. Assim, se por um lado a chegada dos salesianos deixou os povos do alto rio Negro, em especial os da bacia do Uaupés, menos vulneráveis às ações truculentas dos regatões. (PGTA,2019).

Estes ciclos dos internatos salesianos funcionaram até o início da década de 1980. A partir daí passaram a ser gradativamente desativado devido aos cortes de recursos por parte do governo federal e também a uma reorganização das diretrizes de atuação das Missões Salesianas depois que foram denunciadas pelo crime de etnocídio no Tribunal Russel, Amsterdã, em 1980 (PGTA, 2019).

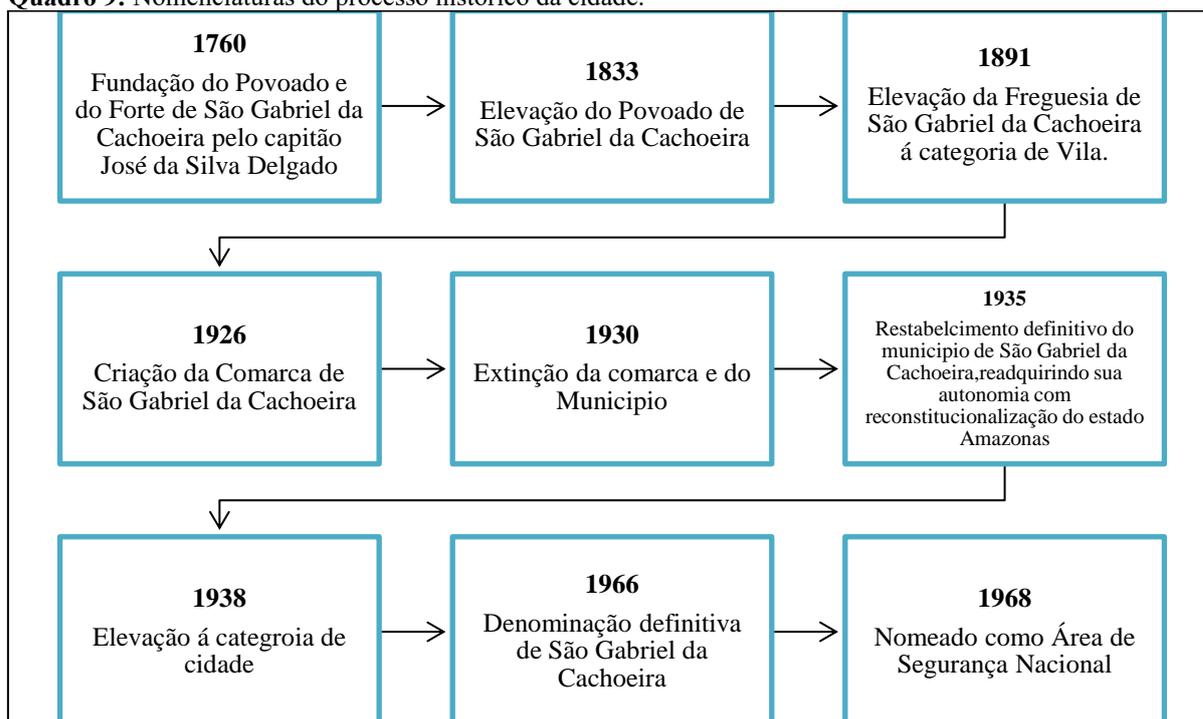
O etnocídio entendido nos estudos de Malta (2020) representa a morte da cultura e dos modos de vida na coletividade étnica, em como seus efeitos. Malta (2020, p. 89) afirma que o etnocídio “não se configura pelos seus meios, mas sim por sua finalidade de eliminação da condição sociocultural diferenciada de determinada coletividade”. Deste modo trata-se de um processo que expressa intolerância e o desejo de controle sobre outro. Essa perspectiva aponta explicitamente o resultado das ações dos missionários em determinar padrões e normas rígidas nos tempos dos internatos.

Nesta relação ficam perceptíveis que a colonização e imposição religiosa foram formas de etnocídio com as ações de destruição dos modos de vidas e da cultura dos povos indígenas da região de São Gabriel da Cachoeira.

Os estudos de Reis (2018) tornam explícito que expedições realizadas no Rio Negro consequentemente eram a de submeter os indígenas à condição de escravos, e, por meio do seu trabalho forçado, extrair da natureza produtos cobiçados pelo mercado intercontinental. Todo este processo levou os colonos, os missionários a realizarem ação etnocída.

Como visto o processo de colonização no Rio Negro, ela é marcada por uma violenta dominação, cujo produto foi à submissão cultural e a exploração dos indígenas. Todo este processo histórico, e o conjunto de diferentes fatores econômico, político, social, que o município perpassou ao longo de sua trajetória influenciou também na nomenclatura da cidade. No quadro a seguir sinalizamos as diversas nomenclaturas que a cidade perpassou até ganhar precisamente a sua denominação atual.

Quadro 9: Nomenclaturas do processo histórico da cidade.



Fonte: Elaboração própria, com base ao portal da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, 2022.

A partir de 1966, São Gabriel da Cachoeira ganhou sua consistência de nomeação de forma definitiva e em 1968, como vimos no quadro acima se tornou área de Segurança Nacional. Segundo Instituto Social Ambiental (1997) o processo de Segurança Nacional fazia parte do Projeto chamado Calha Norte ²⁰, no qual não região instalou-se o 5º Bis – Batalhão de Infantaria de Selva e os Pelotões de Fronteira nas áreas indígenas.

Souza (2019) destaca que este processo de enquadramento de área de Segurança Nacional na região marcou uma expressiva concentração de militares com um projeto de desenvolvimento econômico na base de um ideário “ordem e Progresso”. Em nossas análises este projeto além de prover o apoio logístico ao exército foi um projeto estratégico do Estado brasileiro em área indígena.

Os elementos centrais de Ordem e Progresso em seus valores são influenciados pela teoria do positivismo. Segundo Triviños (1987) o positivismo é uma tendência dentro do idealismo filosófico, que não nasceu espontaneamente no século XIX, com Auguste Comte

²⁰ Comandado pelo Conselho de Segurança Nacional, órgão ligado ao governo federal e comandado pelos militares, o projeto tinha como objetivo ocupar, integrar, proteger e criar as bases para a exploração econômica do território nacional situado ao norte das calhas do Amazonas e Solimões. A zona prioritária do projeto foi às faixas de fronteira, que incluía a região do alto rio Negro, a chamada “Cabeça do Cachorro”. Os militares iniciaram uma série de ações visando ocupar a região, proteger as fronteiras e combater o narcotráfico e a guerrilha colombiana. Foi nesse período que começaram a serem implementados os Pelotões Especiais de Fronteira (PEFs). (PGTA, 2019).

(1798-1857), mas suas raízes podem ser encontradas no empirismo na antiguidade, com bases e sistematizadas a partir dos séculos XVI, XVII, e XVIII, com Bacon, Hobbes e Hume. Que pressupõe uma sociedade com organização de uma espécie em harmonia.

Este processo de implantação de segurança nacional como diz Santos (2019) além de ser um programa do Governo Federal contou ainda com instalação dos postos indígenas da FUNAI e contratação de empresas para a abertura da BR-307 (ligação entre São Gabriel e Cucuí) e de um trecho da Rodovia Perimetral Norte (BR-210), hoje abandonada.

Para Santos (2019) este processo foi considerado fronteira geopolítica estratégica, e a região do Alto Rio Negro assistiu a instalação progressiva de unidade de fronteira do exército, expressando uma invasão aos territórios tradicionais e diante deste cenário tornou-se muito forte a ideia de demarcação e aconteceu uma mobilização nacional em torno da questão da terra nessa região.

A demarcação das terras indígenas segundo Santos (2019) perdurou por 30 anos de lutas. Que entre dezembro de 1995 e maio de 1996 finalmente foram reconhecidas cinco terras demarcadas, sendo organizado em TI Médio Rio Negro I, TI Médio Rio Negro II, TI Rio Téa, TI Rio Apapóris e TI Alto Rio Negro e em 2009 TI Balaio foi homologada e a Terra Cue-Cue Marabitaná se encontra em processo de regularização.

Todo este conjunto revela a conquista e resultado de luta coletiva de lideranças indígenas e apesar dos desafios apontados pelo processo de formação não deixamos de considerar e reconhecer a essência e beleza deste lugar, formada pela tríade relevo-rio-floresta.

Percebemos de forma direta no Plano de Gestão, Territorial e Ambiental (2019) que o São Gabriel da Cachoeira possui uma relação de suas paisagens naturais fortemente marcadas por uma cosmologia intimamente conectada com os ciclos ecológicos e suas dinâmicas. Articulados com os períodos das chuvas e secas, de subida e descida dos rios, as épocas das frutas silvestres, os ciclos de vida dos seres vivos.

Estes ciclos articulam e se torna uma referência na vida dos povos, que as constelações não são apenas uma estrela, mas história relacionada com origem da humanidade e também expressam as potencialidades e os perigos que chegam com as diferentes estações do ciclo anual. (PGTA, 2019).

Este conjunto de conexão o PGTA (2019) denomina-se de sistêmica e socioecológica²¹ dos povos do Alto Rio Negro que constitui a base dos conhecimentos e práticas tradicionais de manejo ambiental e também de uma ética que orienta a relação que estabelecem com as paisagens e com a multiplicidade de seres que povoam os rios e florestas da região.

Essas particularidades de relações intensificam fazendo com que estes povos construam suas próprias histórias, visões de mundo, conexão com o movimento da natureza, que circunda em seu meio no município de São Gabriel da Cachoeira.

Educação indígena na região

Entendemos necessário destacar ainda o protagonismo no âmbito da educação dos Povos Originários de São Gabriel. Como vimos acima que estes possuem forte influência de diversos momentos históricos diferentes, dentre eles, o sistema de educação das escolas principalmente com os internatos salesianos baseado no sistema pedagógicos, no trinômio “razão-religião-amabilidade” (CICARINI, 2015, p. 34).

Verificamos que numa determinada formação histórica, principalmente na época dos internatos o âmbito educacional visava, aos povos originários com o princípio integracionista, vistos como seres que precisavam ser reeducados para se agregarem à sociedade nacional, que segundo Cicarini (2015) esta considerada a única existente.

Mas podemos afirmar que uma parte contribuiu na vida de muitos em todos os sentidos. Pois em consonância com os estudos de PGTA (2019) se hoje quase toda a população indígena do Alto Rio Negro é alfabetizada, mesmo os mais velhos, isso se deve, em grande parte, à persistência dos salesianos, o que é amplamente reconhecido na região.

Mas com a Constituição Federal de 1988 verificamos um avanço, pois este assegura as comunidades indígenas todos os direitos, dentre eles a utilização de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Cujo no seu artigo 78, afirma o compromisso da União

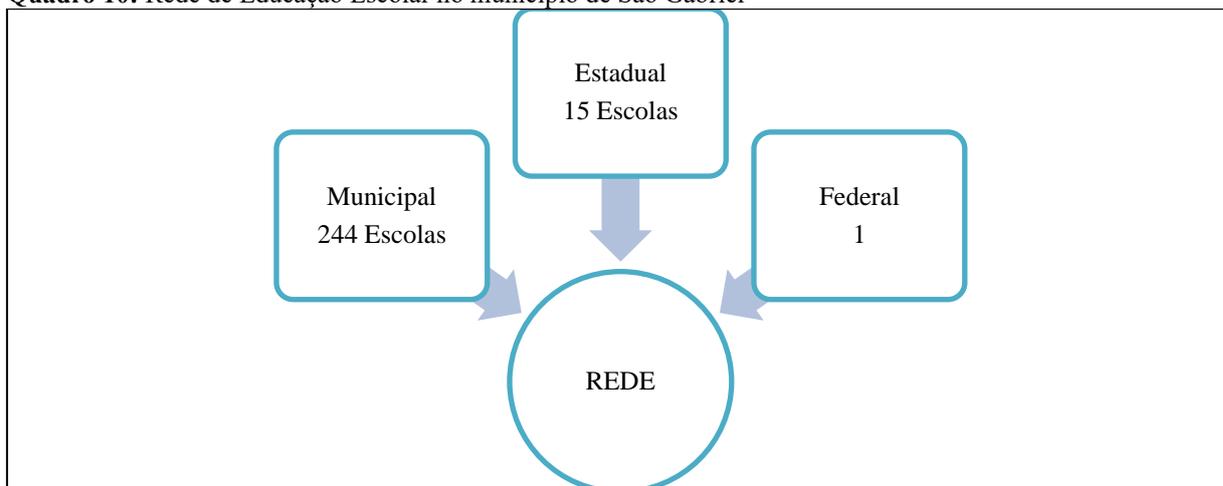
²¹ Se o manejo do território é cuidadoso e respeitoso, realizado de acordo com os conhecimentos ancestrais e com as épocas do ciclo anual, mantém-se o equilíbrio e o movimento do mundo. Assim, os seres vivos ficam bem (tanto os humanos quanto os não humanos), não havendo enfermidades nem problemas. Caso contrário, tudo se desequilibra, e surgem problemas ambientais, climáticos, sociais, hostilidade entre os seres e doenças diversas.(FOIRN,2019).

em desenvolver programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas.

Neste sentido conforme os estudos de Cicarini (2015) em 1999 iniciou-se o projeto de Educação do Alto Rio Negro a princípio protagonizado pela FOIRN em parceria com ISA, sendo fundadas a EIBC - Escola Baniwa e Coripaco, no Rio Içana, e a Escola Utapinozona Tuyuka, no Rio Tiquié. E em 2000 o desenvolvimento destas experiências, outras escolas indígenas foram surgindo como: a Escola Tukano Yupuri, no Rio Tiquié, as Escolas Yepa Mahsa e Kumuno Wuu no Uaupés, além da Pamáli.

Dessa forma, em São Gabriel da Cachoeira tem desenvolvido educação escolar indígena, o que não significa o total rompimento com educação regular e formal. Segundo o Censo IBGE (2021), o município atualmente possui como demonstra abaixo.

Quadro 10: Rede de Educação Escolar no município de São Gabriel



Fonte: Elaboração própria, a partir dos estudos de Cicarini, 2015.

Os números apresentados de escolas incluem a zona rural e urbana. Vale mencionar que a rede Municipal oferece desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental; a rede Estadual o Ensino Fundamental e Médio e rede Federal, os Ensinos Médio, Técnico, Tecnológico e uma Licenciatura intercultural com habilitação em física.

A Rede Federal concerne o Instituto Federal do Amazonas - IFAM-SGC que surgiu da reestruturação da anterior Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira, criada através da lei 8670, de 30 de junho de 1993, e transformada em autarquia através da lei 8731 de 16 de novembro de 1993. (CICARINI, 2015).

Nesta premissa valem destacar que o projeto político educacional do município, é resultado de uma luta coletiva junto aos órgãos não governamentais e representativos como a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN e o ISA) e demais lideranças, professores indígenas para que as escolas tenham autonomia para trabalharem de acordo com as realidades locais. E demonstra um avanço, o que permite afirmar que os povos originários protagonizaram na educação nesta região.

Embora resumido, todo esse resgate histórico é de suma importância e necessária para compreender o lugar e particularidade de onde estamos falando sobre o protagonismo social das mulheres indígenas.

Torna-se evidente que os Povos Originários sobreviveram ao tempo em razão da resistência. Vemos, portanto, que apesar e intensa exploração, ainda assim, foram capazes de sobreviver enquanto povos que resistiram e lutaram para sua cultura não ser erradicada e continuam protagonizando por meio de lutas coletivas.

Condições sociais

Embora a existência desta expressiva trajetória histórica e diversidade cultural por outro lado o município de São Gabriel é também marcado por configurações da expressão da questão social. Conforme Ianni (1989) a questão social é produto das crises econômicas, próprias do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro que tem gerado processos sociais conflitivos, no campo e cidade, desde a economia colonial escravista.

Deste modo compreendemos que as relações estabelecidas desde o período colonial culminaram a negação da identidade; imposição religiosa e submissão destes povos aos interesses dos colonizadores. Identificamos o quão foi tenso o processo de formação social na região, inicialmente com os colonizadores e no cenário atual o avanço do capitalismo que atinge diretamente no modo de vida dos Povos Originários.

Como principais expressões da questão social, no cenário contemporâneo da cidade sinalizaram o suicídio e alto índice do consumo de álcool. Nos estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2019) nominado de “Mapa da violência: jovens do Brasil” revelou que São Gabriel da Cachoeira tem maior índice de suicídios, sendo os jovens os mais atingidos. E os dados de levantamento socioambiental do PGTA (2019) corroboram que os casos de suicídio são mais cometidos por homens do que

as mulheres. E quanto ao consumo de bebidas alcóolicas ficou associado como problema pessoal do indivíduo imerso propriamente dito da cultura.

Ambos os documentos não trazem análises dos motivos reais que levam a cometer essas ações, e neste estudo não adentramos na polêmica, visto que não é objeto de nossa pesquisa, mas buscamos necessário sinalizar como principais fatores que emergem e atingem os povos originários, principalmente daqueles que estão situados na zona urbana do município.

Analisamos ainda neste conjunto sobre renda no qual a população possui algum tipo de renda direta através de salários, aposentadoria, benefícios de programas sociais, venda de produtos (PGTA, 2019). Como vimos São Gabriel da Cachoeira é ponto estratégico em vários âmbitos, então a economia se movimenta entre ditos comerciantes locais, militares, funcionários públicos, pequenos agricultores, pescadores, autônomos entre outros.

No âmbito da Política de Assistência Social quando se refere aos benefícios dos programas sociais os dados de levantamento de PGTA (2019) afirmam as principais mudanças no cotidiano das famílias beneficiadas, destacando a facilidade na compra de itens básicos de alimentação e um melhor apoio aos filhos em idade escolar. Mas também destacam que houve aumento de consumo de bebidas alcoólicas.

Em relação às condições de atendimentos de mulheres na fila dos beneficiários do Programa auxílio Brasil em se tratar sobre a Política de Assistência Social a pesquisa de campo permitiu identificar inúmeros desafios, começando desde a infraestrutura para pagamentos dos benefícios.

Na pesquisa de campo verificamos as imensas filas seja de pessoas de comunidade e sede para receber o benefício do governo federal. Empiricamente muita gente fica exposta ao sol e à chuva, apenas esperando sua vez de serem atendidos.

É interessante notar que tal situação foi, inclusive, constatada pelo Ministério Público Federal em março de 2016. Contudo, até presente momento, ainda é visível que as suas recomendações não foram sido devidamente atendidas.

Diante deste cenário, vislumbramos uma série de fatores que impedem o acesso das mulheres indígenas. Nesse sentido, a palavra “acesso” muito utilizado na Política de Assistência Social nos leva refletir se tem de fato contribuído no protagonismo social? Pensar em um lugar como São Gabriel da Cachoeira, com a população majoritariamente indígena, faz necessário o reconhecimento de suas singularidades e quanto também do seu processo histórico.

2.3 Protagonismo e particularidades das Mulheres Indígenas

Apesar de algumas definições contidas nos dicionários de política e de alguns espaços institucionais, como escola, juventude, saúde, igreja, movimentos sociais sobre palavra Protagonismo, optamos aqui por discutir o seu significado através de alguns pensadores como Bicalho, Silva, Paiva, dentre outros que debruçam seus estudos numa perspectiva dos Movimentos Indígenas que nos subsidiarão teoricamente sobre o tema em questão.

No âmbito do Movimento Indígena, especificamente das Mulheres Indígenas compreender o significado de Protagonismo, tornou-se determinante, diante dos inúmeros desafios enfrentados em não efetivação de Política Pública como Educação, Saúde, Assistência, Demarcação de Terras e afins.

A luta por meio de agendas intensas principalmente na articulação de luta coletiva pela demarcação de terras é uma das principais demandas. Conforme definições de Gerssem Baniwa (2006, p. 101) a luta coletiva se dar por entender que umas das demandas de suas pautas são marcadas em torno de demarcação de terra o que é interesse de todos, pois para os povos indígenas o território “é condição para a vida, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida”.

Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. A terra é também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios. (GERSSEM BANIWA, 2006).

Vale mencionar nesta perspectiva que a luta pode ser de complementariedade e coletiva, onde as mulheres indígenas, quanto os homens, crianças, jovens, traçam sua luta mediante a violência e as violações de direitos sofridos há cinco séculos, que atingem todos. A unificação da luta e o reconhecimento da presença e participação da mulher em todo processo histórico, desde o processo de colonização até os dias atuais, faz necessário. (SOUZA, et al., 2020).

Para Duarte (2017) o protagonismo indígena tem seu ponto de partida a partir de condição de indivisibilidade. Em seus estudos, a autora traz a discussão da Mulher Indígena, particularizando a mulher Terena do Estado de Mato Grosso do Sul, mas amplia sua reflexão ao considerar que a Mulher Indígena assume o protagonismo diante dos acúmulos de negação

de direitos e que por muito tempo a identidade indígena, foi substanciando pela própria condição feminina na civilização ocidental, dando parecer que ser mulher é ocupar uma posição na estrutura social de segunda categoria.

Nesta premissa a Mulher Indígena teria assumido o Protagonismo, visando lutas e conquistas em diversos espaços institucionais, principalmente no âmbito da política, apresentando suas demandas de forma ativa, dialogando com outros atores sociais em busca de efetivação de seus direitos, por meio de participação na Política, sobretudo na luta pela demarcação de terras indígenas. (DUARTE, 2017).

Deste modo Duarte (2017) define que o Protagonismo carrega um peso político, tornando marcador central para as Políticas Públicas, neste processo à participação essencial das mulheres indígenas. O Protagonismo visa uma inserção das mulheres nas agências de poder e na tomada de decisão, evidenciando a emergência de uma luta coletiva para a transformação de sua realidade social.

Para Bicalho (2010, p. 17) o termo Protagonismo originou-se da palavra protagonista, que surgiu na Grécia antiga. Às inconstâncias históricas inerentes ao sentido e ao significado dessa palavra começaram a ser percebidas ainda na Grécia “quando o protagonista poderia ser o lutador principal de um torneio ou ainda os atores principais de obras literárias ou tramas teatrais”.

Bicalho (2010) considera o Protagonismo como um termo sociopolítico que inclui a tomada de consciência que caracteriza a luta social e evidencia a resistência coletiva como expressividade dos movimentos sociais. Este sentido de Protagonismo defendido por esta autora é, segundo ela, bastante presente em Movimento Indígena que a partir de 1970, historicamente, a consciência coletiva dos mais de duzentos povos indígenas do Brasil começou a tomar consistência de um movimento social organizado, em torno dos objetivos comuns.

Como marco histórico das primeiras lutas e articulações do Movimento Indígena, Sacchi (2006) aborda em seus estudos, que os anos de 1970 marcaram o gênesis, conduzido no Brasil majoritariamente pelas lideranças masculinas, líderes carismáticos reconhecidos nacional e internacionalmente. E somente a partir de 1990 que as Mulheres Indígenas iniciam com a criação de organizações próprias para lutar por seus direitos ao lado dos homens de seus povos.

Nesta premissa destacamos alguns momentos históricos de lutas das mulheres indígenas, no Amazonas. As primeiras formas de criação de associação representativa foi

Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMARN e Associação das Mulheres Indígenas Sateré Mawé - AMISM, ambas com sede em Manaus. (SACCHI, 2006).

As associações mencionadas acima, cujo foram criadas pelas mulheres que saíram de suas comunidades no auge da Zona Franca de Manaus em busca de melhores condições de vida, mas se depararam com desafios e demanda de uma cidade grande como Manaus, exigiu buscar estratégias de lutas, onde assumiram a luta por meio de formação de associações, expressando o Protagonismo. (SACCHI, 2006).

Torres (2005) em seu estudo corrobora com a reflexão ao trazer a discussão em relação às Mulheres Amazonenses, ao refletir que o processo da Zona Franca de Manaus indicou uma saída da mulher da esfera privada para a esfera pública. A autora afirma que, no âmbito industrial, as mulheres desempenharam um papel importante nos processos de transformação social, que através de participação política buscaram estratégias para enfrentar um universo totalmente dominador.

Para Torres (2005), adentar um espaço cingido pelas diferenças sexuais representou um desafio para a mulher amazonense, que teve de provar cotidianamente sua capacidade intelectual ao desempenhar ofícios e profissões no espaço público. É por meio de organização do operariado no Distrito Industrial de Manaus, como movimento de massa, que as mulheres lutaram e resistiram, assumindo o Protagonismo. Segundo Torres (2005) “o espírito de valentia, combatividade e enfrentamento da contradição capital e trabalho por parte das operárias amazonenses, depõe contra a imagem da mulher submissa e despolitizada”.

Embora percebesse nos estudos de Gerssem Baniwa (2006) que a participação das Mulheres Indígenas em diversos espaços, não necessitava de uma criação de organizações políticas de gênero, pois as referidas estratégias, muitas vezes dividem e enfraquecem a luta coletiva. Em suas análises percebemos que no cenário dos Povos Originários a luta é coletiva, pois as demandas são pautadas num único objetivo e, portanto, não necessitaria outras criações de associações para pautar a luta. Mas o autor destaca que é essencial que a mulher tenha seus direitos garantidos e preservados enquanto mulheres e membros de povos étnica e culturalmente diferenciados.

Gerssem Baniwa (2006, p. 213) destaca ainda que um dos direitos das mulheres indígenas é “participar ativamente e de forma qualificada nas tomadas de decisão em tudo o que diga respeito aos seus interesses e aos interesses de suas comunidades e povos”. E para este autor, a melhor maneira de garantir o protagonismo político das mulheres indígenas é

incentivando e oportunizando espaços de participação no movimento indígena em geral e nas organizações locais e regionais, nas quais há forte predominância masculina.

Nesse conjunto o ano de 2000 segundo Santos e Ferreira (2022) significou um avanço maior, trazendo no cenário do movimento das mulheres indígenas o caráter indutor de algumas iniciativas como editais de financiamentos de agências apoiadoras direcionados para a questão de gênero.

Outro marco importante de protagonismo aconteceu em 2002 com o I Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, no qual diante das necessidades de ter uma articulação ampla foi eleita uma coordenação em tríade que representava três importantes regiões da Amazônia: Alto rio Negro, Tapajós e Mato Grosso do Sul. (SANTOS e FERREIRA, 2022).

Nesta sequência no Amazonas foi criada a Coordenação das Organizações Indígenas do Amazonas – COIAM, com número de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica própria e apta para captar recursos. Entretanto, as mulheres indígenas avaliavam que esta entidade não permitia autonomia no âmbito do movimento indígena. Tais discussões deram origem à UMIAB (União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira) entidade criada em 2009 a partir do reconhecimento da necessidade fortalecimento das mulheres no âmbito da Amazônia Brasileira, cuja proposta fora amadurecida em encontros e assembleias, que passaram a ser periódicas. (SANTOS e FERREIRA, 2022).

Em 2016 houve a III Assembleia eletiva da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Segundo Santos e Ferreira (2022) este encontro refletiu algumas das principais preocupações sobre as melhores opções de representatividade e desenho das novas entidades. A avaliação da necessidade de uma organização com metodologia de ação mais ágil e menos centralizada orientou, no ano seguinte, a formação de uma organização estadual representativa das mulheres indígenas no Amazonas.

No Amazonas especificamente no Alto Rio Negro²² as Mulheres Indígenas têm forte Protagonismo ao referirmos no âmbito de organização, consolidada em associações. A saber, que as mulheres indígenas no Brasil, vêm buscando estratégias de luta conforme a sua realidade local. (SACCHI, 2006).

²² É uma Microrregião com maior diversidade étnica Linguística da Amazônia localizado no noroeste amazônico que abarca abrangência de São Gabriel da Cachoeira, do qual é constituído pelas 7 terras indígenas, todas perfazem uma extensão de mais de 11,5 milhões de hectares que juntas tem uma população de 32.266 pessoas. Região de terra firme e compreende a maior bacia de águas pretas do mundo e uma das mais importantes da Amazônia. (SANTOS, 2018).

No Alto Rio Negro, houve o surgimento de Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - DMIRN/FOIRN situados no interior de organizações indígenas consolidando a partir do ano 2000. (SACCHI, 2006).

É nítido que estes são espaços que permitem o encontro de mulheres de diferentes etnias para discussão de problemas comuns, muito dos quais advindos da relação mais ou menos intensa, com a sociedade envolvente. Além disso, possibilitam um diálogo mais efetivo com as diversas agências com as quais mantem parcerias ou alianças. De acordo com a Sacchi (2006) uma nova geração de lideranças passa a ocupar o espaço de interlocução entre os diversos povos indígenas no estado do Amazonas.

O Protagonismo das Mulheres Indígenas se estende ainda mais nos últimos anos, com maior visibilidade com inserções feitas diretamente a partir de pautas específicas nos contextos locais, regionais e nacional como é o caso da I Marcha das Mulheres Indígenas, cujo tema foi “Território, nosso corpo, nosso espírito”, realizada em 2019, em Brasília. (SANTOS e FERREIRA, 2022).

Este manifesto tinha 14 elementos centrais como pautas e lutas:

Quadro 11: Pautas de lutas e reivindicações da I Marcha das Mulheres Indígenas em 2019.

<p>1) Demarcação das terras indígenas;</p> <p>2) Posse efetiva dos territórios indígenas, com expulsão de invasores;</p> <p>3) Saúde diferenciada;</p> <p>4) Não ao Marco Temporal;</p> <p>5) Direito de acesso à justiça;</p> <p>6) Garantia da representação das mulheres em espaços públicos;</p> <p>7) Combate ao racismo e machismo nos espaços de decisão do movimento indígena;</p>	<p>8) Direito à alimentação saudável;</p> <p>9) Direito à Educação diferenciada;</p> <p>10) Políticas Públicas voltadas para a questão indígena;</p> <p>11) Combate à violência contra a mulher;</p> <p>12) Maior empoderamento político das mulheres através da informação;</p> <p>13) Combate às desigualdades de gênero no movimento indígena;</p> <p>14) Criminalização de agentes públicos que manifestem condutas racistas contra os indígenas.</p>
--	---

Fonte: Elaboração Própria com dados sistemáticos dos autores Santos e Ferreira, 2022.

E no cenário internacional, a participação das mulheres indígenas na Jornada “Sangue Indígena nenhuma gota Mais”, percorreu vários países europeus no mesmo ano. Nesta premissa outros organismos no âmbito internacionais como as Embaixadas e a Organização das Nações Unidas – ONU, nesse caso específico a ONU - Mulheres, vem apoiando iniciativas das mulheres indígenas não só do Brasil, mas também na América Latina. Um dos Projetos apoiado pela ONU Mulher em parceria com a Embaixada da Noruega foi o da “Voz das Mulheres Indígenas”. A ONU Mulheres revela o compromisso em apoiar as Mulheres

Indígenas para que sua presença em fóruns nacionais e internacionais seja efetiva e que reivindiquem melhorias substantivas nas suas vidas e comunidades. (ONU, 2019).

E recentemente existe um número tão amplo de candidaturas de Mulheres Indígenas, nos processos eleitorais e de um movimento que busca incentivar as eleitoras indígenas a votarem em candidatas. Isto é um marco histórico significativo ao perceber que as mulheres vêm assumindo Protagonismo, com o compromisso em defesa de seus direitos.

De acordo com os dados de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB, o número de mulheres candidatas indígenas nas casas legislativas (Assembleias, Câmara e Senado), verificamos que em 2014 foram 25 candidaturas, em 2018 foi 42 mulheres indígenas e em 2022 foi 73, deste foram eleitas 5 mulheres indígenas .

Joênia Wapichana (Rede - RR) se tornou a primeira mulher indígena eleita Deputada Federal, por estado de Roraima, em 2018. Em 2022 Sônia Guajajara e Célia Xacriabá fizeram história ao ser eleitas como deputadas federais denominadas como bancada do cocar. (APIB, 2022).

As candidaturas foram articuladas e indicadas por sete instituições indígenas que integram a APIB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Conselho do Povo Terena, Grande Assembleia do Povo Guarani (ATY Guasu), Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpin Sudeste) e Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin Sul). (APIB, 2022).

Para a Duarte (2017, p. 33) no âmbito político há um levante de “mulheres indígenas empoderadas na busca por seu espaço de direito, o de se inserir no espaço de poder, portanto um simbolismo de resistência. Pois é uma mulher e índia lutando para se inserir e pautar políticas em um espaço criado por e para homens”.

E, no cenário da atualidade, o sentido da luta das mulheres continua, como no enfrentamento da violência conjugal, praticado pelos homens, e neste âmbito a associação tem sido pilares que sustenta o Protagonismo. Ao mesmo tempo em que a luta é coletiva, algumas demandas são específicas de mulheres. Portanto o papel da mulher indígena no território e na luta é essencial para a conquista de direitos para todo o povo e para ela. (PAIVA, 2018). E a luta não para, segundo Souza, et.al, (2020).

Neste sentido nas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI o Protagonismo Indígena tem se destacado no sentido de tornar-se mais propositivo do que

combativo, visando à verbalização e a expressão do direito, além de dar-lhes oportunidade de falar, de participar e de intervir. (BICALHO, 2010).

Nesta premissa, o sentido de Protagonismo aqui discutido está ligado à noção de assumir o papel principal na construção do projeto seja de vida, militância, grupo, família, sociedade, trabalho. O que não se resume sobre ter uma posição de destaque ou se sobressair dos demais, mas se encontrar como ator principal na construção da sua trajetória em diversos espaços, neste processo a participação primordial da mulher enquanto sujeito histórico.

Destarte a Mulher Indígena vem buscando seu espaço, enfrentando os preconceito e discriminação, por meio de luta na construção efetiva de Políticas Públicas voltadas para a demanda específica. Isto não significa que há uma superação total de desigualdade, continua existindo outras demandas e por isso faz necessário o fortalecimento e o compromisso da Mulher Indígena e sua ação de protagonismo. O processo exige mais fortalecimento e a capacidade de determinadas organizações de mulheres indígenas para participar e exercer o controle social na esfera pública em interlocução com a sociedade não indígena.

CAPÍTULO 3

O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NO CRAS: UM OLHAR A PARTIR DOS PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA

Neste último capítulo o foco central de análise será junto aos trabalhadores do CRAS e CMAS na busca pela consolidação da reflexão sobre o protagonismo social de mulheres indígenas.

No primeiro tópico busca-se fazer uma análise sobre as respostas do Estado, enfatizando as peculiaridades do acesso das mulheres indígenas na Política Pública de Assistência Social, e o desafio afirmativo de valores, apreensões na consolidação da universalidade, especificamente no avanço do Protagonismo social, consolidando-se com os dados de pesquisa de campo.

No segundo tópico, a discussão será afunilada para a abordagem da importância do Conselho Municipal de Assistência Social, como instância de participação e efetivação da Política de Assistência Social no município.

Por fim, no terceiro tópico, serão analisadas as perspectivas dos trabalhadores do CRAS e CMAS na ampliação de protagonismo social de mulheres indígenas, bem como será sinalizado os desafios, limites e possíveis estratégias para consolidação de Política de Assistência Social no contexto local.

O lócus dos estudos consistiu no Centro de Referência de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social na cidade de São Gabriel da Cachoeira-Am. Visando garantir a confidencialidade dos participantes da pesquisa, atendendo aos compromissos éticos dispostos no Item VII, do Art. 3º da Resolução nº 510/2012 – CNS, os nomes foram designados por lugares do município, que representa a beleza e ao mesmo tempo simbologias místicas no qual será encontrado no decorrer do corpo do texto.

3.1 Críticas e contribuições dos Profissionais

As Políticas Públicas e em Particular, as relacionadas aos Povos Originários, como primeiras respostas do Estado Brasileiro, aconteceram por meio das chamadas Políticas Indigenistas. Para Pontes (2011, p. 50) por muito tempo o Estado institucionalizou as Políticas Públicas por meio de tutela. A noção de tutela para autor “aparece como um dos primeiros

obstáculos e, na origem, estabelece uma série de mecanismos que atuam para inibir e cercar o perspectivismo de protagonismo dos indígenas.”.

Ao analisar a relação de tutela, Pontes (2011, p. 56) destaca que o processo de colonização assume como uma das primeiras formas de pensar e agir implicando visões sobre indígenas “como pessoas participantes de culturas inferiores, o que os impediria de compreender a complexidade do mundo branco ,assim como povos vencidos pela guerra, precisariam ser submetidos à vontade dos vencedores”.

Essa condição de vencidos comprovaria a incapacidade dos indígenas e a necessidade de um tutor quase eterno. Nesta premissa o modelo paternalista e de tutela do Estado brasileiro seria resultante da ideia disseminada pelos conquistadores. (PONTES, 2011).

Três parametrizações de tutela são desenvolvidas por Pontes (2011). O primeiro modelo inaugura com a criação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI em 1910, e a aprovação da lei nº 6.001, de 1973 (o Estatuto do Índio) que submeteu os indígenas à condição de relativamente incapazes, razão pela qual o Estado deveria agir, por meio do SPI e, depois, a FUNAI por um período de dez anos (1970-1980).

O segundo seria a implementação da prática missionária. Pontes (2011) assinala que as ações do SPI e da FUNAI não foram suficientes para a consumação da integração compulsória obrigando o Estado a transferir à Igreja a tarefa de fazê-lo por meio da catequese e da escola que se tornariam os principais instrumentos de tutela e negação das culturas indígenas.

O terceiro modelo seria constituído pelas organizações não governamentais, dirigidas por indigenistas. A singularidade dessa nova prática de tutela, na opinião de Pontes (2011), estaria no seu propósito e na sua forma de percepções, exercendo o papel de porta vozes dos povos indígenas e a reivindicar a legitimidade desse papel, o “especialista branco”.

Neste sentido Paiva (2018) corrobora sinalizando que a tutela percorreu por um tempo histórico e com processo de redemocratização do Estado brasileiro a Constituição de 1988, teve como diretiva a construção de um padrão público e universal de proteção social que representou um avanço.

Segundo Paiva (2018) o constituinte trouxe mudanças conceituais como autodeterminação e jurídica por meio da ampliação dos espaços de formulação dessas políticas, garantindo a participação do povo indígena na auto-organização política. O texto constitucional imprime, ao menos na legalidade, o direito à diferença, o direito às

diversidades sociais, culturais, ao território, às vivências culturais, religiosas. Não esquecendo que este é o resultado de intenso processo de mobilização do movimento indígena.

Segundo Niedermayer e Resker (2019) no âmbito de Política de Assistência Social o Estado passa-se a desenvolver ações direcionadas para os indígenas, visando o combate à extrema pobreza em 2005. Esse tema foi discutido na V Conferência Nacional de Assistência Social, em uma oficina específica, que abordou a discussão sobre a organização da proteção social básica em comunidades indígenas e quilombolas.

Neste sentido o SUAS como resposta de Estado por meio de sua operacionalização com estruturação de CRAS atingiu nos territórios indígenas, visando atendimentos às demandas dos povos originários que apresentassem maior vulnerabilidade social. Segundo Sousa (2011), para o acesso aos programas sociais, os termos vulnerabilidade e risco social foram apropriados pela Política Nacional de Assistência Social, como categorias determinantes na definição de seus usuários. Também são referências para a caracterização da base territorial do CRAS, definidas a partir de um conjunto de indicadores, que agregam fatores na natureza econômica, social, de gêneros, ética e de idade, compondo a taxa.

Embora essas categorias possuam destaque no âmbito desta política de acordo com a Couto (et al., 2017), elas precisam ser constantemente problematizadas. O Sociólogo Robert Castel (1998), em seus estudos define a concepção de vulnerabilidade e risco a partir das transformações ocorridas na sociedade salarial francesa, que mediante a falência do sistema de proteção social baseado na estabilidade do trabalho assalariado a segregação dos indivíduos da sociedade salarial sentenciava parte da sociedade a uma zona vulnerável, dado que fragilizava o vínculo social, ocasionando uma desfiliação.

O autor verificou que o assalariamento era o firmamento central da vida em sociedade, pois se constituía como meio através do qual a classe trabalhadora não apenas garantia a sua subsistência, mas usufruía de acesso a um conjunto de direitos, bens e proteção contra riscos sociais. Nesta premissa a vulnerabilidade se consolida com ênfase a instabilidade, uma situação precária de um indivíduo em relação ao trabalho.

Por essa razão, entende-se que há uma “condição de classe que está na gênese da experiência da pobreza, da exclusão e da subalternidade que marca a vida dos usuários da assistência social” (COUTO et al., 2017, p. 70). Isso significa dizer que o sujeito em vulnerabilidade se encontra em desvantagem na posição que ocupa nas relações sociais, já que a iminência de sofrer um dano e agravo fragiliza o exercício da cidadania e da emancipação.

Nas palavras de Sousa (2011) o processo de transferência monetária por parte do Estado seria uma forma para garantia das condições mínimas, no atendimento de necessidades no limite da sobrevivência, no qual seu público-alvo seria aquele em condições extremas de pobreza. Em termos gerais, os mais pobres, inclusive mulheres indígenas são elegíveis para participar dos programas. Esta apreensão concebe universalmente todas aquelas que se acentuam no acesso ao Programa Bolsa Família, atualmente denominado como Auxílio Brasil.

De acordo com o Ministério de Cidadania (BRASIL, 2019), o Sistema Único de Assistência Social – SUAS possui 21 Centros de Referência de Assistência Social – CRAS com atendimento exclusivo dentro dos territórios indígenas. A Rede SUAS conta ainda com 240 Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e 574 CRAS que estão em territórios que atendem comunidades indígenas, mas que não são exclusivos.

Neste conjunto, consolidamos com a pesquisa de campo mediante as reflexões dos Trabalhadores da Política de Assistência Social do município de São Gabriel da Cachoeira - Am no que tange as percepções sobre Protagonismo social das mulheres indígenas tendo em vista como aqueles que estão diretamente nesta Política Pública com atendimentos no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Neste sentido, Bela Adormecida, 37 anos, participante deste estudo, e Trabalhadora do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS manifestou sua apreensão sobre protagonismo social da seguinte forma:

O protagonismo é a questão de a mulher ela ter aquela, eu posso dizer, de ter a consciência de que ela é um ser de direito, e que ela pode sim ta inclusa em todos os ramos de trabalho, o que a gente nota, que muita das vezes, a mulher ela se, a mulher indígena, algumas delas, ela se sente inferior a uma outras mulheres que chegam ou que vem morar no nosso município né,então, eu até converso com algumas, a mulher indígena não é porque ela tenha família, filho que ela se dedique somente a família. Então se dedicar, criar filhos é uma virtude para nós, mas conquistar nosso espaço no ramo de trabalho. É, eu falo sempre pra mulheres, que vem de comunidade, estude e volte pra comunidade pra mostrar lá na comunidade que nós somos capazes, sair da comunidade e depois voltar e dar retorno pro nosso povo. Então é questão de ser inclusa aonde ela quiser, no ramo de trabalho que ela quiser, seja ela na polícia, seja ela como advogada, juíza, médica e muita das vezes, a mulher se reclui, assim como se ela fosse só nascer pra ser dona de casa, não, mas ter um protagonismo, voltado para entendimento, voltado pra questão da independência. (Bela Adormecida, 37 anos/Entrevista, 2022).

Em sua fala, observa-se que o Protagonismo impulsiona uma consciência de si, que a Mulher Indígena é sujeito de direito e que ela pode ter acesso ao mercado de trabalho, estudos, além de ter a virtude da reprodução, mas também ter uma autonomia financeira, ao mesmo tempo superando a baixa autoestima, que ela por si já vem carregando ao longo de sua trajetória histórica.

Julgamos pertinente sinalizar que nos tempos atuais reconhecemos que no âmbito ao acesso a Universidade Pública existem Políticas Afirmativas, mas é preciso pensar para além do canudo. Não é apenas ter um Ensino Superior para atender uma demanda do mercado, mas contribuir com a sociedade, principalmente com as pautas dos povos indígenas, e na fala desta trabalhadora evidenciou a importância de dar o retorno para o lugar de sua origem.

No que concerne o acesso ao mercado de trabalho é preciso problematizar em que âmbito está afirmando. A saber, que a concepção de trabalho adotada pela Política de Assistência Social é concebida como uma espécie de porta de saída para o caminho emancipatório dos seus usuários. Sousa (2011) chama atenção que quando se trata dos Povos originários, especialmente da mulher indígena a relação de trabalho se difere da noção de sociabilidade capitalista, como bem destaca que portas de saída lhe são oferecida?

Ribeiro (2014) afirma que as relações de trabalho na Amazônia se diferem do modo de produção capitalista e apenas podem ser compreendidas se for considerado os sentidos que estes segmentos dão as suas práticas sociais. Marx já apresentava em sua análise que em todas as sociedades, o Trabalho é mediador entre o homem e natureza. Karl Marx (1988, p. 50) destaca que o Trabalho é “indispensável à existência do homem, quaisquer que sejam as formas de sociedade, é necessidade natural e terna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana”.

O trabalho é, portanto, um fenômeno próprio dos seres humanos, só ele propõe finalidades e antecipa metas, podendo fazer escolhas, pois, como explica Marx (1994, p. 202) “uma aranha executa operações semelhante às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade”.

Para Marx (1994, p. 202-205), é no trabalho que a superioridade humana se manifesta em relação aos demais seres vivos, por ser ele uma ação exclusiva do homem:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, o processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza. Defronta-se com a natureza com uma de

suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeças e mãos, a fim de apropriar-se dos seus recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil á vida humana.

Em seu sentido ontológico, o trabalho é atividade que somente o homem é capaz de realizar, pois diferentemente dos outros seres vivos e dos outros animais, o homem busca a adaptação da natureza para si ao transformá-la através do trabalho, o qual supõe uma finalidade, uma antecipação mental sobre o resultado da ação.

Portanto, o trabalho no seu sentido ampliado, é toda a forma de produção e expressão humana, o homem não só trabalha para transformar a natureza e atender suas necessidades, mas desenvolve seu processo de humanização a partir do trabalho, transforma e se transforma ao produzir.

E dentro de uma sociabilidade capitalista, o trabalho perdeu seu sentido como processo de humanização, pois nela tudo se reduz à mercadoria, inclusive a força de trabalho. E o trabalho assume predominantemente o caráter de mercadoria. Nesta direção, maiorias das mulheres indígenas não conseguem ter mesmo acesso, podemos dizer no mercado de trabalho, a compreensão ou sentido de trabalho adotado na Política de Assistência como porta de saída precisa ser avançado, não se esgota o simples adentrar por meio de trabalho numa ótica capitalista. (SOUZA, 2011).

A Trabalhadora denominada Morro da Esperança, 30 anos, trabalhadora do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS destaca que as mulheres indígenas são artesãs, mas que não são valorizadas pelo trabalho que realizam, vejamos:

Elas serem valorizadas e aqui falta muito de elas serem muito valorizadas, na verdade elas são mais valorizadas por fora do que pela gente. (Morro da Esperança, 30 anos/Entrevista, 2022).

A Trabalhadora evidencia que as Mulheres Indígenas que buscam o atendimento nos serviços sócios assistenciais também são artesãs e neste sentido o desafio sinalizado por ela é que essas mulheres não são valorizadas pelo trabalho que fazem ou assumem.

Diante da diversidade de etnias, modos de vida e demandas, Niedermayer e Resker (2019) sinalizam a importância dos trabalhadores de Assistência Social compreender as particularidades das comunidades indígenas.

O Protagonismo das mulheres artesãs poderia ganhar um destaque na região, pois é um trabalho que exige além do tempo, a paciência, dedicação, e criatividade marcando profundamente um trabalho uma transformação na vida de suas famílias.

Nesta ótica enfatizamos que o trabalho de artesã evidencia um protagonismo relacionado também a uma autonomia financeira. A mulher indígena, beneficiária do Programa Auxílio Brasil, é também trabalhadora, que busca alternativas de rendas extras com a produção de artesanato.

Em outras falas das entrevistas observamos sobre o Protagonismo Social em seu conceito, ponderando por participantes da pesquisa, da seguinte forma:

Protagonismo que eu acho, difícil a palavra protagonismo, é porque aqui eu vejo que as mulheres procuram muito o CRAS e maioria são mulheres né, quanto do interior quanto daqui e acho que se agente pudesse melhorar o atendimento, se tivesse mais programa pra poder né ajudar essas mulheres que precisam, acho que facilitaria mais pra desenvolver o protagonismo. (Serra do Cabari, 30 anos, Entrevista/2022).

Olha no momento assim a parte da ação em si do CRAS ele tem vários projetos, só que ela, ela não limita, mas só que ela também não tem vaga pra muita gente, pra demanda total, mas que a demanda existe bem grande. Mas geralmente são todas atendidas, não só o CRAS em si, mas tem outros projetos como criança feliz, mamãe cegonhas, ela acompanha desde gravidez até o filho nascer. Então eu vejo mais que esses desenvolvem o protagonismo. (Orla da Praia, 46 anos, Entrevista/2022).

Protagonismo social é importante, pois cidadania muda muita coisa, pessoas precisam de direitos. (Cosama, 29 anos, Entrevista/2022).

Deste modo analisamos a compreensão do Protagonismo Social numa dimensão de ações e projetos do CRAS, o atendimento, acompanhamento, ampliação dos programas ou cidadania e ainda o termo protagonismo em si apresentava muito complexo, difícil de dar uma resposta.

As divergências apontadas sobre protagonismo social pelos trabalhadores de assistência social revelam tensões e dilemas como podemos perceber nas falas acima, estes reconhecem que é de suma importância pautar a temática no seu espaço de trabalho, mas na realidade do seu exercício profissional o protagonismo apresenta-se distante da real efetivação desta política em sua totalidade.

Diante disso, Niedermayer e Resker (2019) afirmam que a formação profissional necessita ser um processo permanente para a qualificação do exercício profissional, pois contribui na leitura das particularidades das várias etnias, na apreensão das singularidades e dos movimentos que compõem a totalidade de cada território/espaco e que constituem campos de intervenção das (os) profissionais assistentes sociais.

Niedermayer e Resker (2019) afirmam ainda que para consolidação da Política de Assistência Social para as mulheres indígenas, torna-se necessário que se compreendam as especificidades das comunidades indígenas através das suas diferentes formas de organização social, o que implica em ter que qualificar melhor a equipe técnica (incluindo profissionais de antropologia nas equipes) para uma melhor intervenção com esses grupos, buscando sempre promover o protagonismo, sem fragilizar seus valores éticos e culturais de grande complexidade.

Porém Raichelis (2009, p. 38) chama atenção que o profissional na Política de Assistência Social encontra desafios e limites na sua atuação diante o atual projeto de sociedade desigual e a todas as práticas que retiram os direitos já conquistados por esses sujeitos, pois “trata-se de uma dinâmica societária que atinge as diferentes profissões, e também o Serviço Social, que tem nas políticas sociais seu campo de intervenção privilegiado”.

Behring, et al,(2021) corroboram afirmando que não se pode desconsiderar o cenário atual, no qual os trabalhadores da Política de Assistência Social estão imersos, convivemos com a intensa ofensiva do ultraneoliberalismo, que, por sua vez, visa ao desmonte cada vez maior dos direitos sociais. Os direitos sociais estão, portanto, em uma arena de constante disputa, enfrentando dilemas para sua efetivação enquanto conquista social.

Nas definições de Behring, et al,(2021,p. 105) o ultraneoliberalismo ganha sua consistência diante do aprofundamento do ajuste fiscal tendo em vista sinalizar ao mercado um ambiente de negócios e de outro lado atenuar os trabalhadores para aceitarem qualquer trabalho precarizado. Que desde 2016 esta onda vem assumindo sua consolidação com a,

Contrarreforma trabalhista que estimula a terceirização e precarização generalizadas do trabalho no país; a aprovação da Emenda Constitucional 95, que praticamente congela os gastos primários do governo federal e, a grande gambiarra de recursos públicos; e a Emenda Constitucional 93, que estendeu a desvinculação de recursos pela DRU até 2023 e a ampliou para 30%, também para estados e municípios.

Portanto avanço de ultraneoliberalismo expressa um ataque para os trabalhadores, principalmente de serviços públicos, que segundo Behring,et al,(2021) as ações acompanham entre a suspensão de concursos, suspensão de licenças de capacitação, congelamento dos salários, reestruturação de carreiras, e perseguição de funcionários que tenham filiação partidária, que perderiam a estabilidade .

Diante disso conforme Raichelis (2009) faz necessário sempre buscamos enquanto categoria de serviço social reafirmar os princípios do Código de Ética do (a) Assistente Social.

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p.23)

Para Raichelis (2009) para isso, é fundamental continuar investindo na consolidação do projeto ético político do Serviço Social, no cotidiano de trabalho profissional, que caminhe na direção do desenvolvimento da sociabilidade pública capaz de refundar a política como espaço de criação e generalização de direitos.

Por fim diante dos desafios da conjuntura política, econômica exige dos trabalhadores de assistência social, uma leitura crítica, propositiva cuja mediação se diferencie de práticas integracionistas, tutelares e desiguais. Por isso, as demandas por Políticas Públicas que afirmem e reafirmem principalmente os direitos das mulheres, faz necessariamente que faça parte constante na agenda dos trabalhadores de assistência social. Especialmente no que tange a iniciativas, de consolidar mecanismos e sistemas de responsabilização institucional, que sejam mais receptivos tendo em vista o protagonismo social das mulheres.

Enfatizamos que Controle Social, enquanto um mecanismo importante na efetivação da Política de Assistência Social trata da composição de um espaço democrático e de representação e requer uma força maior no qual discutiremos com maior ênfase no tópico seguinte.

3.2 A importância do Controle Social por meio do Conselho Municipal de Assistência

Neste tópico buscamos trazer reflexões sobre importância do controle social na Política de Assistência Social e contribuições dos trabalhadores do Conselho Municipal de Assistência Social tendo em vista o conselho como espaço de democratização e protagonismo.

Utilizamos a entrevista nos quais foram direcionadas as seguintes perguntas: Qual a compreensão sobre protagonismo social? Como tem desenvolvido a Política no âmbito de Assistência Social? Qual seria a análise em relação ao trabalho do CRAS? O Conselho

Municipal de Assistência Social tem exercido sua função? Por que é importante a existência deste Conselho? No que poderia melhorar para estimular ou ampliar o Protagonismo das mulheres que buscam os atendimentos dos serviços na Política de Assistência Social?

Para tentar responder este conjunto de indagações trazemos inicialmente uma fundamentação teórica sobre controle social, consolidando a discussão com as contribuições dos membros do CMAS a partir de pesquisa de campo, delimitando a reflexão no âmbito de Assistência Social.

Carvalho e Santos (2018) destacam que termo controle social tem sua origem na sociologia. Em seu sentido o controle social foi apreendido para designar formas de intervenção para estabelecer a ordem social em uma determinada sociedade, mantendo os indivíduos subordinados com certos padrões sociais e princípios morais, para assegurar a conformidade de comportamento dos indivíduos em seu meio social.

Nesta direção Silva, et al (2008) enfatizam que o Estado exerce historicamente mecanismo de controle sobre a Sociedade. E a própria emergência da profissão de serviço social está vinculada ao controle social, no qual em sua gênese marcou-se com ações técnicas de controle das massas, a fim de impedir uma contrariedade da ordem para que os segmentos adentrassem nos padrões considerados adequados da realidade social da época.

O controle social, em diferentes momentos históricos da sociedade brasileira, limitou-se apenas no uso da força física, políticas compensatórias, associadas a uma cultura paternalista e atribuído por diferentes instituições em obter o consenso da população através de meios coercitivos ou estabelecimentos de determinada ordem (SILVA, ET AL, 2008).

E nos estudos de Fróes (2013) verificamos duas concepções sobre controle social: uma que compreende que o Estado controla a sociedade numa perspectiva de um Estado restrito, visando somente interesse de uma classe. E outra concepção diz respeito ao instrumento de participação das classes populares na gestão das políticas e no controle das Políticas Públicas, quanto também um espaço de tomadas de decisões.

E para Mészáros (1993) o controle social ganha sua consistência conforme os diferentes momentos e sociabilidade, deste modo evidencia que no capitalismo concerne ao desenvolvimento de um modelo de controle humano. Para autor, o controle social na sociabilidade capitalista universaliza um padrão de vida pautado no consumismo, no qual os grupos dominantes buscam reforçar o controle social fazendo com que a população mantenha a sobrevivência a partir do sistema socioeconômico do capital.

Porém Meszáros (1993) explicita que o capital é um modo de controle e não um título legal de controle. Portanto a participação e controle social a serem exercidos pelos trabalhadores não pode perder de vista sua finalidade emancipatória e nem deixar de reconhecer os requisitos fundamentais para a construção de uma sociedade mais possível humana.

No Brasil, o controle social ganha ênfase maior com a Constituição Federal de 1988, enquanto instância de organizações e mobilizações populares evidenciando suas lutas em torno de um Estado democrático e garantidor do acesso universal aos direitos sociais, alinhando-se numa perspectiva de um controle da Sociedade civil sobre o Estado. (SILVA, ET AL, 2008).

A Constituição Federal de 1988 esclarece a importância do controle e da participação social, destacando no artigo 204 em seu inciso II, a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. E a Lei Orgânica da Assistência Social reforça no artigo 5º em seu inciso II com o mesmo sentido.

Esta concepção de acordo com Silva, et al (2008) pode ser entendida à luz da concepção Gramsciana quando se refere o Estado Ampliado. Como vimos no capítulo I, o Estado Ampliado ele é permeado pela Sociedade Política e Sociedade Civil. Que mesmo na sociabilidade capitalista o Estado seja defensor da classe dominante, sendo permeado por interesse da classe dominada também, em que a intensidade depende do grau de organização de ambas as classes e para a Sociedade Civil faz necessário parcerias, alianças de lutas com demais segmentos para fortalecimento e protagonismo dos mesmos.

Quanto à importância do fortalecimento do protagonismo, indagamos ao representante do Conselho Municipal de Assistência Social do município, qual seria a compreensão do protagonismo social, e obtivemos a seguinte resposta:

Olha, em razão da minha função da FUNAI, nós não temos muito assim que responder, porque não temos aqui profissional de assistência social, já existiu até 91 quando foi passado a saúde para o Dsei né e ai essa área também foi para área social, ficamos sem, mas é de grande importância, e hoje a gente sente falta disso, porque mesmo as ações passadas para outro órgãos, mas a Funai representa como política indigenista no Brasil, ela representa o indígena né em todos os sentidos, na área social, na área de educação, na área de saúde, na área jurídica.(Cachoeira Buberí e Curucuí, membro do CMAS/Entrevista,2022).

No relato analisamos o Protagonismo numa perspectiva de Políticas Indigenistas. O Protagonismo nesta premissa aconteceria por meio de uma representatividade em uma forma

de tutela. Porém a pergunta direcionada era enquanto membro do Conselho Municipal de Assistência social. Analisando a resposta sinalizamos que não existe profissional de assistência social, mas sim profissional de serviço social, e profissionais que trabalham com a Política de Assistência Social, conforme Couto, et al (2017) .

No outro diálogo com um dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, já podemos perceber o protagonismo com o sentido de emancipação, conforme a sinalização a seguir:

Todo protagonismo ele visa ao desenvolvimento da própria pessoa. Toda pessoa que participa de alguma coisa, de algum grupo, de algum evento, ela tem sempre algum benefício pra elevar disso. E quando ela exerce alguma função dentro disso ela é convidada para uma coordenação ou mesmo qualquer atividade dentro do grupo, participar de algum curso, de algum encontro, se ela consegue ver horizonte mais amplo que vai mais além, ela consegue já projetar um pouco de protagonismo. O que eu entendo de protagonismo é isso, a pessoa que se projeta que consegue caminhar com próprias pernas e consegue pensar no bem do grupo que está ali com ela. Então ela é beneficiada, consegue receber alguma coisa, mas ela também já pensa no futuro dela, no futuro do grupo, da sociedade e ela vai projetando algo a mais, algo melhor, alguma coisa que pode ajudar a contribuir pra ela, pra família dela, pra sociedade. Então é alguém que está assim na vanguarda, que já está projetando alguma coisa pra realizar algo a mais. (Ilha de Adana, 55 anos, membro do CMAS/ Entrevista, 2022).

Nessa fala percebemos a apreensão de Protagonismo com o sentido de emancipação feminina, visando um desenvolvimento da pessoa e dentro de uma determinada função, acontece uma articulação de um trabalho coletivo e partir dos anseios, projetam-se novas perspectivas em busca de uma transformação de sua vida e de seu meio de vivência.

De acordo com Pedraça (2019) a emancipação feminina faz parte de uma luta do movimento feminista por direitos de igualdade entre homens e mulheres contra a opressão e o preconceito, por liberdade de expressão, direito a sexualidade, por acesso as instâncias de poder político e tantos outros direitos que busque politizar a subjetividade do sujeito feminino sobre seus direitos na sociedade.

E no dicionário Marxista de Néstor Kohan (s.d) observamos que o significado de emancipação está diretamente ligado ao conceito de liberdade. Essa liberdade enquanto sentido de emancipação do sujeito só deve ser atingido através da coletividade. Na realidade das Mulheres Indígenas, a coletividade já faz parte no cotidiano, pois se interliga com o meio que circunda, além de exercer papéis específico, há interesses coletivos, fazendo parte de luta coletiva. O que necessário na Política de Assistência Social é incentivar esse espírito, tendo em vista o protagonismo delas.

Desta maneira Carvalho e Santos (2018, p. 761) delineiam no âmbito de Assistência Social que o controle social é,

Controle exercido pela sociedade sobre o governo, atuando como uma instância de fiscalização de políticas públicas em que a sociedade é engajada no exercício das discussões e reflexões acerca das problemáticas que afetam a vida coletiva. Assim, este mecanismo fomenta a cooperação e a avaliação, tendo como peça fundamental o interesse coletivo.

Neste processo o controle social consolida-se com a participação tanto do Estado e Sociedade Civil, sendo este representado por usuários, pelas entidades não governamentais e por trabalhadores de forma em geral, sendo um espaço de democratização e protagonismo.

O Conselho Municipal de São Gabriel da Cachoeira conforme a última Ata nº. 001/2022 possui uma participação ampla tanto dos representantes do poder público quais, sejam elas a; Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer (SEMJEL) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Quanto da Sociedade Civil é formado pela Diocese (Igreja Católica) Associação de Pais, Mestre e Comunitários (APMC) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN).

Evidentemente os conselhos na Política de Assistência Social assumem importância como espaço de participação nas diferentes esferas governamentais, sendo de composição mista e paritária, e possui caráter deliberativo. Segundo Froés (2013) os conselhos são paritários para que haja um equilíbrio nas decisões no que concerne a mesma quantidade de membro da sociedade civil e do poder público. A composição paritária do conselho estabelece representantes do segmento governamental e representantes dos segmentos não governamental (profissionais da área, das entidades prestadoras de serviços e de usuários).

Nesta ata ainda foi verificada a necessidade de atualização dos membros do conselho e escolha de nova Mesa Diretoria. Na pesquisa de campo um dos representantes do conselho afirmou que está rotatividade de quadro de membros dificulta no andamento da Política de Assistência Social no município, pois a continuidade de ações e compromissos implica o acompanhamento de todos os membros do conselho. Vejamos:

Os membros são indicados e há sempre uma mudança, não são permanentes. As instituições mudam muito, indica a pessoa no início e lá pro meio do ano tem que trocar, não tem uma participação total 100%. (Cachoeira Buberí e Curucuí, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

Como em todos os conselhos de demais regiões o funcionamento do controle social em São Gabriel da Cachoeira apresenta seus desafios no quadro de representações dos membros. A saber, que o controle social é uma instância de representação da democracia e um instrumento primordial, no qual contribui na eficácia e eficiência da Política de Assistência Social, portanto seria essencial por parte dos membros um compromisso maior na sua permanência para bem exercer sua função.

Toda via a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993) dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Assistência Social como:

- a) elaborar e publicar seu Regimento Interno;
- b) aprovar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social na perspectiva do SUAS, e as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social;
- c) acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social;
- d) aprovar o Plano Municipal de Assistência Social e suas adequações;
- e) zelar pela efetivação do SUAS;
- f) regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, no seu âmbito, considerando as normas gerais do CNAS, as diretrizes da Política Estadual de Assistência Social, as proposições da Conferência Municipal de Assistência Social e os padrões de qualidade para a prestação dos serviços;
- g) aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados às ações finalísticas de Assistência Social, alocado no Fundo Municipal de Assistência Social;
- h) aprovar o plano de aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social e acompanhar a execução orçamentária e financeira anual dos recursos;
- i) propor ao CNAS cancelamento de registro das entidades e organizações de Assistência Social que incorrerem em descumprimento dos princípios previstos no art. 4º da LOAS e em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes forem repassados pelos poderes públicos;
- j) acompanhar o alcance dos resultados dos pactos estabelecidos com a rede prestadora de serviços da Assistência Social;
- k) aprovar o Relatório Anual de Gestão;
- l) inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de âmbito municipal. (LOAS, 1993, p.128).

Nesse sentido, percebemos que há uma série de atribuições que o Conselho da Assistência Social precisa desempenhar na atuação enquanto conselhos, bem como as implicações legais, conceituais, políticas, normativas que envolvem esta atuação.

No que tange em “acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social e Zelar pela efetivação do SUAS” perguntamos aos membros do CMAS, como tem desenvolvido a Política de Assistência Social no âmbito do município. Vejamos:

Olha, eu acho assim que município, ele tem umas carências né, por parte profissional. E a maior parte dessas carências, não é na sede do município, mas acompanhar a demanda do interior. Então eu vejo que na cidade agente tem quem participa, agora, já houve muitas reclamações por parte do interior porque São

Gabriel da Cachoeira é muito grande. A sede fica localizada muito distante dos distritos. O município não tem como atender todos. Mas eu vejo de dois lados. Um pouco na sede e muito pouco no interior. (Cachoeira Buburí e Curucuí, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

A nossa realidade aqui de São Gabriel ela não permite muito que se faça isso, porque a pessoa ainda é muito necessitada. Então se assistência social não vai ao encontro deles, suprindo as necessidades básicas deles, eles não vão ter força de poder buscar esse protagonismo que é necessário, de buscar o próprio sustento. Então está se fazendo ainda assistencialismo, mas já em vista de poder fazer com que as pessoas busquem aquilo que é delas. Através de cursos de artesanatos, onde elas já têm associação de artesãs pra que elas busquem próprio sustento, foi dada essa oportunidade deles venderem o material que elas trazem da roça deles, do sitio deles. Então isso já é uma forma de ajudá-los a progredir na sua vida e dar pra crescer ainda mais. Mas já se faz bastante, se ajudam muito. Existe essa parcela, essa preocupação de todos os conselheiros, de todos que fazem parte da assistência social. Existe essa preocupação de auxiliar, de ajudar. Mas a vezes por causa de uma situação ou outra, nem tudo que a gente sonha é possível realizar. Mas existe o sonho, existe o projeto, existe o querer fazer, boa vontade de fazer mais. E com essa boa vontade vão superando os desafios e as dificuldades. (Ilha de Adana, 55 anos, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

Analizamos a partir dos relatos que a efetivação da Política de Assistência Social no município de São Gabriel da Cachoeira possui seus limites no que tange os espaços geográficos e falta de estrutura logística que dificultam para atender as demandas em sua totalidade, principalmente da zona rural.

No relato de Ilha de Adana, 55 anos, percebemos que o assistencialismo ainda se faz presente nas ações junto ao trabalho com as mulheres indígenas. De outro modo evidencia que as mulheres indígenas por meio de seu trabalho enquanto artesãs, agricultoras vem assumindo gradativamente outros meios de sustento e que mesmo diante de desafios há uma parceria com os membros do conselho no que tange ao apoio a essas mulheres consolidando a importância de enfatizar o protagonismo social das mulheres.

Com base no regimento interno de CMAS no capítulo II existe a definição do conselho como uma instituição municipal deliberativa do sistema descentralizado e participativo de caráter normativo, permanente e encarregada de fiscalizar, acompanhar, monitorar e avaliar a Política de Assistência Social, zelando pela ampliação e qualidade da rede de serviço socioassistenciais.

Nesta direção perguntamos qual seria a análise destes conselheiros em relação ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira.

O CRAS agora tem uma estrutura que recentemente tem recebido ajuda pelo governo do Estado, governo Federal e aqui no município tá começando a mostrar algum trabalho. Não através deles só, mas através de parcerias né e também através de ementas parlamentares. Dão condições que o CRAS possa se desenvolver. Eu vejo nesse ano passado já algum avanço, mas também um retrocesso com a pandemia. Mas estar com várias demandas parlamentares voltados para o custeio e aí poder fazer parcerias com instituições que apoiem o município. Então estamos agora sim agentes tenta fazer, não só a prefeitura, só a prefeitura não tem condições de fazer nada, mas através de parcerias, de outras ajudas, o município é muito carente de recurso. Eu já fui prefeito aqui e sei como é difícil. Agente buscar parcerias e instituições do estado, federal. Agora estamos tentando fazer, para ano que vem plano de trabalho. Estamos solicitando algumas demandas e município disponibiliza alguns recursos pequenos para secretaria de assistência social, estamos buscando apoio através de emendas. (Cachoeira Buberí e Curucuí, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

A gente tem encaminhado vários ofícios aqui da nossa instituição, encaminhando as crianças para que elas fossem atendidas no CRAS. Encaminhando várias famílias pra que sejam atendidas também por essa assistência e a gente tem recebido sempre uma resposta muito positiva, muito favorável. A gente sente que eles fazem o máximo que podem pra poder atender e suprir as demandas que a gente encaminha. Então é essa experiência que eu tenho, da nossa obra para com o CRAS direto. Inclusive já atenderam as crianças no contraturno especialmente aquelas que precisam mais de acompanhamento ,quando está fora do período escolar e a gente ver situações que precisam de algo a mais, então a gente vai recorrendo ao CRAS, ao CREAS, onde é possível nos ajudarem pra poder melhor atender essas crianças e essas famílias. (Ilha de Adana, 55 anos, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

Em relação ao trabalho desenvolvido pelo CRAS analisamos a partir das falas a efetivação de atendimentos do seu público-alvo, demonstrando um avanço nos últimos anos.

O entrevistado, Cachoeira Buberí e Curucuí, membro do CMAS enfatiza que o CRAS ultimamente tem contado com parcerias, e recursos financeiros no âmbito do governo Federal, Estadual principalmente de Emendas Parlamentares. E que estes recursos financeiros recentemente contribuem na realização de ações, projetos, programas e todo o conjunto de trabalho desenvolvido no âmbito de assistência social no município.

No segundo relato sobre a Sociedade Civil, destacam-se as parcerias do CRAS de forma propositiva, que os trabalhadores têm buscado manter o compromisso com as demandas, no que se refere aos atendimentos dignos e de acompanhamento eficaz. Ambos enfatizam que o trabalho do CRAS tem avançado em seu âmbito de atendimentos de forma qualificada, quanto também à atuação dos trabalhadores na medida do possível fazendo trabalho eficiente conforme a realidade local.

A NOB/SUAS (2012) específica que a função do conselho é de elaborar, acompanhar e avaliar os planos de assistência social, mas também de controlar, fiscalizar e acompanhar a gestão dos fundos de assistência social nas esferas federal, estadual e municipal. Na pesquisa

de campo analisamos em relação à função dos conselheiros uma contradição no que tange a clareza.

Deste modo na entrevista direcionamos se o Conselho Municipal de Assistência Social tem exercido sua função, verificamos:

É, dentro da possibilidade sim. Sempre tem participação né, as reuniões são constantes. Como falei, houve uma paralização em 2020, por causa da pandemia, mas voltou em 2021 e a gente tem mantido sempre as reuniões constantes, seguindo nossa programação. Mas as reuniões sempre acontecem. (Cachoeira Biburí e Curucuí, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

Na medida agente vai fazendo aquilo que é possível. Nas nossas reuniões são debatidos assuntos necessários, a gente tenta encaminhar aquilo que é possível. Pode se fazer mais, mas as limitações humanas e financeiras também impedem um pouco. (Ilha de Adana, 55 anos, membro do CMAS/Entrevista, 2022).

Nos dois relatos dos conselheiros, de representante público e outra de Sociedade Civil, percebemos que não há clara posição sobre de fato às funções de Conselheiros, e se resumem somente em realização de reuniões.

Quanto à importância da existência do conselho no município, sintetizamos no quadro a seguir.

Quadro 12: Síntese sobre importância da existência do Conselho no município.

Importância	Desafios	Sujeito participante
O conselho é uma instância de participação paritária e importante mecanismo para a Sociedade Civil e que tem sua função de fiscalizar ações da assistência social no município.	Falta de uma atenção minuciosa por parte da gestão municipal, principalmente no que se refere na valorização e importância deste conselho. Esta atenção é primordial para bom êxito do conselho, pois todo conselho além de ser um espaço democrático trata-se da questão tensa que é a aplicação do recurso financeiro. Destacou: “o conselho precisa saber o que entra e sai do município”. Portanto a participação dos conselheiros não deve ser somente de forma passiva, mas de um posicionamento crítico e construtivo, visando o interesse coletivo dos usuários.	Cachoeira Biburí e Curucuí, 67 anos, membro do CMAS.
Considerar as particularidades da região e que o Conselho Municipal de Assistência Social neste local é necessário	A realidade da Amazônia é multifacetada no qual precisa ser defendido por todos os segmentos, especialmente a defesa pela terra e que nesta realidade culmina resistência [...] é preciso valorizar as identidades e o trabalho coletivo como essencial na construção do protagonismo dos mesmos.	Ilha de Adana, 55 anos, membro do CMS da Sociedade Civil.

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Neste sentido a participação de todos os representantes precisa ser de forma propositiva. Fróes (2013) enfatiza que o processo de democratização não é homogêneo. Trata-se de uma construção de espaços coletivos de formulação, gestão e controle das políticas públicas em inserção dos mais variados sujeitos nesse âmbito, com seus interesses os mais distintos possíveis. Esses espaços devem visar sempre o interesse coletivo, ampliação dos direitos e precisam ser de pressão política e não de colaboração e de consenso apenas.

Na consolidação desta discussão sobre protagonismo social perguntamos ainda aos membros do Conselho Municipal de Assistência Social sobre o que poderia melhorar para estimular ou ampliar o protagonismo das mulheres que buscam os atendimentos dos serviços na Política de Assistência Social.

Ambos evidenciaram os desafios afirmativos e as principais foram à falta de informação dos usuários no que diz respeito aos direitos; a falta de acompanhamento no que diz das demandas, visto que as instituições encaminham as mulheres para setores no que implica “o vai e vem de lugares” e a falta de um profissional que atenda ou faça mediação na interpretação das línguas nativas.

Principais estratégias em destaque para estimular ou ampliar o protagonismo evidenciou-se o trabalho sobre autoestima das mulheres indígenas; a junção de forças dos demais trabalhadores; reconhecer o trabalho das mulheres artesãs, agricultoras; e potencializar essa força, com demais setores públicos visando promoção do protagonismo social.

Desta maneira sintetizamos que no município de São Gabriel da Cachoeira os conselhos de forma em geral funcionam na medida do possível, e a Política de Assistência Social tem desenvolvido, mas que precisa avançar no aspecto de atendimentos diferenciado, tendo em vista uma realidade peculiar de indígenas.

Concordamos com Oliveira (1999, p. 40) quando se afirma que Assistência Social deve incidir “no campo da equidade social, ao dar prioridade aos segmentos sociais mais vulneráveis e oferecer em articulação com organização da Sociedade Civil, meios e condições” para qualificar e expandir o exercício do protagonismo.

Para isso é necessário superar a ideia que a proteção social é assistencialismo; considerar a Assistência Social uma Política Pública de seguridade social; romper com os mecanismos fisiológicos, clientelísticos; criar instrumentos de integração entre a proposta econômica e social; fazer com que a democracia e seus instrumentos de controle social, de fato tenham vez, decisão e ação na Política de Assistência Social. (OLIVEIRA, 1999).

Todas essas dimensões demandam empenho por parte dos sujeitos comprometido, sejam de representantes governamentais, Sociedade Civil, tais como organizações de usuários, entidades, trabalhadores de assistência social.

Controle social segundo Oliveira, (1999) não deve se dar apenas em nível dos espaços burocráticos e administrativos, é preciso que se amplie o seu exercício em busca de criação de uma nova cultura política que, ao democratizar as decisões também abra espaço para o protagonismo de todos daqueles que buscam defender os interesses coletivos.

O controle social é um espaço de movimentos organizados culminado de resistência, de luta e protagonismo, o que não significa ausência de pensamentos e ideias divergentes. Nesta perspectiva o controle social na assistência social deve continuar sendo uma participação fundamental, atuando de forma propositiva, em direção à construção de uma luta coletiva, cujo acreditamos que vale protagonizar.

3.3 Desafios na consolidação da cidadania e do protagonismo de Mulheres Indígenas na Política de Assistência Social em São Gabriel da Cachoeira-Am

A partir da pesquisa realizada com os trabalhadores do Centro de Referência de Assistência Social, ficou perceptível que, a assistência social é mais do que necessária no município de São Gabriel da Cachoeira, contudo, por outro lado trata-se de uma Política Pública repleta de limites e desafios, pois sua operacionalização esbarra nas burocracias institucionais e condicionalidades que dificultam o protagonismo social das mulheres indígenas nos serviços socioassistenciais.

Destarte a NOB-RH/SUAS (2011) dispõe que a composição das equipes de referência do CRAS deve ser composta por categorias profissionais de nível superior, técnicos, orientadas por códigos de ética e que a qualidade de serviços deve produzir uma mudança fundamental na vida do cidadão, proporcionando o protagonismo do seu usuário.

Apesar do /da assistente social ser um profissional histórico no âmbito da Política de Assistência Social esta Política Pública por assumir um formato capilar, demanda uma quantidade considerável de trabalhadores para atuarem na execução e no campo gestão. (PEREIRA, 2006).

Vale destacar que o CRAS não restringe somente atuação de assistente social, mas também atuação de demais profissionais e, portanto, a política não é exclusiva da categoria, mas de todos aqueles que lutam pelos direitos sociais com ressalva que mediação destes

trabalhadores deve ser uma intervenção em sua totalidade, contribuindo na centralidade do protagonismo dos usuários. (PEREIRA, 2006).

Nesta perspectiva, na proposta aqui apresentada, foca-se o trabalho do assistente social, e técnicos administrativos enquanto trabalhadores que estão atuando diretamente nesta política. No quadro abaixo apresentamos um breve perfil de formação dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 13: Perfil dos sujeitos da Pesquisa

Sujeito da pesquisa	Identificação	Formação acadêmica	Tempo na função	Tempo de exercício na área
Assistente Social	Bela Adormecida	Serviço Social	01 ano e 06 meses	07 anos
Assistente social	Morro da Esperança	Serviço social	03 anos	04 anos
Assistente social	Pedra da Cosama	Serviço social	06 meses	03 anos
Assistente administrativo	Serra do Cabari	-	01 ano e 06 meses	Não respondeu
Assistente administrativo	Orla da Praia	-	01 ano e 06 meses	Não respondeu

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022.

No quadro acima percebemos que dos 5 sujeitos de pesquisa, 3 trabalhadores estão no CRAS entre 1(um) ano e 6 (seis) meses, uma em 6 meses e somente uma em 3 anos. A saber, que isto revela objetivamente a rotatividade dos trabalhadores na instituição.

Segundo Raichelis (2010) este cenário vem afetando de forma significativa no âmbito da Política de Assistência Social revelando a precarização dos vínculos de emprego, que se dão através de contratações temporárias, propiciando, desse modo à realocação e rotatividade de trabalhadores na condição de prestadores de serviços.

Raichelis (2010 p. 161) afirma que estas não são expressões constitutivas da Política de Assistência Social, mas são condições postas pelo “modo de produção capitalista, assim como das novas configurações do trabalho e da contrarreforma gerencial do Estado na atual conjuntura”.

Apesar da NOB-RH/SUAS (2011) dispor responsabilidades e atribuições às três esferas como Federal, Estadual e Municipal que dizem respeito á estruturação do trabalho com equipes permanentes de profissionais de referências, de planos anuais de capacitação e da necessidade de assegurar recursos para promoção de concursos públicos, estudos e pesquisas, com orçamento que garanta condições de trabalho e remuneração adequadas aos

trabalhadores. Raichelis (2010) acrescentam que essas prerrogativas são desconsideradas em muitas realidades estabelecendo entraves da efetivação da Política de Assistência Social.

No conjunto destes desafios tendo em vista que o Centro de Referência de Assistência Social é um dos espaços de trabalho de equipes de referências que se caracteriza como principal porta de entrada ao acesso dos programas sociais, perguntamos aos técnicos administrativos como é que acontece o processo de inclusão das mulheres indígenas nos programas sociais. Vejamos:

é mais pra pessoas voltadas de carência, pessoal que tem uma renda mínima, a pessoa que não tem emprego fixo, realmente que vive numa dificuldade, ele é mais voltado para essas pessoas, neh. Tanto como criança, adolescente e adulto, entendeu. Pelo pouco que eu sei a gente atende pessoal da estrada, comunidades. (Serra do Cabari, 30 anos/Entrevista, 2022).

A maioria são as mulheres, ela vem aqui, realmente elas procura pra ver a questão dos benefícios e programas e outras, a equipe vai à busca dessas pessoas, que às vezes são indicadas por parentes, ou pessoas mais próximas. Muitas das vezes também, os filhos estão fora da sala de aula, então elas chegam aqui pra procurar uma ajuda. Então muitas das vezes as mulheres são incluídas através disso. Uns que chegam aqui e outros através de visitas. (Orla da Praia, 46 anos/Entrevista, 2022).

Nossas entrevistadas revelam que aqueles que buscam os serviços de atendimento no CRAS são pessoas com renda mínima; sem emprego fixo e demanda espontânea. Pereira (2006) já sinalizava que a assistência social por muito tempo foi direcionado a um público bem definido que eram os sujeitos em desvantagem econômica, conseqüentemente pobres, que ficava a mercê, por sorte, favor ou por caridade para serem atendidos e assim discernidos como anomia social diante das necessidades emergenciais dos sujeitos, sem reconhecimento de direitos sociais. Observamos que esta conexão se articula com as falas das entrevistadas.

Já os assistentes sociais evidenciam-se da seguinte forma, que o processo de inclusão das mulheres indígenas acontece:

Através de atendimento e acompanhamento dos grupos de SCFV. (Pedra da Cosama, 29 anos/Entrevista, 2022).

Visita domiciliares, encaminhamento por outras instituições. (Morro da Esperança, 30 anos/Entrevista, 2022).

Acontece através de visita domiciliar, através de encaminhamento seja ele do fórum, seja ele de outras secretarias e através de acompanhamento dos filhos. Os filhos são incluso nos serviços de convivência e para acompanhar o filho, não só a criança, mas também a família, como um todo. Nós temos um acompanhamento através do PAIF, ai acontece toda questão de acompanhamento com os pais e se for notado algo de acompanhamento específico, ai acompanhamos individualizado, e eles são

inclusos nos projetos sociais, no nosso centro de referência que é o CRAS. (Bela Adormecida, 37 anos/Entrevista, 2022).

Nesta premissa percebemos que o processo de inclusão das mulheres indígenas nos serviços socioassistenciais acontece através da visita técnica domiciliar; acompanhamento; atendimentos e encaminhamentos. Em nenhum momento das falas dos assistentes sociais percebemos a centralidade das expressões da questão social como fator determinante para inclusão aos programas sociais.

Neste sentido Yazbek (2001, p. 33) em seus estudos aponta que a questão social é um elemento central no exercício profissional do assistente social que deve ser entendida a partir da “divisão da sociedade em classe, cuja apropriação da riqueza socialmente gerada é extremamente diferenciada”. Caso contrário, as ações de imediatismo correm o risco de desqualificar as expressões da questão social, enquanto questão pública, questão política, questão nacional, definindo pobre um lugar na sociedade.

Forti e Guerra (2016) corroboram que muitas vezes a perfeita sintonia entre o senso comum e a ação é captada como suficiente para atuação do profissional, principalmente quando se trata de situações que exigem soluções rápidas ou imediatas.

Raichelis (2010), ao discutir a questão do assistente social enquanto trabalhador do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) chama atenção que número de reuniões, visitas domiciliares, dentre outros, se não for articulado numa direção ético-político, torna-se um pragmatismo, uma ação rotineira bem como das ações improvisadas.

Em uma da entrevista realizada na pesquisa de campo evidenciamos ainda como acontece à inclusão nos programas sociais, em relação às mulheres indígenas, vejamos:

Eu sempre converso com a Coordenadora do Programa Auxílio Brasil que antes quando era bolsa família, talvez os técnicos na frente a muito tempo, as pessoas elas não passaram a informação para essas pessoas que são beneficiadas que esse programa não é vitalício, ele não é aposentadoria, ele não é pra toda vida, então por não passar essas informações as pessoas meio que viciaram nessa situação de benefício, mas sem ter aquele entendimento que o governo ele libera esse programa para as pessoas de baixa renda e ou em extrema pobreza, só que esse programa é até a pessoa conseguiu um trabalho. Só que muitas delas não entendem, muita delas acha que precisam, depende desse trabalho, sem ter a ciência que para governo quanto a gente encharca o nosso município com esses programas sociais, com esses benefícios, para governo como se a gente não estivesse outra oportunidade de renda, como se São Gabriel estivesse em situação alarmante de tanta gente beneficiada pelo programa. Mas a vezes o nosso usuário sem entender ele vem atrás e não quer perder nunca e acaba tornando vício. (Bela Adormecida, 37 anos/Entrevista, 2022).

No relato acima percebemos o CRAS como fosse uma instituição benemerente e ainda verificamos que aquele que vai a busca de atendimentos no CRAS por sua condição encontrada no momento é visto numa leitura enviesada por culpabilização.

Sposati, (2013), contribui neste sentido que a condição da pobreza ao longo do período foi entendida por culpabilização aos indivíduos no qual a sua individualidade era responsabilizada pela sua condição. A trajetória histórica de Assistência Social demonstra que por muito tempo tornou-se como premissa daqueles que não queriam trabalhar, dos preguiçosos. E estas ideias persistem ainda no cotidiano e espaços de trabalhos na assistência social como vimos na fala acima.

Pontes (2000, p. 36) aponta que é necessário que a intervenção do assistente social esteja pautada na reflexão sobre a realidade que é concreta e complexa e, como tal, necessita “nesse ponto que a categoria mediação aponta uma enorme contribuição ao desvendamento dos fenômenos reais e à intervenção do assistente social”.

A mediação apreendida por Pontes (2000) constitui a partir da tríade: singularidade, particularidade e universalidade. Para maior aproximação desta tríade, sintetizamos da seguinte forma.

Quadro 14: Tríade de Mediação



Fonte: Elaboração própria e sistematizado a partir do autor Pontes, 2000.

Para compreensão melhor da importância desta tríade de mediação, explicitamos que na singularidade as questões sinalizadas pelo indivíduo são pontuadas de forma fragmentada e ocorre a culpabilização do indivíduo pela situação em que se encontra. Se assistente social no

seu exercício profissional assume esta forma de intervenção, segundo Pontes (2000) não ultrapassa as demandas institucionais e ações são imediatos.

A particularidade permite compreender que determinado fenômeno se manifesta de forma diferente em cada tempo e espaço. Com particularidade o exercício profissional não se limitará somente as necessidades de instituição, mas as ações serão críticas e comprometidas com a transformação da realidade, tendo em vista criação de espaços de protagonismo. (PONTES, 2000).

E a universalidade compreende na sua essência, a totalidade, no coletivo, ou seja, o profissional passa decifrar a realidade numa perspectiva crítica e busca analisar o que está realmente por trás de uma determinada situação aparentemente isolada e isto exige do assistente social um conhecimento teórico-metodológico para que haja uma intervenção crítica e transformadora. (PONTES, 2000).

Desta maneira, a tríade de mediação apontada por Pontes (2000) revela uma instrumentalização metodológica e importância no exercício profissional do assistente social, pois a correlação existente entre os três elementos permite a compreensão da totalidade do objeto de intervenção diante de múltiplas determinações constitutivas, e essas dimensões articuladas, potencializam os espaços de atendimento, sobretudo na realidade dos segmentos.

E a Política Nacional de Assistência Social dispõe uma leitura macro de atenção aos usuários e torna explícito ao afirmar que seu público usuário é constituído por:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL/PNAS, 2004, p. 33).

Evidentemente percebemos que a Política de Assistência Social, torna se explícito quem compõe seu público, isso porque, engloba um número expressivo de questões que alinham o cotidiano de uma parcela significativa da população brasileira.

É perceptível que no espaço ocupacional muitas vezes os atendimentos se tornam rotineiros, mas faz necessário um reconhecimento de cada particularidade do usuário, para não estigmatizar seu protagonismo social. Forti e Guerra (2016) afirmam que o cotidiano

profissional pode mostrar-se obscurecido pelos atos repetitivos, objeto de pouca reflexão, caso os profissionais situem equivocadamente seu trabalho.

Portanto é inerente ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado e seu constante aprimoramento que viabilize uma intervenção crítica, criativa e propositiva. O Assistente Social é um intelectual que intervém na realidade social, habilitado a operar em área particular, mas para isso precisa considerá-la com competência; exercitar o tempo todo a sua capacidade de captar criticamente essa realidade social que é contraditória e dinâmica, o que pressupõe busca constante de sustentação teórica, política e ética (FORTI e GUERRA, 2016).

Nesta ênfase perguntamos qual o público maior que procuram os serviços de atendimento no CRAS, os entrevistados afirmaram que:

É mais do interior, mas assim não digo que é mais ou menos, por que. Tem muita gente aqui da sede que também precisam, tem dificuldades. Muita gente vem do interior aqui no cadastro único, por exemplo, tem pessoal que mora no interior e passa dias viajando, são mais mulheres assim que passam meses sem receber o benefício. Ai muitas vezes chega aqui ou foi cancelado, bloqueado, eles procuram muito, sabe. (Serra do Cabari, 30 anos/Entrevista, 2022).

O público maior mesmo é daqui, da cidade, maioria que vem do interior que vem procurar uma ajuda de vida, vamos dizer, melhorzinha pro seus filhos através de escola integra, eles acabam ficando aqui ,como não tem, vamos dizer, emprego, estudo então ela vem mais procurar estes serviços. (Orla da Praia, 46 anos/Entrevista, 2022).

O público maior é como um todo. Não vou falar que só é da cidade, porque da cidade todos os dias tem procura de eles virem aqui. Mas a demanda maior que eu possa dizer é da comunidade sim. Eles descem com família como todo e procuram os programas específicos a serem inclusos. Seja eles de alguém que falou, em busca de informações, eles vem aqui. E aqui eles são incluídos nos programas sociais, e principalmente na questão do auxilio Brasil. (Bela Adormecida, 37 anos/Entrevista, 2022).

Os dois, área rural e urbana. (Morro da Esperança, 30 anos /Entrevista, 2022).

Rural. (Pedra da Cosama, 29 anos/Entrevista, 2022).

Analisamos a partir das falas acima que no âmbito de público-alvo no CRAS de São Gabriel da Cachoeira são tanto da sede e de zona rural, composto por distritos administrativos do município. E verificamos no Relatório de Programas e Ações do Ministério de Cidadania que o CRAS atende a demanda que corresponde 50% rural e 50% urbano e neste ponto concordamos, pois, as falas permitem levar as referidas considerações.

Durante a pesquisa de campo salientamos ainda se existe algum direcionamento legal na atenção específica para atender as mulheres indígenas. Os trabalhadores entrevistados destacaram que a Coordenadoria da mulher vinculada aos SEMAS, atendia especificamente as demandas; a FOIRN com trabalho das mulheres artesãs; o próprio CRAS com Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e três assistentes sociais afirmaram que o CREAS desenvolve atividades específicas com as mulheres indígenas.

Nesta relação quando referimos um direcionamento legal estávamos apontando ao atendimento diferenciado. Tendo em vista que no Sistema Único de Saúde - SUS já existe um subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS), instituído pela Lei nº9.836/1999 e Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), promulgada em 2002 que formulou os horizontes de trabalho para os Distritos Sanitários Especiais Indígenas em todo o Brasil (BRASIL, 2019).

No âmbito da Educação existe também por meio do decreto nº 26 de 04 de fevereiro de 1991 que foi atribuído ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) a competência de integrar a educação escolar indígena aos sistemas de ensino regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 enfatiza a questão da educação escolar indígena. Posteriormente a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou a resolução nº003/1999 que se tornam referenciais para a formação de professores indígenas, participação da comunidade indígena para definir o seu modelo de organização e gestão. (SILVA, 2019).

E em 2001 foi aprovada a Lei nº 135/2001 que regulamenta o Sistema Municipal de Ensino que possibilita aos professores indígenas uma formação diferenciada e no ano de 2009, o governo federal inaugurou um novo momento no processo histórico de protagonismo escolar indígena, instalando uma nova situação política e jurídica na história da educação escolar indígena no Brasil com a criação do Território Etno Educacionais (TEEs), aliando a questão educacional à território (SILVA, 2019).

Diante disso no âmbito da Política de Assistência Social ainda temos um longo caminho a percorrer, isto exige uma luta coletiva principalmente daqueles que estão diretamente nesta política para que de fato exista um atendimento diferenciado.

Em síntese, não ficou claro nos relatos de pessoas entrevistadas a importância do protagonismo social como elemento emancipatório, temática que direcionou a construção do referido trabalho. Notou-se como uma categoria distante no exercício profissional além de enfatizar que são mulheres artesãs, agricultoras. Entretanto, não foi possível trazer as

dimensões das expressões da questão social das mulheres indígenas. Em nenhum momento foi apresentado de fato quem são as mulheres indígenas numa perspectiva de suas particularidades locais, culturais e sociais.

Iamamoto (2001, p. 20-21) identifica a questão social como um fenômeno que pode se manifestar de diversas formas, nos diferentes momentos históricos de desenvolvimento capitalista. A questão social diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendrada na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção o contraposto á apropriação privada da própria atividade humana, o trabalho”.

Avança a sua discussão ao afirmar que questão social na cena contemporânea se reconfigura com profundas alterações envolvendo formas de produção e de gestão do trabalho perante as exigências do mercado. Destaca quatro aspectos centrais que atribuem novas mediações históricas á produção da questão social, a lógica financeira; flexibilidade dos processos de trabalho; radicais mudanças nas relações do Estado, Sociedade Civil incumbido numa ótica neoliberal; e as formas de sociabilidade. (IAMAMOTO, 2001).

Nesta perspectiva trazendo para a realidade do contexto indígena as formas de sociabilidade capitalista atingem também o modo de vida destes, no qual São Gabriel com suas características urbanas apresentam uma dinamicidade de relações de classes que corresponde entre não indígenas e indígenas.

No que diz respeito à luta coletiva, perguntamos se existem parcerias, com demais setores para ampliação do protagonismo das mulheres indígena:

Existe com CREAS. A gente tem parceria também com SEMSA sempre (Serra do Cabari, 30 anos/ Entrevista, 2022).

Sim faz parte, ela é uma rede né (Orla da Praia, 46 anos/ Entrevista, 2022).

Olha eu penso assim que o município ta buscando assim formas de essa questão mesmo de as mulheres, tem a questão de artesãs. Elas estão sendo bastante valorizadas [...] (Bela Adormecida, 37 anos / Entrevista, 2022).

Aqui existe, tipo o CRAS, CREAS às vezes quando sofrem violência agente trabalha em parceria [...]. Tem com SEMSA, FUNAI. Conselho tutelar, DSEI e essas coisas realmente existem (Morro da Esperança, 30 anos / Entrevista, 2022).

Sim, as ações que a SEMAS realiza no município na sua grande maioria são voltadas as mulheres (Pedra da Cosama, 29 anos / Entrevista, 2022).

Nessa direção da construção de parcerias analisamos que existem junto com demais setores públicos como Secretaria Municipal de Saúde, FUNAI, CREAS, Conselho Tutelar, SEMAS e organizações não governamentais, por exemplo, com a FOIRN. Neste âmbito a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) prevê ações integradas entre a assistência social e outras políticas setoriais com intuito de combater a pobreza visando à formação de redes de apoio.

Avançamos a reflexão trazendo presente qual maior desafio já enfrentado no atendimento as mulheres indígenas:

É tentar lhe dar com situações graves sabe. Às vezes têm situações, relatórios que eu tenho que encaminhar e tenho que deparar com aquilo, como estupro. É muito difícil pra mim, porque é uma área totalmente longe, o serviço social são acostumado [...] Outra é situação é de família com doença grave [...] família passando fome ,pra mim é difícil, mas eu tento ser forte (Serra do Cabari, 30 anos/ Entrevista, 2022).

O maior seria, não digo local, mas nossas parcerias mesmo que é o CAIXA. Esse é o nosso desafio Maior. Quanto atendimento a gente consegue fazer. Banco é uma coisa e nosso trabalho é outro. A maior dificuldade é que nossos parentes muita das vezes não entende, tipo eu moro na cidade, é uma coisa, morar no interior é outro. Eu vou daqui a três meses receber meu dinheiro. Chegando muita das vezes eles o banco não paga o valor total.[...] (Orla da Praia, 46 anos/ Entrevista, 2022).

Bom à questão de assistência ela só tem fortificado nos últimos anos, porque o servidor, assim pessoal da linha de frente são os técnicos. Pra gente não é assim, não só as demandas que chegam, mas a valorização como profissional e também ter instrumento de trabalho e a SEMAS ultimamente ela tem valorizado essa situação. Todos os técnicos aqui tem seus instrumento de trabalho, seus notebooks, impressoras e temos veículo (Bela Adormecida, 37 anos / Entrevista, 2022).

As traduções nas línguas indígenas, tukano, baniwa e entre outros (Morro da Esperança, 30 anos/ Entrevista, 2022).

A falta de empoderamento e a total submissão ao esposo (Pedra da Cosama, 29 anos/ Entrevista, 2022).

Analisamos que os maiores desafios apontados sinalizam o enfrentamento de violação dos direitos, os limites da Caixa Econômica, enquanto detentor de pagamentos dos benefícios dos programas sociais do governo federal. E uma assistente social sinaliza que a assistência social tem avançado no município e que técnicos são aqueles que estão diretamente na linha de frente desta política e que todos os trabalhadores do CRAS possuem instrumento de trabalho.

Outra profissional de serviço social relatou que as línguas indígenas são desafiantes nos atendimentos as mulheres indígenas. A saber, que vimos acima que o município de São

Gabriel da Cachoeira, possui três línguas oficiais, o Tukano, Nhegatu e Baniwa. A trabalhadora sinaliza que há uma dificuldade em entender essas dimensões culturais da região e deste modo a necessidade de um profissional intérprete na instituição. E no relato de Pedra do Cosama, 29 anos, verificamos a ressalva sobre a falta de empoderamento das mulheres indígenas.

Buscamos ponderar que os trabalhadores de assistência social estão no seu cotidiano de espaço ocupacional segundo Raichelis (2010) no âmbito do Suas, imersos diante de múltiplas determinações sociais da realidade.

E na questão de fragilização no âmbito da efetivação de assistência social no município de São Gabriel da Cachoeira os trabalhadores de assistência social afirmaram que:

Em relação às indígenas, quando se trata do interior é difícil. Porque muitas das vezes a gente não tem acesso. A gente não tem aquela logística. [...] não temos uma estrutura própria, é alugado. [...] a nossa secretaria disse que tem o projeto pra gente ter o nosso próprio prédio. Mas até entanto continua alugado (Serra do Cabari, 30 anos/ Entrevista, 2022).

Equipe existe. O que está faltando é o local de atendimento amplo. [...] esse limita o atendimento [...] a equipe está completa. Na minha opinião seria isso, a falta de estrutura própria (Orla da Praia, 46 anos/ Entrevista, 2022).

A questão de fragilidade ela existe em todos os ambientes de trabalho. Nós temos técnicos aqui, nós temos dois assistentes sociais, um CAD e outro para PAIF. [...] e assim, nós ainda temos um prédio alugado, mas é um prédio com salas repartidas, com todos os seus departamentos com guichês. Porque muitas das vezes a gente chega no CRAS da vida e são todo mundo juntos, técnicos juntos, não tem recepção e aqui a gente organiza [...] todo mundo aqui tem suas salas com ar condicionado. Entanto assim nós temos instrumento de trabalho, nós temos veículo. Então a fragilidade que eu possa dizer nessa situação, pode ser nessa questão mesmo muitas das vezes ter muito demanda. Mas dizer que nos não temos material para trabalhar, nós temos, dois veículos de porte grande, um micro ônibus e um van e nos também temos um carro. Então nós estamos equipados para trabalhar sim, pra atender nossa demanda (Bela Adormecida, 37 anos / Entrevista, 2022).

As redes, instituições se fortalecerem mais (Morro da Esperança, 30 anos/ Entrevista, 2022).

A falta de compreensão da sociedade em geral sobre diferenciar o que é direito, assistência e assistencialismo (Pedra da Cosama, 29 anos/ Entrevista, 2022).

Em contraponto, os trabalhadores também advogam quanto às fragilidades a ausência de uma logística para atendimento da demanda do interior. Segundo Ribeiro (2014) a realidade amazônica é heterogênea na sua dinâmica territorial e cultural, desse modo nem sempre os recursos financeiros são compatíveis para o atendimento das demandas em sua totalidade. Decerto que a efetividade de recurso contribuiria significativamente para o

trabalho realizado com os indivíduos, famílias e mulheres no cotidiano do CRAS na dimensão da zona rural.

Segundo nossas análises e informações contidas no folder do CRAS existem o serviço da Equipe Volante, na responsabilidade de uma técnica de referência, no qual realiza viagens para interior que concerne abrangência do CRAS com objetivo de trazer as demandas para serem acompanhadas e como apoio a inclusão orientação junto com a equipe do Cadastro Único.

Os assistentes sociais salientam que o número de profissionais é suficiente para o trabalho realizado, pois segundo eles, o problema não está na quantidade desses trabalhadores, a fragilização estaria na estrutura e infraestrutura que é disponibilizada. Esses detalhes de grande importância demonstram que dificultam uma operacionalização mais efetiva dos serviços sociosassistenciais no CRAS.

Condição diferente, analisamos na fala de uma assistente social que o problema não está na infraestrutura da instituição, pois todos os trabalhadores têm seus instrumentos de trabalhos, salas de atendimentos equipados com computadores, ar condicionado e de modo à assistência social possui uma logística para atendimento dos usuários.

Fernandes (2016) sinaliza a importância do entendimento sobre os conceitos que diferenciam instrumentalidade e instrumentais de trabalho. Instrumentalidade é a propriedade de determinado modo de ser que uma profissão constrói no interior das relações sociais, no confronto entre as condições objetivas e subjetivas do exercício profissional.

E instrumentais de trabalho segundo Fernandes (2016) constituem-se como um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Decorre que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética - entrevista, relatório, visita, reunião.

Deste modo, compreendemos que instrumentalidade é uma condição necessária do exercício profissional tendo em vista a finalidade e instrumentais de trabalho são ferramentas utilizado pelo assistente social em seu trabalho o que não pode ser visto analisado e aplicado isoladamente, mas organicamente articulado ao projeto ético-político da profissão. Para dar concretude ao projeto ético-político profissional com competência teórico-prática, é necessária a formulação de uma metodologia de trabalho que contemple as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. (FERNANDES, 2016).

Resumindo as análises, fica perceptível que o maior desafio do assistente social é atuar não apenas como um legítimo administrador, executor final como já apontado pela Yasbek (2001), orientado pela racionalização instrumental e controle de recursos versus resultados, mas atuar em processos de tomada de decisão, implementação de ações visando à universalização de direitos, a equidade a partir da realidade do usuário.

Diante desta discussão sinalizamos que no município de São Gabriel da Cachoeira existe o CRAS indígena, porém o desafio afirmativo permanece na falta de qualificação dos profissionais para o contexto indígena. Quando mencionamos o CRAS indígena estamos direcionando numa dimensão que tenham um atendimento diferenciado, que corresponde existência de profissionais de várias áreas de conhecimento, sendo que já existe, mas atuação de um antropólogo seria uma inovação, um linguísta no CRAS, programas que contemplem realidade de cada segmento, além do programa ACESSUAS.

O CRAS, lócus de nosso estudo, representa a porta de entrada para a Política de Assistência Social, considerado com um espaço de proteção social básica que visa prevenir situações, vulnerabilidades e riscos sociais. Nesta premissa a importância de entender e saber quem são os usuários, a realidade, que configura suas particularidades e no qual exige atuação profissional qualificada e propositiva, de modo a conhecer, respeitar e agir com vista a contemplar o protagonismo dos usuários.

Vale ressaltar que, em qualquer espaço sócio-ocupacional, o assistente social precisa pautar suas intervenções profissionais pelo direcionamento ético e político expresso principalmente pelo Código de Ética de 1993, que reúne princípios fundamentais socialmente reconhecidos, sustentado em uma proposta de emancipação política e humana, com vistas à defesa e à promoção da liberdade, da autonomia, do exercício da cidadania, dos direitos humanos e da justiça social dos indivíduos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar é uma tarefa árdua que demanda o saber-fazer do pesquisador. Bachelard (1996, p. 18) afirma que “para espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta [...]. nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído”. A pessoa movida pelo espírito científico deseja saber, sobretudo questionar. Mills (1959) corrobora que precisamos tornar um artesão intelectual, mas um bom artesão e escolher ser um cientista social ou um simples técnico. E Demo (2002) ascende com suas sábias reflexões que um bom cientista sabe do seu limite e destaca “a vida é na corda bamba”.

Neste sentido trilhamos no exercício permanente de saber questionar sem muito encontrar respostas prontas, mas trilhamos na construção de ser uma artesã intelectual, lapidando a dissertação com atenção, dedicação e cuidado, sabendo que esta discussão não se esgota aqui, possui seu limite, porém apresenta uma soma.

Discutir teórica e metodologicamente a relação entre a Política Pública de Assistência Social e Protagonismo Social foi uma tarefa que demandou a persistência da pesquisadora, haja vista a complexidade da questão. Foi por meio das disciplinas e dos diálogos possíveis entre orientadora e orientanda que as questões relacionais do objeto foram ganhando consistência.

A construção de produção teórica e os dados da pesquisa de campo levantados através do diálogo receptivo e comprometido por parte dos sujeitos, agora se tornam públicos e alimentam as colocações que se seguem sobre os resultados alcançados em todo o processo do estudo.

Diante de tudo o que foi apresentado nesse estudo, entendemos ter alcançado nosso objetivo de analisar o protagonismo de mulheres indígenas na percepção dos trabalhadores de assistência social na realidade do município de São Gabriel da Cachoeira - Am. Para melhor compreensão apresentamos constatando as colocações que se seguem sobre os resultados alcançados em cada objetivo específico.

1) Mapear como os Profissionais, programas e projetos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) identificam o Protagonismo das Mulheres Indígenas. A reflexão feita ao longo deste estudo impulsiona a compreender que a Assistência Social é uma Política Pública que visa o bem-estar humano e social. Reconhecemos que esta Política Pública tem seu marcador central o Estado e que implica uma arena contraditória, incluindo uma política de ações fragmentada, seletiva e apresenta inúmeros desafios, como burocracias

institucionais e condicionalidades dos programas sociais que limitam o acesso universal dos segmentos sociais.

Para o protagonismo das mulheres indígenas segundo análise da pesquisa de campo é necessário que os trabalhadores da Assistência Social se localizem a configuração do território especialmente quando se trata da realidade do Amazonas, porque o seu processo histórico, político, social, econômico demanda uma atenção diferente, pois abrange fatores determinantes que, além de apresentar um cenário de biodiversidade natural, é marcado pela configuração dos povos, dentre estes as mulheres indígenas, concentrados por diversidade sociocultural.

Este processo de reconhecimento territorial contribuirá que os projetos, programas sejam mais equitativos conforme a realidade local e demanda específica. A Política de Assistência Social em São Gabriel da Cachoeira revela que existem o quadro de trabalhadores, projeto e programas e o mais procurado pelas mulheres indígenas centra-se o Programa Auxílio Brasil, tendo em vista que o CRAS foi implementado em 2006 como CRAS indígena e acentua-se como Pequeno Porte II.

Neste sentido o protagonismo social das mulheres indígenas pode se avançar, visto que no exercício profissional dos trabalhadores da Política de Assistência Social, ainda apresenta-se ações imediatas. Sinalizamos a necessidade e a importância de maior alcance de formação e capacitação para os trabalhadores e criação de projetos específicos com as mulheres indígenas.

2) Ponderar como se efetiva a particularidade no Processo de atenção social as Mulheres Indígenas.

Neste processo a discussão se consolidou no Capítulo II, trazendo presente à reflexão a partir do universo das mulheres indígenas, que mesmo diante de determinações sociais postas pelo processo de colonização revelam que estas possuem uma relação entre o mundo fenomênico; representações do mundo imaginário onde a natureza se torna uma referência, associado a uma mística, rede de significados e simbologia. Reconhecer mulheres indígenas com estas particularidades sinaliza o protagonismo da condição feminina.

E trazer a discussão dentro da realidade de São Gabriel da Cachoeira, lugar em que buscamos pensar o protagonismo social das mulheres indígenas junto com os trabalhadores da Política de Assistência Social ganha sua concretude destacando as particularidades do processo histórico, político, econômico, social e cultural do local.

Assim os dados levantados sinalizaram que as mulheres indígenas no âmbito do cenário político no estado do Amazonas assumem diversas ações de protagonismos por meio de associações, revelando articulação e mobilização de agendas e pautas de lutas.

O estudo realizado apontou que pensar o Protagonismo dentro da Política Pública de Assistência Social ganha importância e necessária em seu sentido sociopolítico, pois proporciona uma concretude de se tornar propositivo do que combativo, visando verbalização e expressão de direito, além de dar-lhes oportunidade de falar, de participar e de intervir junto aos segmentos específicos. (BICALHO, 2010).

3) Verificar a relação dos trabalhadores da Assistência Social no reconhecimento das identidades femininas. Neste sentido, ao dialogar com o membro do CMAS de São Gabriel observamos contribuições essenciais em dar ênfase do avanço de assistência social no município e certa parcialidade sobre Protagonismo Social, que evidenciaram alguns limites do conselho em torno de rotatividades dos conselheiros; ausência de uma atenção para importância do conselho por parte da gestão municipal; as distâncias geográficas e falta de logística para atendimentos à zona rural do município. Mas mesmo diante dos desafios apontados a luta coletiva no apoio aos incentivos dos trabalhos das mulheres indígenas se prevalece.

A Política de Assistência Social assume por meio de controle social uma instância de participação democrática e neste estudo observamos que o controle social na assistência social trata-se de um mecanismo para aperfeiçoamento das políticas públicas.

Da afirmativa infere-se aos trabalhadores do CRAS que apresentam suas contribuições sobre protagonismo social e como já visto que muitas vezes a rotina e ações se tornam imediato e pragmático. Como bem destacado as particularidades de São Gabriel exigem dos trabalhadores buscas de estratégias para vencer as “as correntezas”, dos serviços fragmentados, imediatos, seletivo.

Neste contexto, faz-se indicação de alguns pontos que devem ser considerados para a concretização de uma Política de Assistência Social que impulse ações de protagonismo para as mulheres indígenas. É de suma importância a existência de um CRAS indígena com ações direcionadas e específicas para os povos originários.

Que a Política Pública de Assistência Social em sua operacionalização assuma a sua real universalidade e conforme as discussões elencadas acima sinalizamos que o desafio permanece na falta de qualificação do quadro de profissionais da Política de Assistência Social para realidade do contexto indígena. Sugere-se um possível esquema a partir dos

resultados obtidos como o concurso público; Contratação de demais profissionais como Antropólogo, Linguista.

E ao se resgatar o aspecto conceitual de protagonismo social tratado no decorrer deste trabalho, chega-se à conclusão de que é possível e coerente afirmar que para além das burocracias, as considerações de macros como o território, processos históricos, reconhecimento das potências culturais fazem uma diferença e podem proporcionar um atendimento diferenciado e contribuir no cotidiano de qualquer sujeito que buscam participar dos serviços sociosassitenciais da Política de Assistência Social.

Para finalizar sem, no entanto, pretender concluir essas análises, enfatizamos ao eixo central da proposta, afirmando que os trabalhadores da Política de Assistência Social interferem decisivamente no acesso desta Política Pública, contudo não esquecendo que também a conjuntura política, econômica, social “atinge as condições de trabalho que afetam diretamente na qualidade do exercício profissional, com a subordinação do conteúdo do trabalho aos objetivos e necessidades das instituições empregadoras.” (RAICHELIS, 2010, p. 88).

No tocante entendemos que esta pesquisa não possui um fim, estabelece novos questionamentos, fazendo surgir nova hipótese e possibilitando novos sujeitos. Por fim, esperamos que este trabalho possa subsidiar na intervenção dos Trabalhadores da Política de Assistência Social na proteção social básica. Esperamos também que este estudo desperte novas reflexões e questionamentos para que outras pesquisas se somem na consolidação por uma política pública de Assistência Social universal, equitativo, cujo, acreditamos que vale protagonizar, assumindo como bandeira de luta coletiva junto com os trabalhadores e as mulheres indígenas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, do, R. Wagner; BILAR B. A. Jenifer. **A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. EM PAUTA, Rio de Janeiro /2o Semestre de 2020 - n. 46, v. 18, p. 180 – 195.

APIB. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Número de Mulheres Indígenas candidatas reflete ascensão de lideranças nos movimentos de base.** Disponível em: <https://apiboficial.org>. Acesso em: 27 ag 2022.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado.** 4. Ed. revisão ampliada e atual. São Paulo: Globo, 2008.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento** / Gaston Bachelard; tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BALTAR, Juliana Ferreira; RODRIGUES. Natália. C. Faro. **Serviço Social na Política de Assistência Social em tempos de Covid-19: limites e possibilidades.** VASCONCELOS, Ana Maria de; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de; VELOSO, Renato (Orgs.). Serviço Social em tempos ultraneoliberais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social; Fundamentos e Histórias.** / Elaine Rossetti Behring. Ivanete Boschetti. 6 ed. São Paulo: Cortez 2016. (Biblioteca Básica de Serviço Social: v, 2).

BEHRING, Elaine Rossetti; CISLAGHI, Juliana Fiúza; SOUZA, Giselle. **Ultraneoliberalismo e Bolsonarismo: impactos sobre o orçamento público e a Política Social.** BRAVO, M.I.S.; MATOS, M.C. FREIRE, S.M.E (Orga.). Políticas Sociais e ultraneoliberalismo, Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009).** Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** 10ª Ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. **Dimensões, categorias e indicadores para análise e avaliação de políticas sociais.** Texto didático preparado para a disciplina análise de políticas sociais. Programa de Pós Graduação em Política Social, SER-UnB, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, R. Elaine. **Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?** Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.238> . Acesso em 19 Jul de 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.

BRASIL. Agência Câmara de Notícias. **Câmara analisa Medida Provisória da nova Bolsa Família, batizado de Auxílio Brasil**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias>. Acesso em: 17 ag 2021.

_____. **Capacita SUAS caderno 2. Proteção de Assistência Social: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade**. Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – 1 ed. – Brasília, 2013.

_____. **Constituição Federal 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016.

_____. **Informação Institucional. Histórico. Decreto nº9.674/2019, de 2 de janeiro**. Ministério da Cidadania. Disponível em: www.gov.br .Acesso em :10 Jul de 2021.

_____. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de atenção á Saúde dos Povos Indígenas-2ª edição-Brasília, 2002**.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, e legislação correlata. 4ª edição. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara Brasília | 2017.

_____. Ministério de Cidadania. **Relatório GT Povos Indígenas**. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2019.

_____. Ministério da Saúde. **Guia para acompanhamento das condicionalidades de saúde: Programa Auxílio Brasil** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da saúde, 2022.

_____. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema-NOB-RH/SUAS**. Anotada e Comentada- Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. NOB-SUAS. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

_____. **Norma Operacional Básica (NOB/SUAS)**. Brasília, DF: MDS/SNAS/SUAS, 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília, 2004.

_____. Portaria SNAS nº 54, de 1º de Abril de 2020. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>. Acesso em: 24 de janeiro de 2022.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília. 2009.

BRAZ, Marcelo. **O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário**. Revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

CARVALHO, Marília Gabriela; SANTOS, Luam. L. P do. **O Controle Social na Efetivação das Políticas Públicas com ênfase na Assistência Social**. Id on line. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, V.12, N.41, p.760-773,2018.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. **Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira**. R. Katál. Florianópolis. v. 24,n.2,p.269-279,maio/ago,2021 ISSN 1982-025.

CICARINI, Abner. Marcio O.T. **Geometria plana e o grafismo indígena: o estudo de suas relações no contexto histórico do grupo Tukano de alunos da Licenciatura Intercultural dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro**. Dissertação (mestrado)-. Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

COUTO, Berenice Rojas. **Assistência Social: direito social ou bem-estar?** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.045>. Acesso em: 15 jul, 2021.

COUTO, B. R; RAICHELIS, R; SILVA, M. O. da S; YAZBEK, M. C. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

COSTA. C.L. Heloísa. **No Limite do Possível as Mulheres e o Poder na Amazônia 1840-1930**. (Tese de Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2000.

COSTA, A.A.A. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política**. In: MELO HP. et al. Olhares Feministas. Brasília. Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

CALBAZAR, Aloisio. **Mapa-livro dos Povos Indígenas do Rio Negro**. Instituto Sócio Ambiental. 2006.

CALBAZAR. Aloisio; RICARDO, Carlos. Alberto. **Povos indígenas do Rio Negro: uma introdução á socioambiental do noroeste da Amazônia brasileira**. 3ªed.rev.Sao Paulo: ISA-Instituto socioambiental; São Gabriel da Cachoeira AM: FOIRN-Federação das Organizações indígenas do Rio Negro, 2006.

CRAS. Centro de Referência de Assistência Social. **Conheça nosso CRAS**. (Folder informativo), 2021.

CFESS. **Nota pública do CFESS sobre o anúncio do 'Auxílio Brasil', programa de transferência de renda do governo Federal**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>
Acesso em, 17 ag. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS lança manifesto sobre o Dia da Luta Indígena**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/>. Acesso em: 16 mar.2021.

CHAVES. R.S.P. Maria. SIMONETTI. R. Susy. LIMA. S. Marly. **Povos ribeirinhos da Amazônia: atividades e habilidades**. INTERAÇÃO, Campo Grande, v 9, n.2, p.129-139, Jul/dez.2008.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia: acesso aos bens e serviços sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas**. Ed. Nova Edição Acadêmicas. 2016.

DEMO, Pedro. **Cuidado Metodológico: signo crucial da qualidade**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.17, n.2, p.349-373, jul./dez.2002.

DESLANDES, Suley Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Cecília de Souza Minayo (Organizadora) 28.ed.- Petrópolis, RJ:Vozes,2009.

DUARTE, Danielly Coletti. **Protagonismo de mulheres indígenas no espaço de poder: resistência e superação**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados/ISSN Eletrônico: 2358-9205. Movimentação, Dourados, v. 4, nº. 6, p. 20-44, 2017.

FAGNANI. Eduardo. **A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica**. SER SOCIAL. Brasília. Vol. 13, n o 28, p. 41-80, jan-jun-2011.

FERNANDES, Odete. **Categorias fundamentais para a compreensão da instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Instrumento técnico-operativos no Serviço Social: um debate necessário/Cleide Lavoratti; Dorival Costa (Org.). Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

FORTI. Valeria; GUERRA, Yolanda. **“Na Prática a Teoria é Outra”?** Serviço social: temas, textos e contextos-5. ed.rev.eampl-Rio de Janeiro: Lúmen Juris,2016

FRÓES, Adriana. I. A. Oliveira. **O controle social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): análise do Conselho Municipal de Assistência Social de São Luís (MA)**.Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão,2013.

GASPAROTTO, Geovana Prante; GROSSI, Patrícia Krieger. **A perspectiva de gênero na Política de Assistência social: um debate necessário.** Revista O Social em Questão, ano XX, nº 38, ma a ago.2017. pág. 2017-226.

GIOVANNI, Gerado Di. **Sistemas de Proteção Social: uma introdução conceitual.** Reforma de estado e políticas de emprego no Brasil. Marco Antônio de Oliveira (org.). Campinas-SP. UNICAMP. IE. 1998.

GOMES, Rosilene C. Magalhaes. **Território e Línguas Indígenas em São Gabriel da Cachoeira-AM.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) Universidade Federal do Amazonas, 2014.

IAMAMOTO. Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo.** Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, Ano II, Nº3-janeiro a junho de 2001.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução Burguesa.** 2ª edição. Petrópolis. Vozes, 1985.

IANNI, Octavio. **A questão social.** Revista USP – Setembro, outubro e novembro, p.145 - 154, 1969.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 04 de mar.2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2021.** Cidades São Gabriel da Cachoeira. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 18 de ag. 2022.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD. Trabalhadores informais, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em:18 de julho.2021.

ISA. Instituto Sócio Ambiental. **Dossiê construção da estrada de ligação da BR-307 (AM), trecho São Gabriel da Cachoeira (AM) a Cucuí (AM), a Maturacá (AM).** Acervo ISA, 1997.

LAURELL. Asa Cristina. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.** (org.): Revisão Técnica de Amélia Cohn; tradução de Rodrigo León Contrera. 3. ed. São Paulo:cortez,2002

LUCIANO-BANIWA, Gerssem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MALTA, Márcio Maia. **Etnocídio para além das perdas culturais [manuscrito]: pessoas, corporalidades e a multiplicação dos maus-encontros.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

MANAUS. Secretaria Estadual de Assistência Social. **Diagnostico Sócio Territorial do Amazonas**. Manaus, 2020. Disponível em: <http://www.seas.am.gov.br>>. Acesso em 24 jun.2021.

MARCONI, Maria de Andrade, LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** -5. ed.- São Paulo: Atlas 2003.

MARX, Karl. **O Capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna**. 12 a. Ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: livro I**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.v.1.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo: ensaios, 1993.

MICANTO, Ramone. **Políticas Públicas: definições, interlocuções e experiências**. Mara de Oliveira, Sandro Trecaastro Bergue (Org.) Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

MILLS, Wright. C. A imaginação Sociológica. Tradução Walterxrller Dutra. Sexta edição. Zahar Editores,1959.

MITTANCK, Vanuza Alves; Gevehr, Daniel Luciano. **Movimentos Feministas e a historicidade da mulher: sua busca por visibilidade e direitos**. In: Daniel Luciano Gevehr (org.). *Memoria, Identidade e Patrimônio Cultural: uma contribuição dos estudos regionais*. pg.61-84.cap.4. vol. 1 ,ed 1. Editora: Científica Digital,2021.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. 1. ed. São Paulo:Cortez,2010. (Biblioteca básica de Serviço Social: v.5).

MORAES, Dulce Meire Mendes. **De documentos, cactos e vírus: violência sexual, mulheres indígenas e Estados em São Gabriel da Cachoeira**. Dissertação (Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo,2022).

NETTO, José P. **FHC e a Política Social: um desastre para as massas trabalhadoras**. In: LESPAPIN, Ives (org.). *O desmonte da Nação. Balanço do governo FHC*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NÉSTOR, Kohan. **Dicionário básico de categorias marxistas**. Disponível em: www.servicosocialparaconcursos.com. Acesso em: 23 de ag, 2022.

NIEDERMAYER, Natalia Raquel; RESLER, Marli. **O olhar da assistência social na construção da política indigenista no Brasil**. *Novos Cadernos NAEA* • v. 22 n. 1 • p. 223-245 • jan-abr 2019.

OLIVEIRA. Heloisa, M.J.de. **Controle social e Assistência Social: o desafio (im) possível**. *Revista katálysis* 04/1999.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus.** Disponível em: <<https://www.paho.org>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ONU, Organização de Nações Unidas. **Direitos Humanos das Mulheres: A Equipe das Nações Unidas no Brasil, Brasília, JULHO 2019.**

PAIVA, Peixoto Tereza Ignês. **O Protagonismo Indígena entre os Sateré-Mawé: lutas e resistências.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia-Universidade Federal do Amazonas. 2018.

PEREIRA, Potyara. A. P. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 3. ed. São Paulo:Cortez,2006.

Discussões Conceituais sobre Política Social como Política Pública e Direito de Cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. (Org.). Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009. p. 87-108.

PEDRAÇA, Aline dos Santos. **Relações de Poder no Interior das Conjugalidades: a face oculta da violência contra as mulheres atendidas no Sapem Manaus- AM.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. 2019.

PIANA. M. Cristina. **As Políticas Sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PONTES, Reinaldo, Nobre. **Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social.** (1a. ed.). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). Capacitação Em Política social e Serviço Social. V. 3,2000.

PONTES, Laura Arlene Saré Ximenes. **Políticas públicas e os índios cidadãos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010).** Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011.

PORTUGAL, Rodrigo. **A atuação Governamental em São Gabriel da Cachoeira no Amazonas durante a crise da Covid-19.** Disponível em: <http://repositório.ipea.gov.br/handle/11058/10680>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

PGTA - **Plano de Gestão Territorial e Ambiental: terra indígena Alto Rio Negro/Realização FOIRN-Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro.** São Gabriel da Cachoeira, AM: FOIRN, 2019.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária.** Textos & Contextos (Porto Alegre), 11(1), 2012, p.116-128.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. Ata nº. 001/2022-Reunião extraordinária-CMAS. Disponível em: <https://saogabrieldacachoeira.am.gv.br>. Acesso em: 24 de ag, 2022.

_____ Lei nº5. 796,12 de janeiro de 2022-SAPL. **Capital Estadual dos Povos Indígenas.** Disponível em: <http://al.am.leg.br>. Acesso em: 27 de ag, 2022.

RAICHELIS, R. **O trabalho do assistente social na esfera estatal.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS. 2009. p. 389-390.

RAICHELIS, R. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS.** Serviço Social & Sociedade, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

RIBEIRO, Patrício Azevedo. **Política Pública de Assistência Social e Sustentabilidade na Amazônia: um estudo nos municípios de Maués e Parintins no Baixo Amazonas /.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas. 2014.

REIS, Rebeca Tosta. **Uma cidade, dois mundo: uma análise sociológica do direito no município de São Gabriel da Cachoeira.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Amazonas, 2018.

SACCHI, Ângela Célia. M. **União, Luta, Liberdade e Resistência: As organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira.** Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Recife, 2006.

SAGI. Secretaria de Avaliação e Gestão da informação: **Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania, Município de São Gabriel da Cachoeira 2022.**

SANTOS, Cirlene Batista. **A reorganização do Território e o Bem Viver da maloca á cidade na região do Alto Rio Negro.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós - Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas,2019.

SANTOS, Fabiane Vinente; FERREIRA, Maria Assunta Pedrosa. **O Corpo-Território: feminismos decoloniais, saúde e estratégias dos movimentos de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira.** Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 30-44, jan./abr. 2022.

SILVA. Rabassa da et al. **Controle social no Sistema Único de Assistência Social: proposta, concepções e desafios.** Texto & Contextos (Porto Alegre),vol.7,núm.2,julio-diciembre,2008,pp.250-265. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

SILVA, Regina Lydia Rocha de Andrade. **O protagonismo das mulheres nas famílias contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Social, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 7. ed. São Paulo:cortez,2014. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.3).

SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/>. Acesso em: 20 Mar.2021.

SOUSA, Alcineia Moreira de. **A Política de Assistência Social à População Indígena: a que será que se destina?** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Política Social)-Universidade de Brasília, 2011.

SOUZA, Elma Nascimento de. **Festival de São Gabriel da Cachoeira-AM: Festa e relações Interétnicas**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, 2019.

SOUZA,Uassuri. Adriana; SANTOS Javana, E. dos; OLIVEIRA, Edileia Santiago. **A Mulher Indígena e o Protagonismo da sua própria história de luta e resistência**. Emblemas-Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais-UFG/CAC. V.17, n.1,94-104, jan., - jun., 2020.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: **Educação & Realidade**, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 3. ed. São Paulo:Cortez,2007.

_____. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes**. In: _____. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS/UNESCO, 2009. p. 13-56.

_____. **Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pauta para o trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

_____ (et al.). **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão em análise**. 12. ed. São Paulo: Cortez,2014.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002b.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **A Amazônia e a interface com o SUAS**. Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/Organizadores: Jose

Ferreira da Crus [et al]. - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 248p.

TORRES, I. C. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As Primeiras Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder**. 2ª Edição. São Paulo: Alexa Cultural/Manaus: EDUA, 2019.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

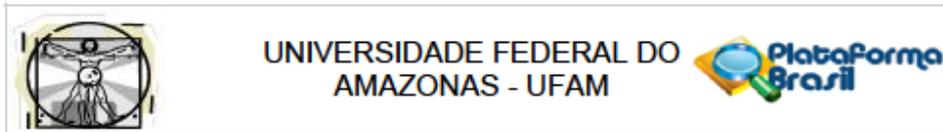
VALLE, Vinícius do. **Bolsonarismo: formação e lógicas de atuação**. Democracia e direitos humanos no Brasil: a ofensiva das direitas [2016/2020] / CUT - Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, organizador: Marcelo Buzetto. – São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

VENTURA, D. **Direito à saúde global – o caso da pandemia de gripe H1N1**. São Paulo: Editora Dobra, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e Exclusão Social: expressões da Questão Social no Brasil**. Revista Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS, Ano II, Nº3-janeiro a junho de 2001.

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo em São Gabriel da Cachoeira/Am

Pesquisador: MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55388822.5.0000.5020

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.325.352

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O Projeto de pesquisa intitulado "O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo em São Gabriel da Cachoeira/Am" encontra-se em andamento no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na AmazôniaPPGSS/UFAM.A discussão acerca da Política de Assistência Social assume importância crescente diante do cenário marcado por mudança econômica, política, cultural e social, pois se encontra numa emblemática em não efetivação no âmbito dos direitos sociais enquanto uma Política Pública de proteção social. Esta pesquisa tem como proposta analisar o Protagonismo Social de Mulheres Indígenas na perspectiva dos Trabalhadores de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM. Para isso compõe-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e campo. Este projeto de pesquisa possui a questão norteadora: Como se dá o Protagonismo das Mulheres Indígenas na perspectiva de Trabalhadores da Assistência Social

no Município de São Gabriel da Cachoeira-Am? Conforme Triviños (1987) questões norteadoras é fundamental, pois "representa o que o investigador deseja esclarecer" de forma aprofundada em seu trabalho. Em relação aos resultados do estudo, espera-se que os dados teóricos e empíricos

Endereço: Rua Teresina, 4950
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 5.325.352

Universidade Federal do Amazonas frente à pandemia da doença pelo SARS-COV-2 (COVID-19): "As atividades de Pesquisa com seres humanos devem ser suspensas, à exceção das que estejam trabalhando nas áreas de saúde, diretamente relacionadas ao Coronavírus ou que necessitem de acompanhamento contínuo, com as devidas precauções e autorização das autoridades de saúde pública do estado do Amazonas".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram encontrados óbices éticos;

É necessário de que o pesquisador responsável envie por Notificação, por meio da Plataforma Brasil, os relatórios parciais e final, conforme item XI.d. da Res 466/2012-CNS

E-mail: cep@ufam.edu.br

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1882526.pdf	22/03/2022 10:08:42		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetodetalhado.docx	22/03/2022 10:03:57	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Outros	cartaresposta.docx	22/03/2022 09:54:23	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Outros	anuenciaSEMAS.pdf	22/03/2022 09:52:33	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Outros	CurriculoOrientador.pdf	22/03/2022 09:51:09	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Outros	CurriculoPesquisador.pdf	22/03/2022 09:48:53	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/03/2022 09:46:59	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.325.352

Brochura Pesquisa	Projeto.pdf	22/03/2022 09:44:37	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	22/03/2022 09:42:35	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/03/2022 09:35:47	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Outros	INSTRUMENTAL.pdf	09/01/2022 17:01:09	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	09/01/2022 16:56:29	MARIA DE FATIMA PADUA CASTRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 01 de Abril de 2022

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

ANEXO B – Termo de Anuência da SEMAS 2022



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Av. Dom Pedro Massa, 240 – Centro – São Gabriel da Cachoeira/AM – CEP 69750-00
E-mail: semas.sgeam@gmail.com



TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “**O Protagonismo de Mulheres Indígenas na percepção dos Trabalhadores da Assistência Social: um estudo em São Gabriel da Cachoeira/Am,**”, cujo pesquisador responsável é a Maria de Fatima Padua Castro, sob a orientação da Professora Doutora Lidiany de Lima Cavalcante, pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia – PPGSS/UFAM, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 01/06/2022 a 30/06/2022, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

São Gabriel da Cachoeira, 21 de março de 2022.


Edirlene de Andrade Nascimento
Assistente Social

CRESS 3253/15ª Região
Edirlene de Andrade Nascimento
Assistente Social
CRESS 3252 15ª REG AM

ANEXOS C – Imagens utilizadas para nominação dos Sujeitos de pesquisa

Figura 4: Serra da Bela Adormecida



Fonte: Kildeir Monteiro, 2021.

Figura 5: Morro da Esperança



Fonte: Castro, 2022.

Figura 6: Serra do Cabari



Fonte: Castro, 2022.

Figura 7: Orla da Praia



Fonte: Castro, 2022.

Figura 8: Ilha de Adana



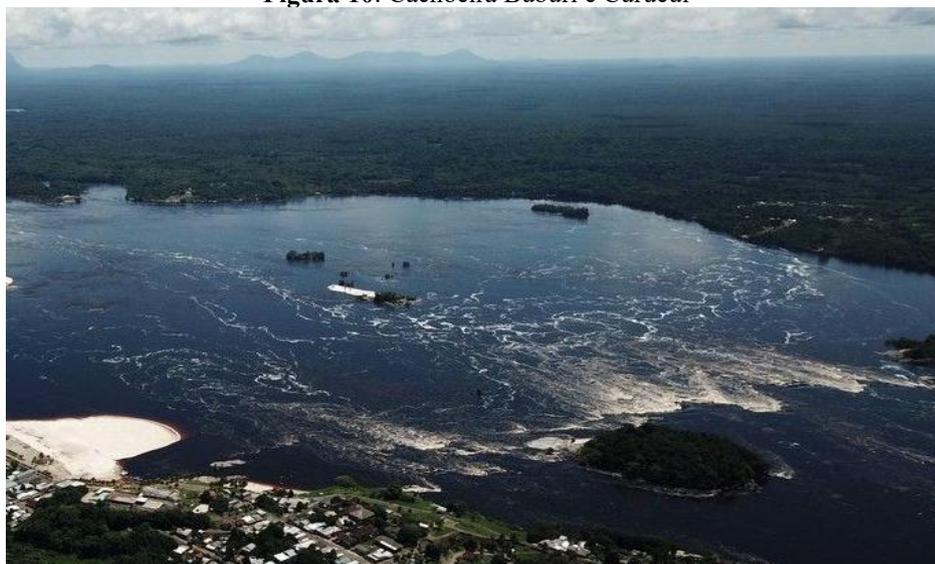
Fonte: Castro, 2022.

Figura 9: Pedra da Cosama



Fonte: Kildeir Monteiro, 2022.

Figura 10: Cachoeira Buburi e Curucui



Fonte: Kildeir Monteiro, 2021.

APÊNDICES

**APÊNDICE A - Entrevista dirigida aos Trabalhadores do Centro de Referência de
Assistência Social - CRAS**



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA**



**ENTREVISTA DIRIGIDA AOS TRABALHADORES DO CENTRO DE
REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS**

Pesquisa: O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS
TRABALHADORES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo em São Gabriel da
Cachoeira/Am

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____
2. Naturalidade: _____
3. Tempo de atuação no CRAS: _____
4. Função que exerce: _____

II. FORMAÇÃO

5. Ensino Fundamental: incompleto () completo ()
6. Ensino Médio: incompleto () completo ()
7. Ensino Superior: incompleto () completo ()
8. Profissão: _____
9. Instituição em que se formou: Particular () Pública ()
10. Pós -Graduação: Especialização () Mestrado () Doutorado ()
11. Tempo de exercício na área: _____

III. ROTEIRO DE QUESTÕES DO OBJETIVO A

13. Quais são os Programas ofertados no âmbito do CRAS?
 - a. Programa Bolsa Família ()

- b. Programa Minha Casa, Minha Vida ()
- c. Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ()
- d. Benefício de Prestação Continuada ()
- e. Auxílio Emergencial ()
- f. Outros: qual? _____

14. Há projetos desenvolvidos com as Mulheres Indígenas? Em caso afirmativo, quais são?

IV. QUESTÕES DO OBJETIVO B

15. Como acontece o processo de inclusão das Mulheres Indígenas nos Programas Sociais?

16. Qual público maior que procuram os serviços de atendimento, as Mulheres Indígenas da área rural ou urbana?

17. Como trabalhador do CRAS o (a) o senhor (a) saberia informar se existe algum direcionamento legal na atenção específica para atender as mulheres indígenas? Qual seria?

V. QUESTÕES DO OBJETIVO C

18. Qual seria compreensão do /da senhor/a sobre Protagonismo Social?

19. Existem parcerias com demais setores para ampliação do protagonismo das mulheres indígenas? Como tem sido desenvolvido?

20. Pelo tempo de atuação no CRAS, qual maior desafio já enfrentado no atendimento as Mulheres Indígenas?

21. Quais seriam os maiores desafios que implicam a fragilidade na efetivação de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira-Am?

APÊNDICE B – Entrevista dirigida aos Trabalhadores do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA**



ENTREVISTA DIRIGIDA AOS TRABALHADORES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pesquisa: O PROTAGONISMO DE MULHERES INDÍGENAS NA PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: um estudo em São Gabriel da Cachoeira/Am

I. IDENTIFICAÇÃO

1. Idade: _____
2. Naturalidade: _____
3. Função que exerce: _____

II. FORMAÇÃO

5. Ensino Fundamental: incompleto () completo ()
6. Ensino Médio: incompleto () completo ()
7. Ensino Superior: incompleto () completo ()
8. Profissão: _____
9. Pós -Graduação: Especialização () Mestrado () Doutorado ()

III. ROTEIRO DAS QUESTÕES

10. Qual compreensão do/a Senhor/a sobre Protagonismo Social?

11. Como tem sido desenvolvida a Política de Assistência Social no âmbito do município?

12. Qual seria a análise ou ponto de vista em relação ao trabalho desenvolvido pelo CRAS?

13. O Conselho Municipal de Assistência Social tem exercido sua função?

14. Por que é importante a existência deste Conselho dentro do município?

15. Na opinião do/a Senhor/a, o que poderia melhorar para estimular ou ampliar o protagonismo das mulheres que buscam os atendimentos dos serviços na Política de Assistência Social?

16. De que forma o controle social é exercido no município?

Manaus, _____ de _____ 2021

Obrigada pela Contribuição.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



**PODER EXECUTIVO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE
NA AMAZÔNIA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **O Protagonismo de Mulheres Indígenas na percepção dos Trabalhadores da Assistência Social: um estudo em São Gabriel da Cachoeira/Am**, realizada pela mestrandia **Maria de Fatima Padua Castro** sob a orientação da professora **Doutora Lidiany de Lima Cavalcante**. Os objetivos do projeto são, **objetivo geral**: Analisar o Protagonismo Social de Mulheres Indígenas na perspectiva dos Trabalhadores de Assistência Social no Município de São Gabriel da Cachoeira-AM. **Objetivos específicos**: 1. Mapear como os Profissionais, programas e projetos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) promovem o Protagonismo das Mulheres Indígenas; 2. Ponderar como se efetiva a particularidade no Processo de atenção social as Mulheres Indígenas; e 3. Verificar a relação dos trabalhadores da Assistência Social no reconhecimento das identidades femininas.

A pesquisa apresenta relevância para a comunidade acadêmica na medida em que discute a articulação junto à Política Pública de Assistência Social, sobretudo numa análise crítica e construtiva que possibilitara a aplicabilidade para as mulheres indígenas no acesso aos direitos sociais e auxiliar como base de conhecimento/intervenção para os trabalhadores de assistência social. E possui uma relevância social indicando como subsídio para os grupos, estudos e Políticas Públicas de inclusão e acesso aos direitos sociais, sensibilizando para a importância do protagonismo das mulheres na gestão da política pública com alternativas de participação às questões que lhes conferem.

O (A) Sr(a) está sendo convidado por que compreendemos que sua contribuição é importante para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, cujo você é um profissional que trabalha

diretamente com a Política Pública de Assistência Social, ofertado por meio dos serviços socioassistenciais para as mulheres indígenas no município de São Gabriel da Cachoeira-AM.

O (A) Sr(a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço. A pesquisa ocorrerá com os trabalhadores que atuam diretamente na Política Nacional de Assistência social, cujos estes integram as equipes do Centro de Referência de Assistência Social e Conselho Municipal de Assistência Social, em horário e data acordados com antecedência entre pesquisadora e entrevistado (a).

Caso aceite participar sua participação consiste em responder as perguntas abertas e fechadas e autorização para registro de som. É importante que o(a) senhor(a) saiba que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes, como: desconforto, constrangimento, cansaço ao responder as perguntas. Respeitando os que estabelecem as resoluções n.º 466, de 12 de dezembro de 2012 e a n.º 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde no que concerne aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, ou seja, os agravos imediatos ou posteriores, diretos ou indiretos, ao indivíduo ou à coletividade, seja à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos/as participantes, prestar-se à assistência a esses de forma imediata e integral.

O participante e/ou acompanhante que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação no estudo, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito à indenização e ressarcimento por parte da pesquisadora, ou seja, está assegurado o direito a cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa.

Em caso necessário, a pesquisadora principal encaminhará o participante e /ou acompanhantes para serviços de apoio, tais como: psicologia, serviço social. Cabe mencionar ainda que, caso o(a) senhor(a) ou seu acompanhante tenham alguma despesa com alimentação, transporte e outras em função da pesquisa, serão ressarcidas pelo pesquisador responsável.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: 1. Contribuição no reconhecimento de direitos sociais das mulheres atendidas no CRAS; 2. reforçar os direitos humanos e a universalização dos direitos sociais para todos os segmentos, em particular a minoridade étnica. 3. E um material de auxílio para subsidiar o atendimento em diversos espaços de instituições públicas, grupos de pesquisas, órgãos competentes e estudos pertinentes a temática.

Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida.

Garantimos ao(à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica, ou seja, os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas seu nome não será divulgado, sendo guardado em sigilo e da privacidade de sua participação e posteriormente na divulgação científica, portanto, sua identidade não será revelada.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável **Maria de Fatima Padua Castro** a qualquer tempo para informação adicional no endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga - IFCHS, telefone: 09298476-2907, e-mail: castro28fatima@gmail.com ,ou a orientadora Lidiany de Lima Cavalcante, endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, nº6200, Coroado I, CEP:69077-000, sala 08 do Bloco Mário Ypiranga-IFCHS, telefone: 092984186568, e-mail: lidiany@ufam.edu.br .

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 – Adrianópolis – Manaus – AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

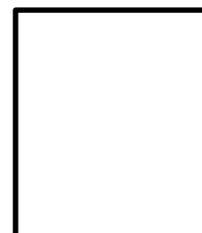
Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa

São Gabriel da Cachoeira, ____/____/____

Assinatura do Participante



Assinatura do Pesquisador Responsável

IMPRESSÃO DACTILOSCÓPICA